

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

MARA FRANCIELI MOTIN

**ENTRE IGREJA, ESCOLA E SOCIEDADE: AS IRMÃS PASSIONISTAS NA
CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA EM COLOMBO/PR
(1927 – 1978)**

**CURITIBA
2016**

MARA FRANCIELI MOTIN

**ENTRE IGREJA, ESCOLA E SOCIEDADE: AS IRMÃS PASSIONISTAS NA
CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA EM COLOMBO/PR
(1927 – 1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Evelyn de Almeida Orlando

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

M918e
2016 Motin, Mara Francieli
Entre igreja, escola e sociedade : as Irmãs Passionistas na construção de uma representação identitária em Colombo/PR (1927 - 1978) / Mara Francieli Motin ; orientadora, Evelyn de Almeida Orlando. – 2016.
193 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016
Bibliografia: f. 174-185

1. Educação – Igreja Católica. 2. Ensino religioso. 3. Irmãs Passionistas - História – Colombo (PR). I. Orlando, Evelyn de Almeida. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 378



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 784
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

Mara Francieli Motin

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se na Sala de Defesa da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.^a Dr.^a Evelyn de Almeida Orlando (PUCPR), Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG), e Prof.^a Dr.^a Valquiria Elita Renk (PUCPR) para examinar a Dissertação da candidata **Mara Francieli Motin**, ano de ingresso 2014, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Políticas da Educação. A mestranda apresentou a dissertação intitulada "ENTRE IGREJA, ESCOLA E SOCIEDADE: AS IRMÃS PASSIONISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA EM COLOMBO/PR (1927 – 1978)", que, após a defesa foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 11:15. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca ressalta a ampla pesquisa de fontes realizada e o esmero analítico empreendido na elaboração do texto.

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Evelyn de Almeida Orlando (PUCPR)

Convidado Externo:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)

Convidado Interno:

Prof.^a Dr.^a Valquiria Elita Renk (PUCPR)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Lupion Torres

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Stricto Sensu

À minha família, pela educação e apoio.

Ao Diego, pelo companheirismo.

Aos meus antepassados, pela coragem
em buscar o novo e sonhar sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter colocado pessoas tão especiais nessa trajetória.

A minha orientadora Profa. Dra. Evelyn de Almeida Orlando, pela acolhida e oportunidade em conhecer novas possibilidades, sendo um exemplo e me conduzindo com paciência, dedicação e delicadeza.

Aos professores Dr. Luciano Mendes de Faria Filho e Dra. Valquíria Elita Renk, pela leitura atenta e por trazer diferentes olhares ao texto.

Às Irmãs Passionistas, por me receberem de portas abertas em suas casas, em especial a Ir. Therezinha, Ir. Inês, Ir. Mercês, Ir. Silvia, Ir. Ana Maria, Ir. Cleomir, Ir. Edilamar e Ir. Anilda.

Aos Padres Passionistas, Rogério e Alcides, pela estadia em São Paulo.

Aos colegas do PPGE: primeiramente às Bolachas (Cris, Paula, Dóris e Adri) e ao Denílson, que me receberam antes de ser aluna oficial do programa, compartilhando suas vivências; depois aos colegas do processo, pela partilha nas disciplinas, corredores e cafés, em especial à Márcia e ao Rodolfo, pela caminhada conjunta e apoio, e ao Roberto, pelas conversas e por sempre se dispor a ler meus textos.

Às famílias que se propuseram a conversar e fornecer materiais.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, Memorial de Curitiba e Escola Municipal Cristóvão Colombo, pela disponibilidade e auxílio.

À Profa. Dra. Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha, primeira orientadora, no PIBIC-Jr, por mostrar os primeiros passos do mundo acadêmico, com tranquilidade e competência; à Profa. Ma. Waléria Adriana Gonzalez Cecilio, pelo exemplo em organização.

Aos colegas de trabalho: à Gezelda pela flexibilidade e compreensão; ao Rodrigo pela parceria; e, à Margarete, por entrarmos juntas nessa caminhada, que mesmo sendo por linhas distintas, somamos experiências e aprendizagens.

Aos amigos e colegas além dos muros PUCPR: à Profa. Dra. Elaine Cátia Falcade Maschio, por fornecer e ser uma referência; ao Fábio Machioski, por sempre responder meus WhatsApp; à Fran Lopes, pelas conversas e trocas; às meninas (Tamara, Flávia, Jesica, Luaninha, Dani e Lorena) que trouxeram descontração em diversos momentos.

Ao Diego, pelo companheirismo, compreensão, leituras, apontamentos e carinho, amenizando as angústias, sonhando em conjunto e me ajudando a ser uma pessoa melhor.

À minha família: pela torcida do meu pai; pelo apoio incondicional, exemplo e dedicação da minha mãe; pelo carinho da minha irmã Marcela; pela alegria dos meus sobrinhos Debora e Bernardo; pela partilha, companheirismo em congressos e incentivo constante da minha “irmã” Cris.

À PUCPR, pela oportunidade, desde o PIBIC-JR, e pela bolsa Marcelino Champagnat.

O caminho se faz ao andar. Para dar respostas a essas perguntas é necessário indagar e investigar. Refletir e contrastar.

Escrever e esperar. Esperar que o pensamento amadureça e esperar as respostas de outros. Nunca o silêncio.

Antonio Viñao Frago (2001, p. 16)

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema central a atuação das Irmãs Passionistas – uma congregação católica italiana –, em uma mesma instituição confessional, no município de Colombo, região metropolitana de Curitiba/PR, entre os anos de 1927 e 1933 (Colégio Santo Antonio), e entre 1951 e 1978 (Educandário Nossa Senhora do Rosário). Nessa delimitação temporal objetiva-se compreender as ações destas religiosas, analisando-as como constitutivas da cultura escolar que foi se configurando nesta instituição de ensino e as representações das mesmas na produção de uma identidade cultural nos moradores de Colombo, na relação entre a escola e uma comunidade marcada por traços de uma imigração italiana/vêneta. Compreende-se que esta pesquisa traz um novo olhar para a união entre educação brasileira e religiosidade, a partir da atuação de congregações católicas femininas, que tiveram um forte impacto no cenário brasileiro e, por diferentes caminhos, foram modelando hábitos e comportamentos, na formação de valores e identidades. Metodologicamente, a presente proposta está situada em dois caminhos de estudo: a educação católica por meio de duas instituições intimamente relacionadas – a Congregação das Irmãs Passionistas e a instituição escolar católica de Colombo –, juntamente com uma cultura escolar entendida na sua relação com os sujeitos desse município. Dessa forma, tomam-se como principais aportes teóricos os conceitos de cultura escolar, segundo Julia (2001) e Viñao Frago (1995), a qual influencia em uma identidade que sempre é construída (HALL, 2000; 2006), mas que traz características étnicas na promoção de um grupo (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011), baseado nas experiências destes sujeitos (THOMPSON, 1981). As fontes de pesquisa utilizadas foram documentos organizados pelas Irmãs Passionistas, Igreja Católica, Estado do Paraná, município de Colombo, além de acervos de ex-alunos. Como conclusões, apreendem-se as práticas dessas religiosas, que ultrapassavam os muros escolares, como reforçadoras de traços e construtoras da identidade dos moradores de Colombo, calcadas na experiência católica dos primeiros imigrantes, que, no segundo momento da atuação Passionista, acrescentam ações que denotam o estereótipo italiano, auxiliando na construção de um pertencimento cultural a um país, como um todo.

Palavras-chave: Educação católica. Cultura escolar. Imigração italiana.

ABSTRACT

The current research is focused on the operation of the Passionist Sisters – an Italian Catholic Congregation – in the same confessional institution, in the city of Colombo, metropolitan region of Curitiba in Paraná, between 1927 and 1933 (Colégio Santo Antonio), and between 1951 and 1978 (Educandário Nossa Senhora do Rosário). At an specific delimitation timeline, the goal of this research is to understand the actions taken by those religious women, analyzing them as an important part of the school culture that was built into these school institutions and their representation into the cultural identity of the local citizens, also concerning the relation between the school and the community which was marked by traces of an Italian/Veneto immigration. It is understood that this research brings a new look for the joint of Brazilian education and religion, from the work of the female Catholic congregations that had a strong impact in the Brazilian scene in different ways, either shaping habits and behaviors or training values and identities. Methodologically, the current paper has a proposal divided into two different paths of study: catholic education by two closely related institutions – the Passionist Sisters Congregation and the Colombo Catholic School Institution -, along with a school culture understood in its relation to the local citizens. Thus, the main theoretical contributions taken into this work are the concepts of school culture according to Julia (2001) and Viñao Frago (1995), which influence an identity that is always built (Hall, 2000;2006), but that brings ethnic features to a group promotion (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011), based on the local citizens experiences (THOMPSON, 1981). The research sources used were documents organized by the Passionist Sisters, Catholic Church, State of Parana, the city of Colombo, as well as prior students collections. In conclusion, practices of those religious women were learned to surpass the school walls, as reinforcers of traits and builders of the identity of the residents of Colombo, gleaned from the Catholic experience of the first immigrants, who, at the second time the Passionists worked, added actions which denote the Italian stereotype, helping to build a cultural belonging to a country as a whole.

Key-words: Catholic Education. School Culture. Italian Immigration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Igreja Matriz de Colombo/PR – Década de 1910	41
Figura 2 – Colégio Santo Antonio (1917)	53
Figura 3 – Vista de Colombo (Década de 1910)	54
Figura 4 – Chegada das Irmãs Passionistas em Colombo/PR – 1927	62
Gráfico 1 – Matrícula Escolas da Villa Colombo.....	69
Figura 5 – Irmãs Passionistas com Pe. Alberto e alunos em comemoração cívica – 1928	73
Figura 6 – Capa – 1º Livro de Leitura.....	88
Figura 7 – Divulgação da Série Braga.....	89
Figura 8 – Capa – 3º Livro de Leitura.....	94
Figura 9 – Texto – 3º Livro de Leitura	95
Figura 10 – Capa – Leitura II.....	105
Figura 11 – Sugestão de experimento (Leitura II)	107
Figura 12 – Mancha de ocupação urbana em 1976 e 1981	114
Figura 13 – Retorno das Irmãs Passionistas (1951)	117
Gráfico 2 – Número de alunos do Educandário Nossa Senhora do Rosário e Grupo Escolar Cristóvão Colombo (1956 – 1976).....	125
Figura 14 – Orientações contidas nos boletins do Educandário (década de 1960).137	
Figura 15 – Desfile Cívico (1976).....	142
Figura 16 – Desfile Cívico (1978).....	143
Figura 17 – Capa – Primeiras Lições Úteis	151
Figura 18 – Poema ao final da lição	154
Figura 19 – Capa – 2º Livro Sodré	158
Figura 20 – Lição sobre Visconde de Mauá	161
Figura 21 – Capa – 3º Livro Sodré	163
Figura 22 – Contracapa – 3º Livro Sodré	164
Figura 23 – Atividade ao final da lição.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrada das congregações femininas em Curitiba e Região	50
Tabela 2 – Religiosas Passionistas que atuaram em Colombo (1927 – 1933)	65
Tabela 3 – Candidatos habilitados para o magistério particular em 4 de janeiro	66
Tabela 4 – Candidatos habilitados para o magistério particular no estado – exame realizado em 7 de dezembro – (2a. banca)	66
Tabela 5 – Frequência do Colégio Santo Antonio (1928 – 1931)	68
Tabela 6 – Características materiais (1º Livro de Leitura)	87
Tabela 7 – Características materiais (3º Livro de Leitura)	93
Tabela 8 – Características materiais (Leitura II)	104
Tabela 9 – Evolução da população do Município de Colombo	113
Tabela 10 – Religiosas Passionistas registras na Ata da casa de Colombo	119
Tabela 11 – Religiosas Passionistas que atuaram em Colombo (1951 – 1978)	120
Tabela 12 – Características materiais (Primeiras Lições Úteis)	150
Tabela 13 – Características materiais (2º Livro Sodré)	157
Tabela 14 – Características materiais (3º Livro Sodré)	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Altura
ABE	Associação Brasileira de Educação
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CEN	Companhia Editora Nacional
CP	Congregação Passionista
Dr.	Doutor
Dra.	Doutora
ed.	Edição
EPB	Escola de Pais do Brasil
IBEP	Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas
Exmo	Excelentíssimo
Ir.	Irmã
L	Largura
Ma.	Mestra
nasc.	Nascimento
Nº	Número
Obs.	Observação
p.	Página
Pe.	Padre
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sr.	Senhor
Sra.	Senhora
SSmo	Santíssimo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TRANSPOSIÇÃO PELOS MARES	26
1.1 DOS PRIMÓRDIOS ITALIANOS À VINDA AO BRASIL – AS IRMÃS PASSIONISTAS E O CAMPO EDUCACIONAL	27
1.2 IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PARANÁ E A CHEGADA A COLOMBO	34
1.3 A ESCOLARIZAÇÃO DOS IMIGRANTES E O CASO DO COLÉGIO SANTO ANTONIO	44
2 AS IRMÃS PASSIONISTAS E A ESCOLARIZAÇÃO DA SOCIEDADE COLOMBENSE	59
2.1 COLÉGIO SANTO ANTONIO (1927 – 1933)	59
2.2 LIVROS DE LEITURA: NUANCES DE UMA MODERNIDADE PEDAGÓGICA	83
2.2.1 Coleção Proença	86
2.2.1.1 1ª Livro de Leitura – Antonio Firmino de Proença	87
2.2.1.2 3ª Livro de Leitura – Antonio Firmino de Proença	92
2.2.2 Série Braga	102
2.2.2.1 Leitura II – Erasmo Braga	103
3 ENTRE IDAS E VINDAS: O RETORNO DAS IRMÃS PASSIONISTAS A COLOMBO	110
3.1 EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1951 – 1978).....	115
3.2 LIVROS DE LEITURA: BENEDICTA STHAL SODRÉ	148
3.2.1 Primeiras Lições Úteis	150
3.2.2 2º Livro Sodré	157
3.2.3 3º Livro Sodré	162
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	174
FONTES DOCUMENTAIS	182
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	186
ANEXO B – DESPACHO FAVORÁVEL PARA A ABERTURA DO EXTERNATO SANTA LUZIA	191
ANEXO C – IRMÃ FAUSTINA	192

INTRODUÇÃO

A partir da compreensão de que a cultura escolar compartilha projetos e é elaborada em profunda articulação com o contexto social na qual está inserida, a presente pesquisa tem como tema de estudo a atuação das Irmãs Passionistas, em uma instituição de ensino confessional católica, no município de Colombo, região metropolitana de Curitiba/PR, entre os anos de 1927 e 1933, e entre 1951 e 1978. Nessa delimitação temporal, buscou-se delinear os modos pelos quais essa congregação construiu uma relação muito estreita entre a escola e uma comunidade marcada por traços de uma imigração italiana/vêneta¹.

Como contexto inicial desse trabalho, tem-se o advento republicano no Brasil e a laicização do Estado, no qual a Igreja perde o espaço oficial na educação pública e sofre algumas ameaças pelas propostas do ensino laico e pela chegada dos protestantes que passam a ocupar esse cenário. Como forma de acentuar a disseminação de seus ideais, há um aumento na abertura de escolas católicas.

Nesse momento, a Educação Católica passa a ser elemento de destaque na estratégia do Episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil, e para fazer face à rede de escolas protestantes que começam a surgir, um pouco por toda a parte, no território nacional. É justamente neste período, [...] que são fundados no Brasil, ou aqui vêm se instalar, muitas Congregações Religiosas, especialmente os dedicados à educação escolar da juventude, tanto masculina, quanto feminina. (ALVES, 2005, p.210)

Algumas dessas congregações vieram acompanhando a onda de imigração que se instaurou no país desde o século XIX. Segundo Machioski (2004), o processo migratório italiano teve seu início no final do século XIX, decorrente de um momento europeu, em que os países se tornavam industrializados e sua população urbana aumentava de forma exponencial. Esse cenário desencadeou sérios problemas de absorção da população rural no mercado de trabalho das áreas urbanas, levando um contingente significativo dessa população a procurar melhores condições de vida

¹ Como a delimitação espacial deste trabalho abarca um contingente significativo de imigrantes provindos de uma região específica do norte da Itália – o Vêneto –, trazendo características próprias e marcantes, optou-se em utilizar o termo italiano(a)/vêneta/(a) para identificar esses sujeitos no território americano. Os termos foram utilizados de forma separada, quando indicam categoricamente a região italiana ou o estereótipo geral desse país.

em outros países. Trento (1988) acena alguns fatores italianos para a emigração, destacando que,

seja de ordem demográfica (diminuição do índice de mortalidade e estabilização do índice de natalidade após 1870), seja de ordem econômica – entre estes últimos, o primeiro lugar é assumido, sem dúvida, pela depressão agrícola dos anos 80, que provocou uma crise de disponibilidades alimentícias. (TRENTO, 1988, p. 31)

Essas foram algumas das variáveis do velho continente que levaram esses sujeitos a atravessar o Atlântico, rumo às Américas. Ao desembarcarem no Brasil e ficarem nas hospedarias, esses imigrantes, em sua maioria, ou eram realocados para as colônias, no sul do país, ou nas fazendas de café, em São Paulo. Muitos já vinham com destino certo, acordado ainda na Itália no momento de se inscreverem na lista de intenção de imigrar. O desenrolar desta história teve como desdobramento a fundação de diversas colônias italianas em terras brasileiras, dentre elas, a Alfredo Chaves, uma das poucas a se tornar município no Paraná, passando a ser conhecida mais tarde, como Colombo. Os imigrantes que primeiramente chegaram nesse local eram, em sua maioria, provindos do Vêneto, norte da Itália, região recém-unificada à península, fato que permite inferir a não consciência de pertencimento étnico vinculado à Itália.

As razões que os faziam se sentirem partícipes de uma identidade estavam relacionadas aos costumes campestres, aos modos de produção e aos valores ligados a moral e a religião católica, conservados nas lembranças de suas comunidades de origem. (MASCHIO, 2014b, p. 260)

A identificação com os costumes campestres e a religião católica são as principais marcas da identidade cultural do povo vêneto, uma vez que

[...] o catolicismo cresceu junto com os Vênetos e com a República dos Doges. Entre o povo e o cristianismo existiu, desde as origens, uma interação contínua. Esta o desviou das heresias e das lutas entre Estado e Igreja. O povo vêneto (campo, montanha e cidade) é naturalmente simples, trabalhador, inventor, alheio às histerias culturais. É pragmático. Não aprecia tudo que é racional. São historicamente comprovadas as suas posições antirrevolucionárias. Esta sua pré-disposição se deve ao seu apego a terra e à propriedade pessoal dos meios de produção. Por esta razão é também um povo contido, socialmente diversificado, focado na

produção e na economia de seus ganhos.² (POLI, 1995, p. 34 *apud* CASELATTO, 2002, p. 100)

Deste modo, pelas características trazidas por esses sujeitos, não tardou para que os vênetsos construíssem em Colombo uma Igreja e uma escola, que compactuassem com seus valores culturais, criando assim o Colégio Santo Antonio, no início do século XX. Nos seus primórdios, esta instituição foi mantida pelo governo italiano, mas, em 1917, passou a professar a doutrina católica, tendo, em sua trajetória até os dias atuais, a coordenação de três congregações religiosas femininas distintas: as Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, as Irmãs de São José e as Irmãs Passionistas. Em 1951, o Colégio passou a se chamar Educandário Nossa Senhora do Rosário e atualmente é denominado Colégio Passionista Nossa Senhora do Rosário.

A coordenação de ambientes educacionais por essas instituições religiosas passou a ser uma atividade comum, principalmente a partir do século XIX, quando as ordens e congregações religiosas floresceram de maneira exponencial, como nunca tinha ocorrido na história da Igreja. “Essas fundações estavam, todas elas, orientadas para a missão mundial, caracterizando-se por um acentuado ativismo [...]” (LENZENWEGER et al., 2006, p. 162).

No Brasil, as congregações ganham importância nos primeiros anos do século XX, por europeizar o clero, restaurar a hierarquia de submissão a Roma e buscar novos espaços, no período republicano. Entre esses espaços, se almejou

a afirmação da necessidade de presença e da ação da Igreja em todos os setores da organização, saindo da estagnação a que está condenada por vários fatores, [...] plataforma de novos tempos e novos programas, até na área política, dizendo embora não fazer política. (LUSTOSA, 1991, p. 30)

² “[...] il cattolicesimo è cresciuto insieme con i Veneti, e con la Repubblica dei Dogi. Tra popolo e cristianesimo c'è stato, fin dalle origini, un'interazione continua. Questa lo ha distolto dalle eresie, e dalle lotte tra Stato e Chiesa. Il popolo veneto (campagna, montagna, città) è istintivamente semplice, laborioso, costruttivo, alieno da isterismi culturali. È pragmatico. Non apprezza tutto ciò che è cerebrale. È storicamente attestato su posizioni antirivoluzionarie. Deve questa sua predisposizione al suo attaccamento alla terra, e alla proprietà personale dei mezzi di produzione. Per questa ragione è anche un popolo moderato, socialmente vario, impegnato nella produzione e nel risparmio”. (POLI, 1995, p. 34 *apud* CASELATTO, 2002, p. 100).

Para todos os textos em italiano ou espanhol apresentados nesta pesquisa, fez-se a livre tradução, mantendo os originais em nota de rodapé.

Entre estas estratégias para europeizar as práticas católicas no Brasil, buscando seu espaço, a Igreja teve como apoio o fato de que “inúmeras congregações vindas da Europa começaram a vislumbrar a região dos imigrantes como o terreno mais adequado para a fundação de seminários e a formação de um clero local em novos moldes” (AZZI, 1987, p. 221).

No movimento migratório de congregações europeias femininas para o território brasileiro, destacando as de origem italiana, segundo Leonardi (2006), as primeiras chegaram ainda em 1866, no estado de Pernambuco. Até os anos de 1900, foram 6 congregações católicas italianas que adentram o solo brasileiro, sendo que 3 destas ficaram concentradas no estado de São Paulo; a partir do século XX, esse cenário transforma-se, tendo um ápice na entrada de congregações religiosas femininas, somando até o ano de 1965, 214 institutos, sendo muitos desses de origem italiana (LEONARDI, 2006). No contexto paranaense, a primeira congregação religiosa feminina dessa etnia a dar suporte para Curitiba e região, foram as Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, que organizaram uma escola em Santa Felicidade, no ano de 1900, promovendo uma educação calcada nos costumes italianos e no catolicismo.

É nessa influência europeia, tanto no clero como na população em geral – pelo grande número de imigrantes –, que as Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz chegam ao Brasil, a convite dos Padres da mesma Congregação, no ano de 1919, para coordenar uma obra social, no estado de São Paulo. Neste Estado não tardou para que a instrução, que inicialmente era voltada para as necessidades sociais de um grupo de crianças do abrigo, fosse expandida para um atendimento escolar para alunos que não viviam em regime de internato. Mais tarde, esse atendimento se estende ao Paraná, chegando a Curitiba e, posteriormente, a Colombo. As Irmãs Passionistas estiveram presentes no colégio desta cidade em dois momentos distintos: primeiramente, entre os anos de 1927 e 1933, e mais tarde, de 1951 até os dias atuais.

No percurso da pesquisa algumas questões foram sendo formuladas no intuito de compreender melhor o papel desempenhado pelas Irmãs Passionistas na educação dos moradores de Colombo, chegando aos seguintes questionamentos: Quais as ações que marcaram a atuação das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz no Colégio Santo Antonio / Educandário Nossa Senhora do Rosário? Como tal atuação contribuiu para produzir uma identidade cultural nos moradores de

Colombo? Essas questões acabaram por delinear o objetivo geral do trabalho, o qual remete em caracterizar a atuação das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz no Colégio Santo Antonio / Educandário Nossa Senhora do Rosário, buscando compreendê-las como constitutivas da cultura escolar que foi se configurando nesta instituição de ensino, e os modos como essa atuação reverberou na sociedade ao qual estavam inseridas. Associados a esse objetivo maior, buscou-se caracterizar a organização da congregação das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz e suas relações com o Colégio Santo Antonio / Educandário Nossa Senhora do Rosário. A partir daí, verificaram-se os elementos da cultura italiana presentes na constituição e nas práticas do Colégio Santo Antonio / Educandário Nossa Senhora do Rosário, com as Passionistas. Procurando uma aproximação das práticas pedagógicas, buscou-se, ainda, identificar a circulação de impressos (livros de leitura), tentando apreender pistas dos modos com foram trabalhados, o que não foi possível; no limite, os livros permitiram compreender vestígios de uma orientação pedagógica – e, de certo modo - possíveis aproximações com os debates pedagógicos da época em que foram adotados. Por fim, o trabalho buscou compreender como as ações das Irmãs contribuíram para produzir uma identidade cultural nos moradores de Colombo.

Conhecer este passado, juntamente com as variáveis que implicaram na composição dos processos escolares de uma determinada instituição de ensino, podem revelar as diversas funções e atuações que essa escola teve na sociedade em que estava inserida, segundo a coordenação de uma organização religiosa, em específico.

Apreendem-se, neste contexto, essas múltiplas variáveis que implicaram na constituição de um colégio idealizado por imigrantes italianos/vênets, no município de Colombo, que tinham um pertencimento étnico muito forte ligado aos preceitos camponeses, familiares e católicos. Assim, compreende-se sobre o Colégio Santo Antonio – da mesma forma que Kreutz (1999) o faz em relação aos colégios alemães – que pode ser considerado “como o espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, de valorizar e de viver, construídas em um marco de tempo e de espaço que dão pertinência e identidade a indivíduos e grupos sociais” (KREUTZ, 1999, p. 92).

Nessa união entre educação brasileira e religiosidade, as congregações católicas tiveram um forte impacto e, por diferentes caminhos, foram modelando

hábitos, comportamentos, formando valores e uma identidade marcada pelos princípios da fé católica, defendida por esses institutos. De acordo com Luchese,

As inúmeras ordens e congregações católicas que estabeleceram-se no país, imbuídos de forte ardor missionário, a partir de então introduziam práticas católicas romanizadas. Ampliaram o trabalho litúrgico e catequético, criaram redes de instituições assistenciais como orfanatos, creches, casas de saúde, hospitais, asilos e, com grande ênfase, instituições educativas – fundando escolas primárias, secundárias e profissionalizantes, masculinas e femininas. (LUCHESE, 2008, p.2)

A partir dessa temática, em um levantamento de teses e dissertações que tiveram sobre o estudo das práticas de congregações femininas, encontraram-se pouco mais de seis trabalhos, destacando-se dentre esses, dois: primeiramente ressalta-se a tese de Paula Leonardi (2008), “Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo”, defendida na Universidade de São Paulo, que teve como objetivo compreender a estrutura e funcionamento de duas congregações de origem francesa (Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux e Irmãs de Nossa Senhora do Calvário) que adentraram São Paulo na primeira metade do século XX. Além de tratar da constituição e do desenvolvimento dessas instituições religiosas, Leonardi (2008) demonstra em sua pesquisa como trabalhar com fontes produzidas por essas congregações, para um olhar interno “além dos espelhos” que refletiam as imagens dessas instituições católicas no Brasil. O outro trabalho destacado nesta temática foi a “Educação Scalabriniana no Brasil”, tese defendida por Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira (2009), pela Universidade Estadual de Campinas, em que se coloca em pauta o atendimento realizado pela congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas aos imigrantes italianos na nova pátria, a partir de algumas instituições de ensino, buscando preservar a fé desses sujeitos e por extensão à cultura, relacionando esse projeto scalabriniano com a romanização no Brasil.

A respeito da cultura escolar, baseada na constituição de instituições de ensino em comunidades étnicas e na relação com as mesmas, levantaram-se dezesseis pesquisas nessa temática, podendo-se destacar algumas. O livro de Valquíria Elita Renk (2004), “A Educação dos Imigrantes Alemães Católicos em Curitiba”, fruto de sua dissertação, traz um estudo sobre a educação católica dos imigrantes alemães, tendo como foco o Colégio Bom Jesus (caracterizado como

uma escola étnica) e sua relação entre a sociedade de Curitiba e a comunidade alemã; um dos caminhos metodológicos demonstrado no trabalho foi a análise sobre a imprensa étnica. Na mesma linha de discussões étnicas, porém, em São Paulo, Eliane Mimesse (2010), através do livro “A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar”, coloca em discussão sua pesquisa de mestrado, destacando a importância da escola para os imigrantes italianos do núcleo colonial de São Caetano, em conjunto com a contribuição desses na instalação de indústrias e criação de escolas, que mesmo diante de inúmeras dificuldades eram reivindicadas. Na região Sul, Terciane Ângela Luchese (2015), a partir de sua tese, publicou o livro “O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul”, em que apresenta como se deu a instituição das escolas e a importância delas para esses imigrantes, destacando que uma das frentes foi pela via das congregações religiosas e as escolas paroquiais. Em outro trabalho, Luchese (2014) reuniu no livro “História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras” nove diferentes pesquisadores, dissertando sobre as experiências escolares dos imigrantes italianos e seus filhos, entre o final do século XIX e início do século XX, nas regiões Sul e Sudeste, permitindo uma reflexão a respeito da relação entre esses sujeitos, o governo brasileiro, o governo italiano e a Igreja Católica, que em uma perspectiva plural, pelas várias pesquisas apresentadas no livro, permitiu ampliar as lentes para compreender melhor os modos de ser e se fazer italiano em diferentes espaços. Ainda sobre essa temática de imigração e religiosidade, tem-se a tese de Claricia Otto (2005), “Catolicidades e italianidades: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina”, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em que se discutem as disputas do poder de autoridade sobre os colonos residentes em Santa Catarina, entre Igreja Católica e Estado Italiano, que mesmo em categorias opostas, viabilizaram projetos de catolicidade e de italianidade, na constituição de identidades. Já a tese da professora Ariclê Vechia (1998), versa sobre imigração e educação em Curitiba, durante o período imperial, entre 1853 e 1889, e em um dos desdobramentos de suas pesquisas, tem-se o artigo publicado no segundo CBHE, em que Vechia (2002) trata dos embates das propostas educacionais, do final do século XIX, entre os imigrantes italianos do centro urbano de Curitiba, exemplificado pela primeira sociedade – Giuseppe Garibaldi –, com uma matriz patriótica italiana, e os imigrantes italianos agricultores, ligados à prática da religião; nestes embates tem-se

o forjamento de uma identidade. Em relação à religião e imigração, têm-se os trabalhos de Azzi (1993; 1987), que coloca em pauta o catolicismo de imigração, com relevância a partir do século XIX, sendo este uma crença preservada nos moldes europeus e uma ponte cultural com o país de origem destes imigrantes, enfatizando o caso italiano.

Sobre as produções locais nessa temática, destacam-se cinco pesquisas. Em um âmbito mais histórico sem adentrar no educacional, tem-se o livro “O município de Colombo”, em que o professor Sebastião Ferrarini (1992) organiza uma espécie de compêndio histórico sobre o município, indicando diversas documentações desse processo. Já a monografia de Fábio Luiz Machioski (2004), “A preservação da identidade cultural em um grupo imigrante italiano: Curato de Colombo, Paraná, 1888 – 1910”, realizada na Universidade Federal do Paraná, versa sobre a imigração italiana na região e a religiosidade desses sujeitos, destacando as ações desenvolvidas para a preservação de uma identidade cultural, como o matrimônio, o compadrio e a nomeação dos filhos. Especificando as produções que trabalharam exclusivamente com a educação, a professora Elaine Cátia Falcade Maschio publicou, em 2014a, o livro “Escolarização pública e imigração italiana: a constituição do ensino elementar das colônias ao município (1882 – 1912)”, cuja pesquisa – fruto de sua dissertação – estuda o processo escolar, desde a fundação de algumas colônias até a constituição do município de Colombo, destacando uma educação por meio das escolas públicas e algumas iniciativas particulares; essa temática sobre educação e imigração italiana foi aprofundada na tese de Maschio (2012), “A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de *italianità* e *brasilità* (1875 – 1930)”, defendida na Universidade Federal do Paraná, em que se analisou o processo escolar em Curitiba e região, destacando as instituições públicas, étnico-comunitárias, italianas laicas e confessionais católicas. Em um dos tópicos dessa pesquisa, Maschio (2012) estudou a *Scuola Santo Antonio*, no município de Colombo, colocando-a inicialmente como parte de uma política do Estado italiano e esquadrinhou a atuação das religiosas Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus nessa instituição. Esse detalhamento da instituição com as religiosas italianas, feito por Maschio (2012), aprofunda parte da dissertação apresentada por Vanessa Elisa Zoca (2007), “A contribuição do Colégio Santo Antonio para o processo de romanização da Igreja Católica e para a manutenção da cultura italiana”, produzida

na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na qual analisou o histórico de construção do Colégio, entre 1917 e 1951, na manutenção de uma cultura, defendida no trabalho como italiana, em conjunto com as práticas de romanização da Igreja. Porém, apenas no terceiro e último tópico da dissertação, na sua metade final, Zoca (2007) cita sobre a atuação das congregações no Colégio. Em relação às Passionistas, em sua coordenação entre 1927 e 1933, encontrou-se na dissertação um histórico resumido da congregação e pouco mais de oito páginas sobre a passagem das mesmas por Colombo, baseadas principalmente em dois depoimentos e três memórias registradas em um livro sobre as vocações colombenses; na fala desses sujeitos, a pesquisadora destacou as imagens que esses estudantes tinham das freiras, sem adentrar nas práticas e características da congregação. De modo geral, denota-se que o objetivo da dissertação não foi o de enfatizar as congregações que por aqui passaram e suas especificidades, mas sim a representação geral do Colégio para a comunidade e a Igreja.

Neste balanço de pesquisas envolvendo o estudo de congregações, instituições escolares e imigração, denota-se que na História da Educação há a possibilidade de lançar um novo olhar para as práticas educativas católicas no Brasil. Todos os trabalhos, principalmente os produzidos localmente, foram de extrema importância para pensar nesta proposta de pesquisa, verificando a inexistência de um estudo aprofundado sobre a escolarização em Colombo pela vertente das Irmãs Passionistas, congregação que mais atuou na instituição escolar dessa cidade. Acredita-se que esse estudo, além de contribuir para a história da escolarização católica do município – que por extensão está dentro de um sistema amplo –, coloca em pauta as práticas de uma congregação fortemente ligada com o desenvolvimento dessa cidade. Para isso, delimitou-se temporalmente o estudo da cultura escolar das Irmãs Passionistas em Colombo, entre os anos de 1927 e 1933, quando estas religiosas chegam nesta instituição de ensino pela primeira vez, e de 1951 - quando se tem o retorno das mesmas a Colombo (onde estão presentes ininterruptamente até os dias de hoje), até 1978, data em que foi comemorado o centenário da imigração italiana no município, com participação do Educandário.

Nesta perspectiva, do ponto de vista teórico-metodológico a presente proposta está situada em dois caminhos de estudo: a educação católica por meio de duas instituições intimamente relacionadas – a Congregação Passionista e o Colégio Santo Antônio/Educandário Nossa Senhora do Rosário –, em conjunto com uma

cultura escolar entendida em sua relação com a sociedade colombense. A união entre religião, cultura e cultura escolar revelam fórmulas de produção de uma identidade. Dentre as esferas privadas presentes neste processo, tem-se a grande influência da Igreja, legitimada pelas famílias colombenses, resultando em uma instituição de ensino católica, mantida por esses sujeitos, mas também por políticas públicas, revelando em Colombo um público minimamente separado desses campos particulares.

Na perspectiva de materializar esse ambiente tomando como referência o contexto escolar, político e social nos quais estas instituições estavam envoltas, tomam-se como aporte teórico os conceitos de cultura escolar, identidade, etnicidade e experiência. O conceito de cultura escolar é utilizado neste trabalho para compreender as ações educacionais no interior do colégio. No entanto, diante dessas variadas influências que configuram essa instituição de ensino e suas práticas, a cultura escolar precisa ser considerada nas relações conflituosas e pacíficas do seu interior (JULIA, 2001), mas também na diversidade de influências que possibilitam entendê-la no plural, como culturas escolares (VIÑAO FRAGO, 1995). No conjunto dessas culturas, na constituição do Colégio, tem-se a influência italiana/vêneta de católicos fervorosos inseridos em uma colônia paranaense, que mais tarde conta com a atuação da congregação das Irmãs Passionistas. Essa cultura escolar, impregnada de catolicismo, articula-se com as questões políticas e culturais, reverberando em uma fórmula de produção de identidade.

A identidade, na perspectiva de Hall (2000; 2006), inicialmente compreende características partilhadas, mas caracterizadas pelas diferenças, em articulações sempre parciais, pois identidades são estruturas abertas e móveis, que por mais que procurem o fechamento são perturbadas pelas diferenças. Nesse caminho de duas vias, pode-se denotar em Colombo uma celebração móvel, ou seja, identidades em diferentes contextos, em uma invenção de tradições, mas que sempre trazem as experiências dos sujeitos.

As experiências dos sujeitos (THOMPSON, 1981), na construção dessa história, revelam-se como um processo, nem sempre linear, que inevitavelmente vão sendo remodeladas com o tempo. Mas, de qualquer forma, esse processo

não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionam-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de

maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. (THOMPSON, 1981, p. 61)

Um dos caminhos dessa não arbitrariedade revela as questões étnicas/etnicidade, que Poutignat e Streiff-Fenart (2011) apontam para o fato de não existirem grupos étnicos a priori, mas sim a existência de categorias étnicas que possuem significações e são utilizadas de forma comum nas relações de uma comunidade com o todo. A organização social numa base étnica visa à promoção do grupo. Em Colombo, as características que se revelam para o desenvolvimento desde a antiga colônia, giram em torno de uma origem geográfica comum, inicialmente o uso do mesmo dialeto, mas principalmente as construções sociais em torno da Igreja, fortemente amparadas pelo catolicismo.

Uma vez que as fontes foram produzidas a partir de pistas deixadas pelas Irmãs como rastros de sua trajetória, muitas vezes sombreadas e obscurecidas pela poeira dos arquivos e dos documentos, ancoram-se muitas das inferências desse trabalho no paradigma indiciário, tal como proposto por Ginzburg (1989), já que

O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. (GINZBURG, 1989, p. 152)

No objetivo de encontrar traços da cultura escolar, que remetem a construção de uma identidade, utilizaram-se como fontes de pesquisa, documentos organizados pelas Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz, como cartas, Atas, normas e regulamentos, registros de entrada na congregação e registros escolares, como livros de matrículas e registros de visitas de Delegados de Ensino, além de documentos oficiais do Estado do Paraná, Livro Tombo da Igreja Matriz de Colombo, Livro de Crônicas do Convento do Calvário, publicações da Arquidiocese de Curitiba, livros de leitura que circularam na escola (Coleção Proença, Série Braga e Coleção Sodré), jornais da época, fotos, entrevistas com alunos e religiosa que estiveram

presentes no segundo momento (1950 – 1978), em Colombo³, documentos do Grupo Escolar Cristóvão Colombo, entre outros. Dentre os locais visitados e acervos consultados, destacam-se a casa das Irmãs Passionistas, em Colombo/PR, Curitiba/PR (Província Imaculado Coração de Maria) e Pinheiros/SP (Província São Gabriel da Virgem Dolorosa), a Arquidiocese de Curitiba, as Igrejas dirigidas pelos Padres Passionistas, em Colombo/PR (Paróquia Nossa Senhora do Rosário) e Pinheiros/SP (Paróquia São Paulo da Cruz), o Arquivo Público do Paraná, o Memorial de Curitiba, a Escola Municipal Cristóvão Colombo, além dos acervos da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia e de ex-alunos.

Para esta construção envolta entre educação, imigração e catolicismo, dividiu-se o trabalho em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo, discutem-se as origens, primeiramente da Congregação das Irmãs Passionistas, na Itália, até sua vinda ao Brasil, além da formação da Colônia Alfredo Chaves, através da imigração italiana/vêneta, que resultou mais tarde na idealização do Colégio Santo Antonio.

No segundo capítulo, busca-se caracterizar o Colégio Santo Antonio, com as Irmãs Passionistas, no primeiro momento, entre 1927 e 1933; em conjunto com a análise dos livros de leitura que circularam neste período na instituição, escritos por Antonio Firmino de Proença e Erasmo Braga.

No terceiro capítulo, colocam-se em pauta os atributos do Educandário Nossa Senhora do Rosário, com as Passionistas, entre 1951 e 1978, destacando suas práticas sociais e políticas, e como as mesmas reverberaram na comunidade colombense; e, novamente analisaram-se os livros de leitura que foram utilizados pelo Educandário, sendo esses da Coleção Sodré, escritos por Benedicta Sthal Sodré.

Na escrita desse trabalho, alguns aspectos foram valorizados, outros descartados e outros, permitidos pelas fontes encontradas. Dessa forma, apresenta-se um texto feito por escolhas, que procurou trazer a história de uma instituição escolar, pela vertente de uma congregação, relacionando cultura, catolicismo e identidade.

³ As entrevistas foram aprovadas pelo Comitê de Ética da PUCPR, sob o parecer 1.247.267. (ANEXO A)

1 TRANSPOSIÇÃO PELOS MARES

“Elas, que por amor do seu Deus, haviam deixado a família, ausentam-se agora do solo pátrio, transpõem os mares e, sem refletir na diversidade de língua e costumes, seguem iluminadas pela luz da obediência.”
(PASSIONISTAS, 1940, p. 2)

A transcrição da frase acima, retirada da Ata Histórica da Congregação das Irmãs Passionistas no Brasil⁴, descreve os primeiros passos e até sentimentos das religiosas que, em 1919, saíram da Itália e, em São Paulo, desembarcaram para o início das atividades dessa congregação em solo brasileiro.

Essa “ausência do solo pátrio”, em uma viagem transatlântica, enfrentando “diversidades de língua e costumes”, não foi uma vivência apenas dessas religiosas. Os imigrantes que chegaram ao Brasil, no final do século XIX, dentre eles, os italianos/vênetos fundadores da colônia Alfredo Chaves, atual município de Colombo/PR, também a tiveram.

Mesmo em contextos diferentes, de origem e chegada ao Brasil, essas trajetórias se entrelaçaram, culminando na atuação das Irmãs Passionistas nessa cidade, como responsáveis por uma instituição de ensino católica, inaugurada pelos imigrantes que lá viviam.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a Congregação⁵, dos seus primórdios à vinda ao Brasil, compreender o contexto da imigração⁶ em Colombo e a chegada dessas religiosas nessa antiga colônia de imigrantes, para conduzir o Colégio Santo Antonio.

⁴ A Ata tem como data inicial o dia 29 de junho de 1940, na cidade de São Paulo.

⁵ Para a descrição dessa Congregação, lança-se o olhar nos rastros e registros guardados por essas religiosas, tal como demonstrado por Leonardi (2008), na caracterização das imagens dessa congregação internamente, em conjunto com o seu desenvolvimento que ganha novos contornos tanto na Itália, como na atuação brasileira, mudanças comuns na chegada dessas entidades religiosas em outros países (ROGERS, 2014). Dentre a atuação em território brasileiro, coube a essas mulheres o setor assistencial e educacional, como uma das frentes tomadas estrategicamente pela Igreja no período republicano (NUNES, 1997).

⁶ Ao falar de contexto imigratório destaca-se neste trabalho o caso italiano, enfatizando as trajetórias e ações desses sujeitos (TRENTO, 1988), principalmente do maciço contingente vêneta que adentrou no Paraná (BALHANA, 1978). Nesses atos, se tem a vertente religiosa (AZZI, 1987) e escolar (MASCHIO, 2012), destacando a importância desta última para o estudo sobre a imigração na “análise contextual dos diversos componentes de um complicado processo em ato de transformação demográfica e social” (FRANZINA, 2014, p. 10).

1.1 DOS PRIMÓRDIOS ITALIANOS À VINDA AO BRASIL – AS IRMÃS PASSIONISTAS E O CAMPO EDUCACIONAL

A história da congregação das Irmãs Passionistas tem sua origem no século XVIII, em Florença (Itália), impulsionada pelas ações sociais de Maria Madalena Frescobaldi Capponi. Em uma viagem feita à Viena (Áustria), Frescobaldi teve contato com o movimento *Amizade Cristã*, idealizado pelo padre jesuíta Diessbach.

O movimento tinha, por objetivo, preparar pequenos núcleos cristãos destinados a serem fermento evangélico nas Cortes Europeias e entre a aristocracia, para influenciar na atuação de uma política a favor da doutrina da Igreja e para a promoção das classes sociais mais necessitadas. (KOINONIA, 1999, p. 10)

Ao retornar para a Itália, Maria Maddalena se torna membro do grupo *Amigos e Amigas de Florença*, que tinha por finalidade o apoio social às classes necessitadas. Com isso, ela começa a frequentar o *Hospital de S. Bonifazio*, onde se depara com a figura da mulher prostituída. Por meio de sua relação com Lucrezia Ricasoli,

As duas amigas se sentem desafiadas a responder adequadamente a esta situação. Elas entendem que não se trata de ajudar só um corpo doente, mas de curar as origens de um mal mais grave, a falta de conhecimento. A proposta para ajuda-las é rapidamente pensada e feita: << ... comecemos a erguer uma escola >> - escreve Lucrezia⁷. (MERLO, 1999, p.74)

Lucrezia destacou a importância de se criar uma escola, em carta endereçada ao diretor da Amizade Cristã, Lanteri, em 2 de setembro de 1808. Porém, por não terem conseguido uma casa particular, a ideia da escola não deu certo, pois “o que se aprendia, durante o dia, perdia-se no retorno a casa delas, à noite”⁸ (RICASOLI, 1808).

Os documentos não fornecem informações precisas sobre essa escola, sua abordagem pedagógica, os conteúdos ensinados, mas se percebe, desde o início da obra de Maria Maddalena, o ideal de se trabalhar com uma ação de caridade

⁷ “Le due amiche si sentono interpellate a rispondere in maniera adeguata a questa sfida. Comprendono che non si tratta di aiutare solo un corpo malato, ma di sanare le origini di una malattia più grave, l'ignoranza. La proposta per aiutarle è presto pensata e attuata: <<... principiammo a mettere su una scuola>> - scrive Lucrezia”.

⁸ “[...] quello che si otteneva nel giorno si perdeva nel ritornare alle loro case la sera [...]”.

atrelada a uma educação escolar. Este é um indicativo da função regeneradora e salvadora que se atribuía à escola moderna, que no ocidente, desde a metade do século XIX, era discutida como “questão política da educação popular”, em “debates acerca da democratização da cultura” (SOUZA, 2000, p. 9). Essa escola idealizada inicialmente por Frescobaldi tinha como objetivo a assistência social para com a figura feminina, a partir da influência de um movimento da Igreja Católica.

Mesmo não se concretizando a abertura dessa escola, foi fundada a Confraria *As Ancilas da Caridade* com fins sociais e educacionais. De modo não oficial, procurando ajudar principalmente as jovens entregues à prostituição, em 1811, Maria Maddalena aluga uma casa, para acolher estas jovens que “deviam aprender não só a escrever, mas também a terem cuidado e respeito consigo mesmas, e com o seu corpo, a usar devidamente o tempo, além de algum trabalho que lhes garantisse a manutenção” (MERLO, 2010, p. 65).

Desta forma, um trabalho social iniciado em um hospital, expande-se para um ambiente físico próprio, preocupado em orientar aquelas mulheres, no sentido espiritual e intelectual. Posterior à Confraria, surge o *Ritiro Santa Maria Maddalena Penitente*, no qual, em 7 de março de 1815, quatro jovens frequentadoras tomaram o hábito religioso, orientadas por Frescobaldi, que a partir de então se tornaria a fundadora da congregação católica conhecida hoje como Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz.

Dois anos depois das primeiras religiosas serem formadas no *Ritiro*, em carta ao Geral dos Passionistas, Pe. Tomás Alberano, Frescobaldi solicita a agregação da pequena comunidade de Florença, aos Padres Passionistas. Neste momento, cumpre-se destacar que o campo de atuação social demarcado por Maria Maddalena foi se configurando de modo diretamente relacionado ao campo religioso. Compreende-se que nesta troca,

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes. (BOURDIEU, 2005, p. 48)

Esse trabalho social com o fundo religioso teve a participação de Frescobaldi até 1839, ano de sua morte. Após esse momento, assume o instituto, Gino Capponi, pedagogo, filho da fundadora, com a ajuda de Carlos Michelagnoli, superintendente do *Ritiro*.

Em 1865, a transferência da capital do novo Reino da Itália, de Turim para Florença, obrigou a saída do *Ritiro* da cidade, sendo este entregue para outro instituto religioso e, com isso, em 1866, a comunidade acabou sendo dissolvida. Uma das participantes do convento, Crocifissa, sem o hábito religioso, passa a procurar uma casa onde pudesse se alojar; em 26 de março de 1867, unida a Pia Frosali (ex-membro do Instituto), as duas dão início a uma escola de trabalhos e curso primário. Não traziam o hábito religioso, mas mantinham a filosofia do *Ritiro*, destinando a obra para um atendimento social a um grupo de crianças e jovens. Em carta a Alessandro Carraresi, secretário de Gino Capponi, datada em 23 de maio de 1867, Crocifissa escreve:

Comecei já a dar aula a algumas crianças e acredito que logo aumentará o número. No próximo mês virão quatro jovens de 15 a 20 anos para aprender ler e escrever, e também aritmética, somente. Se o senhor tiver, para favorecer-me, algum livro instrutivo e moralizante, em vários exemplares, faria uma grande caridade, porque assim poderei ensinar a vários ao mesmo tempo.⁹ (CROCIFISSA, 1867)

Destaca-se na carta, a configuração de uma “escola”, voltada para a instrução intelectual e educação moral de crianças e jovens necessitados. O pedido de diversos exemplares de livros para poder “ensinar a vários ao mesmo tempo” também é indicativo de uma preocupação com uma proposta pedagógica mais eficaz.

O ano de 1872, marca a reativação “oficial” do Instituto das Irmãs, quando Ir. Crocifissa e Ir. Pia, retomam o hábito religioso, dando início ao *Instituto Feminino de S. Paulo da Cruz no Castel de Signa*, reconhecido posteriormente como *Confraria da Congregação dos Passionistas*, assinando “um contrato com o Ministério do Interior

⁹ “Ho già cominciato a fare scuola ad alcune bambine, e credo che presto aumenterà il numero. Nel mese venturo vengono quattro ragazze dai 15 ai vent’anni per imparare leggere, scrivere ed aritmetica solamente. Se Ella avesse da potermi favorire con qualche libro istruttivo e moralizzato e a più copie, mi farebbe una grande carità, perché così potrei farne leggere più insieme.”

para os serviços educativos das *convertidas* e *periclitantes*, jovens marcadas pela miséria, violência, ignorância e exploração” (KOINONIA, 1999, p.24).

Mesmo não sendo na mesma perspectiva da obra fundada por Frescobaldi, a atenção das Irmãs às jovens pobres e órfãs configurou um novo campo de atuação, mas manteve a essência da criação dessa instituição e expandiu a obra.

Em consequência, a forma que a estrutura dos sistemas de práticas e crenças religiosas assume em um dado momento do tempo (a religião histórica) pode afastar-se bastante do conteúdo original da mensagem e só pode ser inteiramente compreendida por referência à estrutura completa das relações de produção, de reprodução, de circulação e de apropriação da mensagem, e por referência à história desta estrutura. (BOURDIEU, 2005, p. 52)

Ir. Crocifissa se manteve na Instituição até fevereiro de 1879, data da sua morte. A partir de então, quem assume a liderança do Instituto, é a Ir. Pia Frosali. O contexto de atuação social e religiosa das freiras italianas se insere em um momento europeu de feminização do clero, ressaltado por Leonardi (2009), em que se tinha a formação de grupos voltados para o assistencialismo e que mais tarde acabavam por se instituir em congregações religiosas. Tal trajetória vai ao encontro do histórico do Instituto das Irmãs Passionistas, trazendo uma atuação mais contundente da mulher no campo religioso, uma vez que a “aceitação da Santa Sé a fundação de congregações femininas com superiora geral também se inseria dentro das estratégias ultramontanas de difusão da religião através das mulheres” (LEONARDI, 2009, p. 183).

Com a morte de Ir. Pia, no ano de 1896, Ir. Angélica assume a direção do Instituto e dá continuidade ao trabalho com as jovens e meninas órfãs, educando a mente, a partir de uma filosofia católica, para se educar o corpo. Em uma circular apresentada às Irmãs Passionistas, em 5 de janeiro de 1909, a Superiora Angelica Michelagnoli escreve:

Diante da sociedade, porque as meninas que nos são confiadas de todas as partes, retornarão um dia às suas casas ou tantas famílias, e se bem educadas, disseminarão em todos os lugares o bom nome da nossa Congregação, do nosso Instituto, e poderão ser boas mães de família, boas esposas, jovens boas e honestas. É verdade que a nossa vida é muito trabalhosa, séria é a nossa responsabilidade, mas é também verdade que

um grande prêmio não nos chega se não por meio de grandes fadigas¹⁰.
(MICHELIGNOLI, 1909)

As ações de Michelagnoli colocaram esta congregação além do território italiano, iniciando sua expansão primeiramente no Brasil. Nesta nova empreitada, as características do Instituto continuaram sendo levadas a diante. Porém, como destaca Rebecca Rogers (2014) em suas pesquisas, é difícil generalizar a atuação de uma congregação estrangeira em outro país, pois o contexto se torna um fator determinante nas práticas do novo campo que é estruturado. Por exemplo,

Uma congregação que, na França, era voltada para a educação religiosa dos pobres, viu-se à frente de pensionatos em terra estrangeira, difundindo uma cultura percebida antes como francesa que como religiosa; outra, originariamente destinada à atividade hospitalar, fora da França adquiriu fama como congregação de ensino. (ROGERS, 2014, p. 63)

As Passionistas desembarcaram no Brasil, no ano de 1919, com as Irmãs Boaventura Sabani, Águeda Lopai e Anunciata Innanzi. Ao chegarem a São Paulo, a convite dos Padres Passionistas, as religiosas assumiram a direção do Abrigo Santa Maria, destinado ao atendimento de meninas órfãs.

Nesse período em que as Passionistas chegaram, um grande número de congregações femininas adentra o Brasil, acompanhando os imigrantes. A feminização do clero europeu e os investimentos que a Igreja passou a fazer na educação justificam a maior concentração dessas religiosas no País (LEONARDI, 2008). Em paralelo a este contexto, na união implícita entre Estado e Igreja, o magistério brasileiro sofreu transformações e trouxe também à sala de aula a figura feminina, tanto na atuação docente, como na participação discente.

Na República, como destaca Louro (1997, p. 447), aponta-se “[...] a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a a modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”. Tal formação tinha como base a educação cristã, mesmo tendo sido formalizada a separação entre Estado e Igreja.

¹⁰ “Di fronte alla società poi, perché le figliole che ci vengono affidate da tutte le parti, ritorneranno un giorno alle case loro, ovvero in tante famiglie, e se educate bene spargeranno dovunque il buon nome della nostra Congregazione, del nostro Istituto, e potranno essere buone madri di famiglia, buone spose, buone ed oneste giovani. È vero che laboriosa assai è la nostra vita, grave la nostra responsabilità, ma è vero altresì che gran premio non si giunge se non per mezzo di grandi fatiche”.

Ressalta-se que as Passionistas chegaram a São Paulo em um período marcado por muitas discussões educacionais, iniciadas no fim do século XIX. No “projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social” (SOUZA, 1998, p.26).

Mesmo não assumindo instituições de ensino oficiais, o papel dessas religiosas, ligado ao seu carisma¹¹ de fundação, sempre foi apoiar socialmente a educação feminina. Ao conduzirem um abrigo repleto de crianças órfãs, elas iniciaram essa prática educacional. Em uma matéria publicada no dia 5 de julho de 1920, no jornal O Estado de São Paulo, “*À Caridade em S. Paulo – O que são e como vivem os Asyls – Uma visita ao abrigo de Santa Maria (notas de um repórter)*”, é descrito o interior dessa primeira instituição Passionista no Brasil e algumas das práticas desenvolvidas pelas Irmãs com as crianças, como se pode perceber no trecho a seguir:

E' difficil dizer a impressão que nos causaram aquellas sessenta orphams reunidas em torno de uma mesa tosca de madeira, aprendendo os trabalhos de agulha que duas irmans lhes ensinavam pacientemente. Havia-as de todas as edades, desde as de quatro e cinco anos, até mocinhas já feitas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1920, p.5)

A partir dessas práticas, implicitamente, as Irmãs traziam consigo hábitos que vinham ao encontro dos ideais republicanos de regenerar a população pela educação, moldando-a para ser um povo produtivo e saudável. Entre estas atividades, destacam-se os trabalhos manuais para a educação feminina.

Cabe ressaltar, que na matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, ainda não oferecendo instrução escolar às crianças, apreende-se uma intenção anunciada, que dependia apenas do domínio da língua portuguesa, para ser posta em prática. Ou seja, não se pretendia ensinar em italiano, no Brasil.

Soubemos ainda que as asyladas estão crescendo sem instrucção, por falta de uma escola, e que ha promessa de se criar uma de primeiras letras, quando qualquer das tres irmans de caridade chegar a conhecer a nossa língua e puder leccionar. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1920, p.5)

¹¹ O carisma de uma Congregação religiosa pode ser descrito como o modelador de sua constituição externa, aquilo que conduz as suas atividades (LEONARDI, 2008).

Uma das Irmãs italianas, Anunciata, era normalista, formada pela *Scuola Normale Massimina Rosellini*. Desta forma, não tardou para abrirem a primeira escola particular, em São Paulo, para atender alguns alunos externos, quatro anos depois da chegada ao Brasil¹².

Tal instituição é inserida no contexto brasileiro de “feminização do magistério”, em que “as assim chamadas ‘características naturais femininas’ são articuladas às tradições religiosas da atividade docente, dando-lhe uma outra conformação” (LOURO, 1997, p. 463). Essa associação entre as “características femininas” e as atividades religiosas, reforça a ideia de sacralização da profissão, juntamente com a interlocução entre o papel de Irmã/professora. Com o objetivo de retomar a ordem da Igreja no Brasil, no início da República, a mulher (religiosa) passa a ser vista como uma boa estratégia de difusão do catolicismo em diferentes frentes, mas, sobretudo, aquelas relacionadas à assistência e educação; para isso, são criadas diversas escolas católicas, sob a direção da figura religiosa feminina (NUNES, 1997).

As primeiras candidatas a religiosas, que deram continuidade ao trabalho das Passionistas no continente americano, eram provenientes do município de Colombo – Paraná, o qual, desde 1915, tinha como responsáveis pela sua paróquia os Padres da mesma Congregação. No início da década de 1920, essas aspirantes foram a São Paulo para realizar a formação religiosa. Tal passagem é registrada na Ata Histórica da Congregação, a partir do seguinte texto:

o nome de Irmãs Passionistas atraiu muitas almas, desejosas de seguir de perto a Jesus Crucificado, chegando a Madre Superiora muitos pedidos de admissão. Dentre estes, o primeiro partiu de Vila Colombo, do Estado do Paraná, que apresentava quatro jovens aspirantes: Jacomina Lovato, Maria Bordignon, Maria Lovato e Mariana Busato, as quais sendo aceitas fizeram entrada no Instituto aos 22 de junho de 1920 [...]. (PASSIONISTAS, 1940, p. 4)

¹² Ver despacho favorável para a abertura do Externato Santa Luzia do Abrigo Santa Maria, datado em 3 de julho de 1923, no anexo b. (PASSIONISTAS, s.d.)

Além destes quatro nomes, notou-se, no registro de entrada das Irmãs, mais uma aspirante que iniciou no Instituto nesta mesma data, provinda de Colombo, chamada Caterina Fiorese¹³ (PASSIONISTAS, 1920).

Pouco tempo depois, as Passionistas se estabeleceram no Paraná, primeiramente em Curitiba.

O Estado do Paraná foi o primeiro a reclamar os benefícios da assistência das Irmãs, as quais desejosas de propagar cada vês mais, a Paixão de Nosso Senhor, para lá se dirigiram em 1926, a pedido do Exmo. Snr. Dr. Caetano Munhos da Rocha, então presidente do Estado. Fe-lo por intermédio do Rvmo Pe Damaso do S SSmro Rosario, de saudosa memoria, então Superior dos PP. Passionistas em Curitiba. (PASSIONISTAS, 1940, p. 7)

Neste local, assumiram uma obra assistencialista em um asilo e, anexa a ele, funcionava “a Escola de Reforma Feminina, assim como um departamento para dementes de ambos os sexos” (PASSIONISTAS, 1940, p. 7). Nessa atuação, as Irmãs mantinham afinidade com a origem italiana, de apoio social à figura feminina, a partir de um convite governamental. Em pouco tempo no Paraná, essas religiosas foram convidadas a assumir outra instituição de ensino, em Colombo; era o Colégio Santo Antonio, idealizado pelos imigrantes/descendentes peninsulares que fundaram essa cidade, no final do século XIX. Porém, essa nova atuação se afasta um pouco da proposta original da congregação, que começou a esboçar os primeiros passos na educação, em um atendimento voltado à mulher, que mais tarde, na cidade de São Paulo, estendeu-se às crianças de um orfanato. Em Colombo, esse atendimento educacional foi direcionado ao ensino primário dos filhos de imigrantes.

1.2 IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PARANÁ E A CHEGADA A COLOMBO

A segunda metade do século XIX foi marcada pela entrada de um grande contingente de imigrantes europeus no Brasil, devido às diversas estratégias, vistas como necessárias, para o desenvolvimento do país e à crise no velho continente. No Paraná, esta realidade foi acentuada com a sua emancipação política de São Paulo,

¹³ Não se sabe o motivo por não constar o nome dessa religiosa na Ata Histórica das Passionistas no Brasil. Porém, antigos moradores de Colombo comentam que esta saiu precocemente da Congregação.

no ano de 1853, da qual surgiu a necessidade de ocupar os vazios demográficos da província paranaense. Com maior autonomia política, tem-se a criação da lei nº 29, de 21 de março de 1855, instituindo em seu primeiro artigo:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrahir os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil. (PARANÁ, 1912)

Através da promoção da imigração, visava-se dinamizar as pequenas comunidades rurais, nas quais esses sujeitos contribuiriam para o crescimento populacional e organização das vilas, trazendo consigo a construção de igrejas, comércios e escolas. A partir deste incentivo, diversas foram as colônias de imigrantes criadas no Paraná, dentre elas, as italianas.

Um dos primeiros contratos que firmou a vinda dos italianos ao Paraná, na primeira grande imigração, foi entre o presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário, Sabino Tripoti. Os “imigrantes vindos da Itália desembarcaram no Rio de Janeiro em 1875, trazidos pelo veleiro Anna Pizzorno [...]”, instalando-se em Paranaguá, região litorânea, fundando ali a Colônia Alexandra (TRENTO, 1988, p. 87).

O objetivo em alocar estes imigrantes nesta região era o de contribuir com o desenvolvimento da indústria açucareira, já que os poloneses e alemães, que estavam nos arredores de Curitiba, supriam as necessidades alimentares da capital. Porém, a permanência da maioria destes italianos na Colônia Alexandra não durou muito tempo; a “[...] localização logo se revelou infeliz, pois os terrenos escolhidos eram pantanosos e insalubres e os colonos enfrentaram bem cedo uma situação desesperadora, também porque, após seis meses, Tripoti não dava mais adiantamentos [...]” (TRENTO, 1988, p. 87).

Em 1877, com a fundação da Colônia Nova Itália, em Morretes, também região litorânea, estes imigrantes abandonaram Alexandra e para lá se dirigiram. Neste novo local, em novembro do mesmo ano, chegaram vários grupos familiares chefiados pelo Padre Angelo Cavalli, oriundos da Região do Vêneto, norte da Itália, dentre os quais, os fundadores da Colônia Alfredo Chaves, atual município de Colombo.

Porém, a transferência destes italianos da Nova Itália para o planalto curitibano foi inevitável, uma vez que essa colônia apresentava péssimas condições administrativas e climáticas. Para acomodar esse grande número de imigrantes, criaram-se as primeiras colônias italianas nos arredores da capital, no ano de 1878: Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves. Posteriormente, formaram as colônias Pilarzinho, Eufrásio Correia, Antonio Prado, Maria José, Presidente Faria, Santa Gabriela e Umbará. (MASCHIO, 2014b)

Caracterizando estes imigrantes, destaca-se que:

Para o Brasil vieram predominantemente imigrantes do Vêneto, cuja proporção atingiu 47,68% do conjunto da imigração italiana [...]. Esta proporção tende a elevar-se quando se trata dos contingentes de italianos estabelecidos em núcleos coloniais do Sul do Brasil, nos quais, a proporção de imigrantes oriundos do Vêneto chega a ultrapassar 90%, como ocorre nas colônias italianas do Paraná. (BALHANA, 1978, p. 16)

Tendo uma origem comum, diversas práticas e características desses locais foram mantidas nestas colônias paranaenses. Trento (1988, p. 95/96) destaca que o sul do Brasil era uma reprodução de uma sociedade vêneta, que estes imigrantes haviam deixado na Europa, no final do século XIX.

Não só o panorama arquitetônico (as casas, a maioria de madeira, tinham até o telhado inclinado para facilitar o deslizamento de uma neve que os imigrantes nunca mais veriam), mas tudo remetia ao país de origem: o modelo de família patriarcal, o tipo de alimentação (pão, polenta e toucinho, com o acréscimo de um pouco de carne aos domingos, única novidade), as diversões (os italianos introduziram vários jogos de cartas, a bocha¹⁴, a “morra”¹⁵). Não é de surpreender, portanto, que após mais de vinte anos existissem áreas inteiras em que o idioma dominante, se não o único, era o dialeto vêneta. (TRENTO, 1988, p. 95/96)

No Brasil, esses imigrantes são chamados para preencher os vazios demográficos, desenvolver produções econômicas e “civilizar” as terras americanas, segundo os objetivos governamentais da época; saindo como excluídos da Europa e chegam como salvadores na América, mas junto, esses sujeitos trouxeram

¹⁴ Atividade jogada entre duas equipes, em que o objetivo é lançar bochas (bolas) o mais próximo possível de um *bolin* (pequena bola) e/ou remover os lançamentos dos adversários.

¹⁵ Jogo que consiste em adivinhar uma soma, a partir da batida de mão de dois adversários na mesa na qual mostram um determinado número de dedos e gritam os valores em vêneta.

características próprias, símbolos e hábitos, na tentativa de uma reprodução das suas terras de origem, que remetem a uma cultura, que pode ser entendida como:

um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidados os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 1998, p. 22)

As colônias, geralmente com um grande número de sujeitos de determinada etnia, foram palcos das primeiras relações sociais e de trabalho destes imigrantes, no novo continente. Na América, esses sujeitos se depararam com as distinções culturais, na comparação com os outros povos que aqui habitavam ou chegavam, com isso, pode-se ampliar as lentes sobre o termo cultura, no sentido em que Elias (1994) descreveu a burguesia alemã, na busca de sua legitimação, pelas diferenças, naquilo que era único e específico para eles. Segundo Elias,

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de Kultur reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessantemente e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: "Qual é, realmente, nossa identidade?". (ELIAS, 1994, p. 25)

Envoltos em um novo local e contexto, na organização da vida que se imaginava como sendo melhor, trazendo os aspectos e experiências das suas origens, esses sujeitos se depararam com os contrastes e criaram características de diferenciação; estas, por sua vez, caracterizaram identidades, que puderam surgir baseadas em um pertencimento cultural. Stuart Hall (2006), em um dos seus argumentos sobre a questão de identidade, baseia-se no que Laclau (1990) (*apud* HALL, 2006) defende: as sociedades não possuem um centro organizador único, articulando-se por variáveis causas, que se definem historicamente e

[...] são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" — isto é, identidades — para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. (HALL, 2006, p. 17)

As circunstâncias que trouxeram os primeiros imigrantes italianos/vênetos para a Alfredo Chaves permitiu que os mesmos se organizassem em uma forma comum, por meio de uma colônia. Mesmo estando em outro continente, a antiga sociedade ao qual faziam parte não se desintegrou totalmente, e este novo local, na América, preservou muitas das características da população vêneta; esta colônia foi uma das poucas a se tornar município, no Paraná. Primeiramente, em 1890, foi elevada à categoria de vila, sendo denominada “Villa Colombo” e, posteriormente, em 21 de abril de 1892, tornou-se município e passou a ser chamada de “Colombo”. Neste período, a cidade teve seu limite territorial ampliado, através da inclusão das colônias italianas Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correia, aumentando ainda mais o seu contingente italiano.

Por saírem de uma Itália recém-unificada, a maioria desses imigrantes não tinha construído a noção de pertencimento étnico à nação italiana. Ao mesmo tempo, traziam símbolos de um sistema de significações que possuíam sentidos para esses sujeitos, provindos de uma mesma região, que acabava por caracterizá-los como um grupo étnico.

Nesta abordagem não existem grupos étnicos definidos a priori, mas um conjunto variável de categorias étnicas que só possuem significações porque são definidas e utilizadas por pessoas que possuem uma compreensão e expectativas comuns em relação às diferenças fundamentais que separam as pessoas em sua sociedade. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 110)

E essas variáveis de categorias étnicas para este grupo de imigrantes, eram os valores culturais que traziam, muito mais ligados ao trabalho no campo, à família e à religião católica. Nesta ligação com a Igreja, na região do Vêneto, é possível destacar, segundo Vendrame (2013), que a presença de padres era comum na mediação dos processos imigratórios, durante a década de 1870.

É importante ressaltar que no período da primeira grande imigração italiana, a Igreja, na Itália, não se posicionou oficialmente a respeito dos processos imigratórios. Logo, enquanto em alguns locais o “clero passou a alertar os fiéis contra os perigos do movimento emigratório, alegando que a fuga provocava nas comunidades um enfraquecimento moral”, em outros estes se “tornaram os

principais motivadores e colaboradores da imigração das famílias camponesas da paróquia para o além mar” (VENDRAME, 2013, p. 59).

Tal prática alcançou proporções ainda maiores, quando envolveu a figura de religiosos, pois,

Durante as pregações religiosas, os sacerdotes não se limitavam a apenas orientar os paroquianos sobre as facilidades que encontrariam no além mar, caso decidissem abandonar a península. Colocavam-se como agentes organizadores das viagens, recebendo as inscrições dos camponeses, montando as listas com nome, idade e número de membros de cada família, encaminhando, por fim, os interessados para o porto de Gênova. (VENDRAME, 2013, p. 99)

Como descrito anteriormente, estes imigrantes que chegaram à colônia Alfredo Chaves, tiveram como figura orientadora, Padre Angelo Cavalli, que conforme pontua Vendrame (2013), foi um grande articulador da emigração de diversas pessoas da região do Vêneto, para o Brasil.

Essa articulação perpassava por propósitos que iam além do embarque, em Gênova: era a confiança em um religioso. A chegada ao território brasileiro foi marcada também por algumas estratégias que postulam “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). Uma dessas estratégias foi a escolha de locais em que os grupos étnicos tivessem similaridades, juntamente com o acompanhamento de famílias e comunidades inteiras, em conjunto com o clero.

Nesse sentido, inicialmente a emigração era uma prática que, antes de ser uma questão ligada exclusivamente à carência de recursos econômicos, estava atrelada a uma política da parentela e vizinhança visando fundar novas comunidades do outro lado do Atlântico, aonde existia um horizonte de oportunidades para os indivíduos e famílias. (VENDRAME, 2013, p. 100)

Após se instalarem na colônia Alfredo Chaves, em setembro de 1878, uma das primeiras reivindicações, quatro meses depois, em 21 de janeiro de 1879, foi organizada a partir de um abaixo assinado, solicitando a construção de uma Igreja e um cemitério (MACHIOSKI, 2013). Pelo pouco tempo entre a chegada desses imigrantes à Alfredo Chaves e essa solicitação, ressalta-se o papel de destaque da religião para esta população. Nessa reivindicação, com base na etnicidade, “(entendida aqui como uma forma de organização social numa base étnica) propicia

uma alternativa coletiva que permite que se desenvolvam estratégias de sucesso econômico e de promoção do grupo” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 99). A Igreja Católica era um símbolo cultural, pelo qual, esses sujeitos, saídos da Itália, organizaram-se em Colombo. Logo, a religião se tornou uma característica de identificação.

No entanto, a construção da primeira capela, só se deu em 1885, mas faltavam padres para atender à população. Somente após a criação da Capelania Italiana, em 1886, a colônia passou a ser atendida esporadicamente pelo Padre Pietro Colbachini, ao qual “os colonos em geral aceitavam a autoridade hegemônica do sacerdote na imposição de padrões éticos de vida e nas prescrições das regras referentes à prática religiosa” (AZZI, 1987, p. 218). Cabe destacar que Padre Colbacchini era vêneto, trazendo as mesmas tradições culturais da maioria das comunidades atendida por ele.

Em 1895, com a chegada de mais missionários italianos para atender as obras organizadas por Colbacchini, que nesse meio tempo havia retornado a Itália, a Capelania Italiana foi reorganizada. No final do mesmo ano, o bispo da Diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, cria o Curato de Colombo, e elege Padre Francisco Bonato como seu responsável. Azzi (1987) transcreve uma carta de Colbacchini a Bonato, datada no dia 25 de janeiro de 1896:

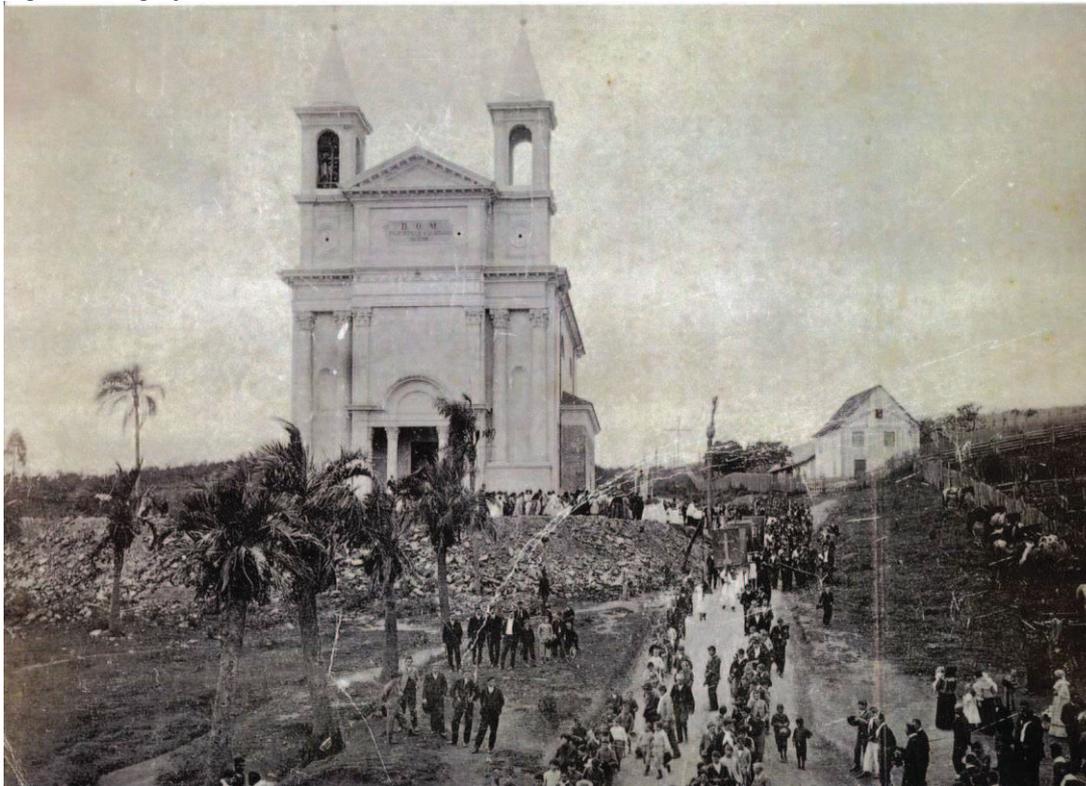
Já faz tempo que sabia da vossa nomeação como pároco dessa vila. Pedirei a Deus que realize no bem os vossos desejos. O melhor para vós é a distância de 50 quilômetros dos parentes. Se fosse maior, seria melhor. Os colombenses vos receberam bem: isso é bom prelúdio; procurai ganhar mais a estima e o afeto deles com zelo, com desinteresse, com sacrifício, empenhando-vos para que se construa uma nova igreja, necessária para aquela população que vai crescendo. O único conselho que posso dar-vos é de padecer com resignação e no silêncio a fim de ganhar méritos para o céu, e de dispender no estudo e na oração aquele tempo que vos sobra das obrigações do ministério, que não será pouco. (COLBACCHINI, 1896 apud AZZI, 1987, p. 247/248)

Com o crescimento da cidade e por meio de uma visita pastoral no dia 4 de agosto de 1897,

D. José de Camargo Barros, achando a igreja muito pequena, ordenou que se construísse, logo, outra maior. Benta a pedra fundamental, a 11 de maio de 1899, graças à generosidade e operosidade dos colonos, levantou-se a atual Matriz, com 344 metros quadrados. (A ARQUIDIOESE, 1958, p. 104)

O presbitério foi inaugurado, em 1908, marcando o início das atividades litúrgicas neste novo local.

Figura 1 – Igreja Matriz de Colombo/PR – Década de 1910



Fonte: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

A importância dada à construção da Igreja, nos primórdios da chegada a Colombo, por esses peninsulares, remonta a um local destinado ao social, “caracterizando-se como uma recordação mantida da pátria distante” que “permitiu a esses imigrantes, afastados de seus *paesi*, em uma terra estranha, o recomeço de uma nova vida. As suas crenças agiam no sentido de reforçar a manutenção de elos com a quotidianidade distante” (BENEDUZI, 2004, p. 198).

Esses elos podem ser possíveis pelas identificações comuns que esses sujeitos tinham. Hall (2000) comenta que:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2000, p. 106)

Mesmo colocado no senso comum, essa identificação católica talvez tenha sido um dos fatores de “origem” que permitiu a união entre povos do vêneta, na formação de uma colônia, tendo como principal representante, a Igreja. Mais tarde, essa mesma Igreja irá se unir na questão educacional da cidade, mantendo um peso político também, mas nunca como um fechamento cultural, pois é nas relações que surgem as características de diferenciação, marcando identidades, que conseqüentemente, são móveis.

Essa aproximação entre a esfera católica, a família e o meio público, é destacada na análise da estruturação política do país, em que Duarte (1939) remonta às origens portuguesas e a chegada ao Brasil Colônia, junto com seu desenvolvimento no Império e na República, para mostrar os resquícios de uma ordem privada, baseada na família, que gerenciam a Estrutura do Estado. Em Colombo, a colônia se faz por uma maioria imigrante vêneta, cuja primeira unidade conhecida foi a família e não o meio público, reconhecendo, conforme pontua Azzi (1987), a autoridade do Padre. De origens portuguesas ou vênetas, pode-se destacar essa união do privado, pela família, que legitima as práticas da Igreja:

Sem unidade, à falta de grandes vínculos efetivos de associação e intercâmbio, esse meio só poderia favorecer a grupos fechados, exclusivistas, como o grupo familiar, que por sua vez haveria de dificultar e impossibilitar todo e qualquer processo de unidade maior a que pudesse propender essa ordem social. (DUARTE, 1939, p. 115)

Em Colombo, Padre Francisco Bonato ficou a frente da Paróquia até 13 de maio de 1913, data de sua morte. Seu trabalho foi sucedido provisoriamente pelo Padre João Morelli, missionário de São Carlos, seguido por Ângelo Macagnani, secular, entre 1913 e 1915. A partir de 1915, a Paróquia passou a ser conduzida pela congregação italiana dos Padres Passionistas, presente até hoje nesta cidade.

Segundo o livro da Arquidiocese de Curitiba (1958), no dia 8 de setembro de 1911, chegaram ao Brasil, mais especificamente a Curitiba, os primeiros Padres Passionistas. Em dezembro do mesmo ano, mais missionários desta congregação se subdividiram entre a capital e a cidade de Antonina (litoral). Interessante destacar que a atuação destes religiosos no Brasil, em seus primórdios, teve ligação com o atendimento aos imigrantes italianos, conforme o registro no “Livro das Crônicas do Convento do Calvário (1911 – 1952)”, de São Paulo/SP, no qual relata o pedido do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva para que: “abrissem um Convento deles em

São Paulo para a assistência religiosa da numerosa Colônia Italiana que ali reside”¹⁶.

Em São Paulo, os Padres Passionistas chegam com o propósito de atender aos imigrantes italianos, destacando a relação do religioso com as características étnicas, fato que se repete em 1915, quando assumem a Paróquia de Colombo. Segundo Machioski (2013), a congregação enviou para Colombo missionários italianos, até a década de 1950. Desta forma, tem-se a atuação de padres italianos, pertencentes a uma congregação também italiana, em uma antiga colônia criada para atender estes imigrantes peninsulares. A partir da década de 1960, a paróquia passou a suprir suas necessidades com religiosos formados no Brasil, sendo muitos deles descendentes dos imigrantes da antiga colônia.

Nesta referência às origens do outro lado do Atlântico, na relação entre os sacerdotes e a população colombense, muitas referências culturais eram acentuadas. Além da religiosidade, valorizada por estes imigrantes, tem-se a utilização da língua, possivelmente italiana, conforme o depoimento de um filho de imigrante, que comenta a utilização da mesma pelo Padre Alberto, Passionista:

Pe. Alberto, só depois que veio a guerra, a última guerra mundial, que ele fazia a prática dentro da Igreja em português. Sempre em italiano. Que os brasileiros tinham... não gostavam disso, sabe, eles iam a missa e não escutavam o que o Padre... não sabiam de nada... (BONATO, 2003)

A partir destas práticas, pode-se destacar que a “língua traduzia uma visão de mundo, valores morais e sociais que foram se mantendo ao longo do tempo. Portanto, preservar a língua de origem significa manter uma identidade cultural, que é contrastiva com a sociedade brasileira” (RENK, 2004, p. 28). Por mais que os imigrantes fossem de uma região diferente daquela dos sacerdotes Passionistas, entende-se que o fato de utilizar o italiano standard¹⁷ ou dialetos diferentes do vêneto – língua recorrente da maioria colombense –, ainda assim era uma prática de aproximação cultural desses sujeitos com as suas origens.

Assim como não pressupõem uma real comunidade de origem, os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. Eles

¹⁶ “aprissero um loro Convento in S. Paolo per l’assistenza religiosa della numerosa Colonia Italiana che ivi risiede”.

¹⁷ Considerada uma língua padrão, adotada oficialmente em toda Itália.

existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença. [...] A língua e a religião desempenham um papel importante, talvez porque elas autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código linguístico comum ou um mesmo sistema de regulamentação ritual da vida. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 38)

Nesses alicerces simbólicos entre língua, religião e etnicidade, a Igreja Católica teve um papel fundamental na atuação e estruturação de um grupo, em conjunto com a produção e manutenção de uma cultura - jamais estática - contribuindo para a construção de uma identidade dos moradores de Colombo/PR. Entre os anseios de manter os valores vênets na organização e estruturação da antiga colônia, que perpassavam pelo trabalho, família e religião, tem-se também a busca pela escolarização dos filhos, sobre a qual, a Igreja, em Colombo, exerceu expressiva atuação.

1.3 A ESCOLARIZAÇÃO DOS IMIGRANTES E O CASO DO COLÉGIO SANTO ANTONIO

O processo escolar público nas colônias italianas paranaenses prevaleceu em relação às escolas étnicas. Com o estabelecimento das colônias e visando à escolarização dos seus filhos, juntamente com a aprendizagem da língua portuguesa, houve diversas reivindicações de escolas públicas. Tais iniciativas “serviriam também à população brasileira, uma vez que, nas localidades em que foram fixadas as colônias, não existiam escolas, apesar da presença prévia de famílias brasileiras” (MASCHIO, 2011, p. 222).

A precariedade na educação paranaense refletia nas colônias de imigrantes no século XIX. O governo depositou nestas pessoas a esperança de suprimento da mão de obra e crescimento econômico da Província, mas não previa gastos públicos com esta população que, muitas vezes, via-se obrigada a arcar com as despesas de educação de seus filhos, no âmbito particular.

Um exemplo disso pode ser encontrado na mensagem de governo do ano de 1892, que mesmo sendo posterior a grande imigração italiana no Paraná, coloca em pauta os problemas de povoamento, imigração e trabalho, que necessitavam de solução, para o desenvolvimento do Estado. Tal mensagem citava estratégias para angariar imigrantes ao Paraná, colocando que: “Encaminhada a imigração para o

Estado, ira tendo gradualmente solução, e, conseqüentemente, o problema do trabalho, fator de riqueza. Todas as despesas que forem feitas com este ramo de serviço serão reproductivas.” (PARANÁ, 1892, p. 13)

Mesmo os imigrantes tendo sido colocados como peça fundamental para o desenvolvimento do Estado, com estratégias que envolviam a vinda e auxílio para a realização de seus trabalhos, na mensagem não é demonstrada nenhuma forma de benefício para o cotidiano deles, como por exemplo, a oferta de escolarização. Isso refletiu diretamente na precariedade escolar paranaense¹⁸.

De acordo o levantamento apontado por Maschio (2011), na Colônia Alfredo Chaves, a origem da primeira escola pública se deu a partir de um abaixo assinado organizado pelos imigrantes italianos da região. Diante de tal fato, no dia 22 de julho de 1882, tem-se a primeira instituição pública de primeiras letras na colônia, uma escola promíscua¹⁹. Embora funcionassem com precariedade, estas instituições públicas representaram o processo central de escolarização nas colônias Alfredo Chaves, Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correia (MASCHIO, 2011). Essa era uma forma desses sujeitos aprenderem o português e serem inseridos, mesmo que parcialmente, no novo continente. Desse modo, a identidade “preestabelecida” não se sobrepôs pela língua; essa era uma característica de diferenciação, mas os

¹⁸ No texto “Educação e experiência”, Thompson (2002) atenta para a necessidade de uma educação relacionada com a experiência dos sujeitos, a qual essa é destinada, e com o rigor intelectual, destacando essa reflexão nas relações sociais, de uma aversão das classes letradas às formas educacionais e à experiência dos mais pobres. No desejo de trabalhadores ajuizados, coloca-se que: “Camponeses virtuosos são geralmente encontrados em países com a Santa Igreja. A Inglaterra protestante exigia, não filhos obedientes, mas pobres ajuizados e trabalhadores, imbuídos de uma disciplina interior” (THOMPSON, 2002, p. 17). Se para a busca inglesa esse não era um cenário muito favorável, no Brasil, muitos dos imigrantes que aqui adentraram eram camponeses religiosos, que traziam como características culturais o costume do trabalho – necessidade vista como fundamental para o desenvolvimento do país. Porém, como já mencionado, era esperada a contribuição deste imigrante, sem atentar para o oferecimento de benefícios a ele; essa prática traz um conflito de relações sociais, destacada por Thompson (2002), em que: “Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje” (THOMPSON, 2002, p. 31). O final do século XIX foi marcado pela precariedade educacional no Brasil, em que se esperava desses sujeitos apenas benefícios. As mudanças – que nem sempre refletiram em melhorias no sistema –, aconteceram principalmente no período republicano, em que a frente educacional é colocada como essencial para o desenvolvimento do País e da criação do sentimento nacionalista, principalmente para com os imigrantes que haviam se fechado culturalmente – muitas vezes em uma tática de sobrevivência, em que os modos de educação que eles tinham eram pela via étnica, através das associações de mútuo socorro e entidades religiosas.

¹⁹ Escola mista, atendendo concomitantemente meninos e meninas.

imigrantes não se fecharam ao novo contexto, eles buscavam aprender o português, uma vez que:

O ser humano, de fato, nasce culturalmente situado, o que no entanto não representa um destino, uma vez que ele redefine o modo de situar-se na cultura, retomando constantemente o conflito de tradições oculto sob o signo de uma "identidade estabelecida". (KREUTZ, 1999, p. 82)

Para se situarem nas novas terras, algumas táticas foram utilizadas por esses imigrantes, na escolarização de seus filhos. Muitas escolas eram iniciadas como um estabelecimento particular, iniciativa que se dava na tentativa de fomentar a criação de escolas públicas, através dos abaixo-assinados enviados ao governo, para conversão daqueles estabelecimentos particulares em públicos. As dificuldades não estavam na criação delas, mas sim em como mantê-las, tendo como empecilhos a falta de professores, precariedade material e isolamento geográfico.

Essa precariedade não era expressa nas mensagens de governo, pela falta de recursos financeiros, já que era descrito na mensagem, que:

Experimento verdadeiro pesar em ter de dizer-vos que o ensino publico não tem tido o desenvolvimento que é de se desejar e que não corresponde aos sacrificios que custa ao Estado, que com ele despende aproximadamente a sexta parte da sua renda. (PARANÁ, 1894, p. 18)

Embora afirmando que boa parte da renda do Estado era destinada a esse serviço, admite-se que: "Já vos disse que escolas há por toda a parte: falta provel-as de mobília, e do material necessario" (PARANÁ, 1894, p. 19).

Mesmo solicitando as escolas públicas, principalmente para aprendizagem da língua portuguesa, algumas iniciativas particulares aconteceram nas colônias italianas, através das associações de mútuo socorro, para a escolarização desses imigrantes. Porém, as escolas dessas entidades eram destinadas a uma população mais privilegiada economicamente. Em Curitiba, de dez associações italianas registradas, apenas quatro mantinham escolas étnicas.

As aulas nessas escolas caracterizavam-se pelo ensino da língua italiana, ministrada por um professor habilitado geralmente ainda na Itália. [...] Os livros e materiais escolares, os mapas geográficos e os quadros de autoridades italianas vinham diretamente da Itália, por intermédio do Regio Consulado. (MASCHIO, 2014b, p. 265)

Desta forma, no Paraná, as iniciativas escolares perpassavam por escolas públicas, em sua maioria, e pelas associações de mútuo socorro, de forma não tão expressiva; mas também em boa parte das colônias, longe dos centros urbanos, as escolas católicas ganharam grande relevância, podendo assim cobrir o contingente de imigrantes italianos que não conseguiam ser atendidos de outro modo e/ou que escolhiam uma educação confessional.

Nestes anseios de manter os valores italianos/vênetos, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Cristoforo Colombo*, presente no município de Colombo, mantinha uma escola. No dia 24 de novembro de 1910, o professor Giovanni Batista Lovato, comunicou o funcionamento de uma escola particular, denominada Santo Antonio, onde as aulas eram ministradas em italiano e frequentadas por meninos, filhos dos associados (MASCHIO, 2012).

A *Scuola Santo Antonio* foi caracterizada inicialmente como uma *Regia Scuola Italiana*, ou seja, uma escola subsidiada pelo governo italiano, e mantida no município de Colombo pela *Società Italiana Cristoforo Colombo*. Tal instituição de ensino estava pautada na “*Legge Crispì*”, promulgada no dia 8 de dezembro de 1889, e que trazia os ideais de uma política emigratória de grande envergadura nacionalista e expansionista, vinculada à visão de que a emigração era “como potencial fator de força da nação e elemento em condição para contribuir para o desenvolvimento do comércio exterior e, portanto, das exportações italianas, principalmente às Américas” (SALVETTI, 2014, p. 58).

O *Regio Decreto* apresentava um ordenamento orgânico para as escolas italianas no exterior, trazendo em seu primeiro artigo, a seguinte finalidade:

Art. 1. O Governo do Rei promove a divulgação no exterior da língua nacional, e a educação e a instrução dos italianos que vivem nas colônias, concedendo subsídios para institutos escolares não diretamente dependentes dele; mantendo institutos governamentais.²⁰ (ITÁLIA, 1889, s. p.)

Desta maneira, as escolas subsidiadas pelo governo italiano, através de ajuda financeira ou envio de materiais escolares, deveriam prezar pela leitura, escrita e oralidade da língua italiana, juntamente com a história da pátria, geografia física e

²⁰ “Il Governo del Re promuove la diffusione all'estero della lingua nazionale, e la educazione e la istruzione degli italiani dimoranti nelle colonie, accordando sussidi ad istituti scolastici non direttamente da esso dipendenti; mantenendo istituti governativi”.

política da Itália. Tais práticas compactuavam com as críticas redigidas ao fechamento cultural que estes imigrantes tinham em relação à população brasileira.

No município de Colombo, a *Scuola Santo Antonio*, diferentemente das escolas que eram mantidas pelas sociedades de mútuo socorro da capital, traziam como nome, não um herói italiano, mas sim um santo católico de devoção vêneta, e,

Apesar de as *Scuole Italiane All'estero* receberem subsídios e materiais do governo italiano e seguissem o programa escolar oficial italiano conforme previa a "*Legge Crispi*", a *Scuola Santo Antonio* tinha a aprovação dos membros da igreja católica local. Sendo assim, ainda que a escola usufrísse do material disposto pelo governo italiano, garantia que a catequese e a moral católica fossem ensinadas irrestritamente nas aulas. (MASCHIO, 2012, p. 285)

Essa característica vêneta de devoção a Santo Antonio possui uma explicação. Segundo Beneduzi (2004, p. 199),

em momentos de dificuldade, era particularmente as jaculatórias dedicadas a Santo Antônio. Em caso de perda de objetos ou busca de uma melhora na colheita, recorria-se aos préstimos de Santo Antonio, San Giuseppe, San Rocco ou, ainda, a Madonna.

Nessa atuação da associação italiana de Colombo, percebe-se a preocupação da mesma com a juventude, filha dos imigrantes, em conjunto com as identificações culturais, que passavam pelo italiano e religioso, e essa

construção de uma identificação étnica perpassava esse partilhar de códigos comuns, os quais estavam vinculados ao mundo religioso e simbólico, em uma constante re-tecitura entre o individual e o coletivo de um grupo em busca de redescoberta de si. (BENEDUZI, 2004, p. 228)

A associação entre o escolar e o confessional, ainda com os embates entre Estado e Igreja, estava pautada na "*Legge Crispi*", que mesmo afirmando que: "Art. 12 - As escolas italianas no exterior são laicas. Nos institutos governamentais são permitidos alunos de todas as nacionalidades e religião"²¹, deixava aberta a possibilidade de uma educação religiosa, caso fosse exigida pelas famílias, a qual poderia acontecer na escola em horário extracurricular, em sentido não obrigatório (ITÁLIA, 1889, s. p.).

²¹ "Le scuole italiane all'estero sono laiche. Negli istituti governativi sono ammessi alunni di ogni nazionalità e religione".

Porém, esse discurso era muito mais oficial do que prático, já que nem mesmo as forças internas foram capazes de estabelecer uma relação que visasse à defesa dos direitos destes imigrados, juntamente com a assistência italiana, para os mesmos. Assim, muitas vezes os ideais religiosos eram sobrepostos aos preceitos governamentais, que tinha uma fiscalização e apoio muito distante dos colonos, comparado à atuação religiosa das congregações católicas, que viviam a realidade do imigrante. Trento (1988) traz que:

O financiamento da instrução primária italiana no Brasil representou sempre uma nota dolente, frequentemente sublinhada, e a absoluta pobreza cultural e organizadora dos institutos muitas vezes foi atribuída exatamente ao desinteresse ou à avareza da mãe-pátria. De fato, no mais das vezes, as escolas eram criadas por associações, entidades religiosas ou pelos próprios professores, cujo salário, nos três casos, pesava no orçamento familiar dos alunos. Obviamente, esse elemento representava um desestímulo para os pais, os quais, ainda que tivessem as melhores intenções de dar uma educação a seus filhos, preferiam, às vezes, mandá-los às escolas públicas locais. (TRENTO, 1988, p.179/180)

Por esse aparente desinteresse do governo italiano para com os emigrantes peninsulares na América, justifica-se o fato de haver poucas escolas italianas e, aquelas que existiam, com a pressão governamental brasileira em relação à nacionalização do ensino, tornaram-se, em sua maioria, confessionais católicas. Porém, mesmo com estas mudanças, as instituições ainda mantinham implicitamente a afirmação da “italianidade”, traduzida como a identificação com as origens campesinas de católicos fervorosos. Tal fato acontecia através do ensino da catequese, e esta era considerada uma atuação tolerável, uma vez que os governantes não proibiam a abertura de colégios católicos, pois tinham consciência de que não havia escolas públicas suficientes.

Curiosamente, as escolas italianas católicas conseguiram prolongar a sua atuação e, conseqüentemente, a disseminação dos sentimentos italianófilos por mais tempo. Em relatório datado de 1924, o inspetor federal Cesar Pietro Martinez dizia que a escola italiana não era mais motivo de preocupação, pois as que existiam prezam pelo ensino do catecismo e da doutrina. (MASCHIO, 2014b, p. 284)

Associando o que Elias (1994, p. 41) defende na relação entre clérigo e professor, “estes são realmente os dois representantes mais importantes da intelligentsia administrativa de classe média, duas figuras sociais que desempenharam papel decisivo na formação e difusão de uma nova língua alemã

culta”. Evidentemente, na sociedade alemã, citada por Elias, a disseminação e modelação da cultura que a classe média buscava, dava-se pela universidade; porém, em Colombo, mesmo sendo uma escolarização em nível mais elementar, a escola e a Igreja podem ser vistas como centro irradiador de uma cultura.

Neste contexto de cumplicidade implícita, as escolas confessionais católicas tiveram um grande prestígio nas colônias de imigrantes, de modo geral. “A Igreja Católica encontrou outra forma de se manter presente na vida da sociedade, com a entrada no país de muitas ordens religiosas masculinas e femininas, acompanhando os imigrantes na manutenção da fé e por meio da educação” (RENK, 2004, p. 37).

Boa parte da criação de escolas confessionais nas colônias italianas se deu pela chegada das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, que iniciaram seus trabalhos no Paraná, com uma escola em Santa Felicidade, em 1900²². Além dessas religiosas, outras congregações adentraram o Paraná, no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, para um atendimento educacional, conforme se denota na tabela 1:

Tabela 1 – Entrada das congregações femininas em Curitiba e Região

Congregação	Origem²³	Chegada em Curitiba	Casas Escolares	Casas Hospitalares	Casas Assistenciais	Outros
Irmãs de São José	França 1650	1896	5	4	4	
Irmãs Missionárias Zeladoras do S. C. de Jesus	Itália 1894	1900	5	2		

²² O plano de uma educação católica voltada aos imigrantes tinha relação com um projeto maior da Igreja Católica, idealizado pelo Bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini, que tinha como objetivo oferecer assistência religiosa para as emigrados italianos. Esta idealização teve como consequência a fundação da Congregação dos Missionários de São Carlos, que desembarcam no Brasil, no final do século XIX, para atendimento a esses imigrantes, incluindo nessas localidades, Curitiba e região. A relação dessa congregação masculina com o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, data do mês de junho de 1900, quando o mesmo estava sob a tutela de Dom Scalabrini. Dessa forma, Madre Célia, fundadora do Instituto das Apóstolas, “aceitou a sugestão de Dom Scalabrini em tornar seu Instituto de caráter missionário e atuar na missão junto aos emigrantes” (PRATI; MELO; et al, 2002, p. 185). No Paraná, essa foi a primeira congregação católica feminina italiana a oferecer assistência; somente em 1926, o Estado veria outra congregação de religiosas da mesma etnia: as Irmãs Passionistas. Nesse meio tempo, além da Escola Paroquial de Santa Felicidade, as Apóstolas coordenaram outras instituições de ensino, nas antigas colônias italianas, destacando Pilarzinho (1910), Água Verde (1910), Umbará (1913) e Colombo (1917), além de um colégio, na Avenida Iguazu (1915).

²³ A tabela foi organizada segundo as informações do Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba (1964); optou-se por manter a origem da congregação, conforme apresentada nos documentos da Arquidiocese, mesmo que esta congregação tenha se desenvolvido em outro país, e chegado ao Paraná para um atendimento em comunidades étnicas diferentes da sua origem.

Irmãs da Divina Providência	Alemanha 1842	1903	2	1	1	1
Irmãs de Caridade	França 1633	1904	6	10	6	
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Rússia 1856	1906	17	1		2
Congregação das Irmãs Franc^a de S. José	Alemanha 1867	1926		3		
Congregação das Irmãs Passionistas	Itália 1815	1926	3		2	
Congregação das Irmãs de Sion	França 1845	1906 e 1937	1			
Congregação das Irmãs do Apostolado Coração	Alemanha 1926	1943		1		
Congregação do Coração de Maria	França 1790	1944				1
Irmãs Paulinas	Itália 1915	1949				2

Fonte: Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba, 1964.

Com a Igreja tendo uma atuação cada vez mais forte no campo educacional, a antiga *Scuola Santo Antonio* é ampliada e reformulada. No mesmo ano em que os Padres Passionistas chegam a Colombo, 1915, é comprado um terreno destinado à construção de uma escola, conforme se apreende no trecho a seguir:

Por delegação especial de S. [...] Mon. João T. Braga, Bispo de Curitiba, o Sr. João Battista Lovato comprou um terreno de uns vinte mil metros quadrados, pelo valor de um conto e trezentos mil reis. A Colonia quiz fazer compra em nome da Mitra Santa Diocese, para melhor tutelar dita propriedade, destinada ao levantamento de um Collegio ou qualquer obra em favor do pôvo Catholico de Colombo. (LIVRO TOMBO, 1915, p. 5)

Na preocupação em oferecer um espaço que pudesse ser utilizado pela Igreja, da melhor obra que lhe aprouvesse, uma instituição escolar foi à opção. Era o grupo étnico valorizando a educação católica. Em 22 de julho de 1917, tem-se a abertura oficial do Colégio com uma missa realizada pelo Bispo de Curitiba, conforme relata o livro Tombo da Igreja,

Concluiu a Homilia dizendo que se tivéssemos nesta hora dar conta ao Supremo Juiz poderíamos apresentar o Collegio entre as nossas boas obras. [...] o Bispo por te-la abençoada, enviando as dignas Irmãs Zeladoras, os Padres por terem trabalhado animando o pòvo, o pòvo Colombense specialmente os Paes de Familia por ter feito os maiores esforços em levantar esse monumento para a boa educação dos proprios filhos. (LIVRO TOMBO, 1917, p. 11/12)

Destaca-se que o Colégio contou com a colaboração da Igreja e da comunidade para ser erguido, e desta maneira, a “escola, antes italiana vinculada à Sociedade de Mútuo Socorro²⁴, tornava-se confessional católica. Continuava a denominar-se Colégio Santo Antonio, passava a ser dirigida pelas Suore Apostole del Sacro Cuore di Gesu” (MASCHIO, 2014b, p. 271).

Considerando a estreita relação entre público e privado no Brasil e o peso desta última na educação, denota-se a estratégia da Igreja de se utilizar da família - e a via educacional seria uma opção – juntamente com a coordenação de congregações femininas em instituições de ensino, já que: “A religião católica tem uma predileção especial pela criança e pela mulher, como centros mais aptos à sua influência moral e pedagógica, para atingir ao fim de sua tarefa de ortodoxia” (DUARTE, 1939, p. 134).

A escola seria um ambiente profícuo para a disseminação de ideais, na manutenção do campo de influência católica, principalmente na República, pois: “Onde quer que toda seita ou Igreja tenha o direito de ter a criança em suas mãos para educá-la e imprimir-lhe a continuidade da sua crença, não haverá conflitos. E nisso essa ordem privada foi magnânima com a Igreja” (DUARTE, 1939, p. 136).

Em Colombo, houve a mudança do peso de uma escola italiana, que atendia uma parcela reduzida da comunidade – meninos, filhos dos associados –, cuja organização foi transferida à Igreja, ampliando o alcance e atendendo ambos os sexos. Na nova coordenação, as irmãs/professoras do Colégio, eram de origem

²⁴ Pelas poucas fontes disponíveis sobre a *Società*, não se sabe dizer as possíveis tensões entre esta e a Igreja Católica, que eram comuns em outros locais. Porém, em sua pesquisa, Maschio (2012) aponta que em 1917, quando a escola passou a ser confessional, dirigida pela congregação feminina das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, a *Società Italiana Cristoforo Colombo* passou a se chamar *Società Italiana Catholica Cristoforo Colombo*, mantendo os motivos de “confraternização dos sócios, o bem estar, a moralidade e a instrução. Porém, os sócios declararam no documento acrescentar ao caráter mutual daquela associação, finalidades confessionais” (MASCHIO, 2012, p. 285). Não é apontado o fim da *Società*, e nem indícios de uma atuação da mesma na escola, quando esta passou a ter coordenação da Igreja. Na delimitação deste trabalho, pelo viés da atuação das Irmãs Passionistas, não se encontrou nenhuma menção da Associação, nos documentos consultados da Igreja, Estado e Congregação Passionista.

italiana, e além de trabalhar no Colégio, com aulas regulares, “as Irmãs trabalhavam na catequese e na organização e animação do grupo da Pia União das Filhas de Maria” (PRATI; MELO; et al, 2002, p. 190).

Desta maneira, esse ambiente de ensino, que inicialmente foi subsidiado pelo governo italiano, era agora marcado oficialmente por características católicas, tão valorizadas pelos imigrantes de Colombo. Na teoria, para as estatísticas, estes sujeitos eram italianos; na prática, por suas representações culturais, eram vênnetos, ou seja, homens do campo, com vínculos familiares profícuos, mas principalmente católicos. O peso do Colégio na cidade de Colombo permite dizer que este chegava a ser uma das instituições mais poderosas da cidade. Para tanto, entende-se poder na perspectiva simbólica abordada por Bourdieu (1989); para o autor, “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7/8).

Na figura a seguir, pode-se observar a nova construção colombense, voltada para o ensino católico nessa cidade.

Figura 2 – Colégio Santo Antonio (1917)



Fonte: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

Já a imagem panorâmica da antiga colônia, denota a representação e o poder simbólico da Igreja no próprio espaço e na arquitetura, sendo os maiores monumentos físicos, o Colégio Santo Antonio e a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Figura 3 – Vista de Colombo (Década de 1910)



Fonte: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (ESCOLANO BENITO, 2001, p. 28)

No caso do Colégio Santo Antonio, o mesmo pode ser considerado como um centro de urbanismo e irradiador de uma cultura:

A partir dessa localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia. (ESCOLANO BENITO, 2001, p. 33)

Era o edifício escolar, a partir de sua estrutura material, que só foi possível pelas experiências trazidas pelos sujeitos que faziam parte da antiga Colônia, sejam eles imigrantes ou religiosos italianos, utilizado como instrumento para o desenvolvimento de ideais religiosos e morais, aliados ao social.

Nessa nova fase do Colégio,

O ensino reafirmava a relação entre a *italianità* e a catolicidade, processo que ocorreu após a vinda da Congregação Scalabriniana ao Paraná, mobilizando a criação das escolas confessionais católicas nas colônias. Nesse período na Itália, a política para as escolas italianas no exterior estava assentada na “*Legge Tittoni*”, que – ao contrário da “*Legge Crispi*” – incentivou as iniciativas escolares católicas italianas nas regiões de colonização fora da Itália. (MASCHIO, 2012, p.286)

Em ambas as legislações, mantinha-se a promoção da língua e cultura italianas, conforme a finalidade apresentada pela “*Legge Tittoni*”,

Art. 1 - O Governo do Rei assegura a difusão da língua e cultura italiana no exterior, fundando e mantendo as escolas ou outras instituições de ensino do Estado, promovendo ou subsidiando escolas e outras instituições educacionais coloniais ou privadas.²⁵ (ITALIA, 1910, s. p.)

Os subsídios para estas instituições poderiam ser correspondentes a livros e materiais escolares. A “*Legge Tittoni*”, promulgada no dia 18 de dezembro de 1910, reorganizou as *Scuole Italiane All'estero*, facultando o ensino religioso nas escolas italianas, e trouxe também a confirmação do financiamento das escolas religiosas italianas no exterior; uma vez que esta era a realidade no Brasil, em que a maioria dos imigrantes eram católicos,

[...] a atitude benévola do ministério em relação às escolas religiosas derivava também do fato de que, dado o grande número de alunos das escolas geridas por religiosos, a contribuição que eles podiam trazer à ação de tutela da italianidade no Exterior, no campo da educação e da difusão da língua italiana, se tornara insubstituível. (SALVETTI, 2014, p. 70)

Desta maneira, mesmo não sendo prioridade do governo italiano, a abertura de escolas católicas era uma estratégia daquele Estado para buscar um lugar entre os colonos, pelo viés da Igreja. Logicamente, para o colono, a Igreja tinha uma influência muito maior.

O ensino laico liberal não prevaleceu nas colônias italianas paranaenses e muito menos no Colégio Santo Antonio. O que se privilegiava era a língua italiana e portuguesa, história e geografia da Itália, mas principalmente os dogmas católicos (MASCHIO, 2012).

²⁵ “Il Governo del Re provvede alla diffusione della lingua e della cultura italiana all'estero, fondando e mantendo scuole o altre istituzioni scolastiche di Stato, promuovendo o sussidiando scuole e altre istituzioni scolastiche coloniali o private”.

A partir da segunda metade da década de 1910, foi reforçada a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, tal como relata a mensagem de governo do ano de 1918:

em vez do ensino da lingua portugueza ser considerado, dentro d'essas escolas, como idioma estrangeiro, será conhecido como idioma nacional, levando ao espirito da creança a certeza de que a sua Patria é o Brazil e não aquella que serviu de berço aos seus paes ou avoengos. (PARANÁ, 1918, p. 18)

Uma das medidas para fiscalização dessa obrigatoriedade, pode ser observado nos “Mappas Escolares”²⁶. Em 1926, respondendo a uma questão desse relatório, sobre a existência de alguma instituição particular de ensino próxima à escola pública e sobre a língua adotada nessa instituição, o professor Manoel Gonçalves Padilha, professor da Escola Pública de Colombo, colocou que existia uma escola particular, próxima a sua, se referindo ao Colégio Santo Antonio, e que a mesma era dirigida por cinco irmãs de nacionalidade italiana, porém, deixou evidente que as mesmas falavam o português e ensinavam essa matéria. (PARANÁ, 1926). Tal mudança é sintomática do processo de nacionalização que se instaurou no Brasil, nos anos de 1920, e que se estendeu a todas as instituições de ensino, públicas e privadas, tornando a educação uma das principais ferramentas do nacionalismo, sobretudo pela afirmação da língua portuguesa como um dos símbolos da identidade nacional.

Porém, na prática, essa origem italiana das religiosas em Colombo, permitiu continuar com o ensino do italiano, assim como acontecia na *Scuola da Società*; Zoca (2007), em entrevistas com ex-alunos do Colégio Santo Antonio, das Irmãs do Sagrado Coração, constatou que as aulas eram em língua italiana.

Tal constatação foi encontrada também em um depoimento de uma religiosa Passionista, que estudou no Colégio com as Irmãs do Sagrado Coração. Ela deixa claro que em casa os pais falavam em dialeto e na escola, em italiano, pelas irmãs italianas:

Elas davam aula pra nós em italiano... Era italiano, e uma vez por semana português. Eu acho que aprendi italiano e não aprendi direito o português, com elas, né. Nós cantávamos tudo, tudo em italiano, fazíamos festa em

²⁶ Tipo de relatório que o Estado do Paraná exigia dos estabelecimentos de ensino.

italiano, tudo, tudo em italiano. E uma vez eu até recitei pro cônsul italiano, quando ele veio aí, né, recitei “Mazzolin de Fiori”, não é aquele que canta, era uma poesia bonitinha [...]. Vinha o cônsul italiano visitar as escolas naquela época. (FIORESE, 2004)

Pelo depoimento, percebe-se indícios dessas aulas em italiano no Colégio e a relação do mesmo com o governo italiano, através da visita do cônsul, porém, essa educação estava atrelada a uma atuação confessional, prevista pela *Leggi Tittoni*.

Quando passou a professar a fé católica, o Colégio Santo Antonio ampliou seu atendimento; desta forma, este “era um espaço social para manutenção da fé dos filhos dos imigrantes”, e, de certo modo, sua ampliação corroborava com os propósitos da congregação, em que “muitas ordens religiosas vieram com os imigrantes europeus, com uma proposta específica” (RENK, 2004, p. 40).

Neste novo contexto de criação do jeito ítalo-brasileiro, conforme destaca Otto (2014),

[...] as escolas constituíram-se em estratégias para manutenção e/ou reinvenção de determinada identidade cultural. Inicialmente, as aulas eram dadas na casa do professor, em seguida, a escola funcionava na pequena capela construída pelos imigrantes e, quando as condições permitiam, na construção de uma edificação própria. (OTTO, 2014, p. 235)

Nesta perspectiva, destaca-se a afirmação de Renk (2004, p. 19) de que “há de se considerar que a instalação das escolas confessionais nos núcleos de colonização de estrangeiros contribuiu significativamente para a formação moral, religiosa e educacional da sociedade brasileira”. Através da educação proporcionada a esses imigrantes, perpassando por valores culturais, a Igreja, que tinha um capital de autoridade entre esses sujeitos, utilizou-se dessas ações pela via educacional, para ampliar seu campo de atuação,

Assim, o capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso. (BOURDIEU, 2005, p. 58)

As ações realizadas entre escola e Igreja, como forma de identificação cultural dos imigrantes italianos paranaenses, “de forma articulada ou não, [...] empreenderam modos de preparar e encaminhar a infância para a formação do vir a

ser adulto” (MASCHIO, 2013, p. 89). Formação essa, valorizada e marcada por princípios culturais, que determinavam uma identificação com a região de origem.

Justamente no período republicano brasileiro, a educação foi uma das frentes utilizadas pela Igreja para manter segura sua influência junto à sociedade, utilizando como estratégia a constituição de uma rede de colégios confessionais.

Com a separação da Igreja do Estado, outras confissões religiosas tiveram a liberdade de se instalar no Brasil. Esse acontecimento provocou uma reação da Igreja Católica não só contra outras religiões, mas, também, em relação a novas idéias, levando a intensificar seu trabalho de missões e de escolas confessionais católicas. (RENK, 2004, p. 15)

Essa expansão no atendimento ao Brasil se dava também, por esse ser um

território favorável para a expansão do Ultramontanismo no início do século XX por apresentar níveis de ensino praticamente inexplorados, o que poderia constituir bons negócios para confissões religiosas. Ao mesmo tempo, o ensino também serviria como espaço de recrutamento do pessoal, à época bastante escasso. (LEONARDI, 2002, p. 28)

Pode-se afirmar que mais do que uma instituição de ensino em um espaço físico, esse Colégio expressava “uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismos que atribuem a uma tradição cultural” (ESCOLANO BENITO, 2001, p. 39).

Apesar de Colombo ser um espaço favorável para essa missão, as Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração encontram dificuldades em manter o Colégio, deixando-o em 1927. A partir deste contexto, contando com o poder simbólico que a religião católica exercia sobre os colonos vênnetos, a instituição tem continuidade com a chegada das Irmãs Passionistas na cidade, no mesmo ano, para retomar as atividades educacionais, a convite dos Padres também Passionistas, que eram responsáveis pela paróquia colombense.

É nesse espaço que essas religiosas foram inseridas: em um local construído, na busca da criação de símbolos, para o desenvolvimento das representações daquilo que aqueles imigrantes tinham trazido na bagagem e reinventavam no novo local. Mais do que coordenar um Colégio, as Passionistas assumiram um ramo educacional, em Colombo, que ultrapassava os muros escolares.

2 AS IRMÃS PASSIONISTAS E A ESCOLARIZAÇÃO DA SOCIEDADE COLOMBENSE

89. As Irmãs Passionistas, segundo o espírito do nosso Instituto deverão dar aula na escola, seja privada ou pública, na casa religiosa ou fora; por isso, àquelas jovens que serão mais voltadas à piedade religiosa e mais aptas ao estudo literário, terminando o noviciado, faça-se prosseguir os estudos necessários para obter o diploma de professora. (CONSTITUIÇÃO DAS IRMÃS PASSIONISTAS, 1907 e 1910 apud PASSIONISTAS, 1996)

Logo depois de chegar ao Brasil, em 1919, as Irmãs Passionistas organizaram uma instituição de ensino em São Paulo e expandiram esse atendimento ao Paraná, chegando até o município de Colombo, por meio de um convite feito pelos padres Passionistas, como já foi dito. Nesta cidade, atuaram em dois momentos: primeiramente, entre os anos de 1927 e 1933, e depois, a partir de 1951 até os dias atuais.

Depois de ter sido uma escola subsidiada pelo governo italiano, sob a administração das Irmãs italianas do Sagrado Coração, o Colégio Santo Antonio tem um novo cenário com as Passionistas, em 1927. Ainda mantendo a presença de uma congregação católica italiana, durante a gestão dessas religiosas não se teve nenhuma figura dessa etnia atuando na escola e nem o uso da língua italiana. Apesar da origem italiana da Congregação, todas as Irmãs eram brasileiras. Ainda assim, a escola se manteve com um número significativo de matrículas, atendendo meninos e meninas na educação primária, e desse local saíram diversas vocações à congregação Passionista. Este capítulo se propõe a analisar as características desta instituição de ensino, no primeiro momento das Irmãs, em Colombo, entre 1927 e 1933 e suas relações com essa sociedade.

2.1 COLÉGIO SANTO ANTONIO (1927 – 1933)

Nesta nova fase do Colégio Santo Antonio, as Irmãs Passionistas foram responsáveis pela estruturação de uma cultura escolar, em Colombo. Este conceito é entendido sob a ótica de Julià (2001, p. 10), “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]”. Porém, mais do que manifestações no interior da escola, ampliam-se as lentes de observação para aquilo que Viñao Frago (1995) coloca

como culturas escolares, no plural das influências, na singularidade dos resultados de cada escola. Neste trabalho, caracterizam-se essas culturas escolares, nos aspectos que envolveram uma cultura trazida do Vêneto, que foi sendo adaptada ao Brasil, em particular, no município de Colombo, na construção de uma identidade, que teve influência da Igreja e da escola, em conjunto com a sociedade. Para o autor,

[...] a cultura escolar é toda a vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que neste grupo existem alguns aspectos que são mais relevantes do que outros no sentido de que são elementos organizadores que a compõem e a definem²⁷. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69)

É, sobretudo, nesses aspectos que se buscou enfatizar a produção da cultura escolar do Colégio Santo Antonio e sua forma relacionada com a própria cultura colombense, realçada nas experiências desses indivíduos que permitiram a construção e consolidação do Colégio na cidade. Essa experiência é,

uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p. 15)

A experiência, originada nas articulações entre o ser social e a consciência do seu grupo, legitima práticas, identidades e cultura,

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189)

Com isso, a escola, vista como uma instituição da sociedade é moldada pelas experiências dos sujeitos, mas também possui uma lógica própria. O início da

²⁷ “[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen”.

atuação das Irmãs Passionistas, em Colombo, é registrado através do seguinte texto, na Ata Histórica da Congregação:

Em 1927, a pedido do Rvmo Vigário Pe. Alberto Passionista e da população de Vila Colombo no Estado do Paraná, para lá se dirigiram, afim de fundar uma nova casa, quatro Irmãs em companhia da Rvma. Madre Provincial. Aos 8 de dezembro dêsse ano, as Irmãs foram recebidas pela Pia União das Filhas de Maria, que em procissão foram busca-las a entrada da Vila. Tomaram parte na recepção o Exmo. Snr. Prefeito Municipal e demais autoridades locais. Demais de assistir a missa paroquial, dirigiram-se para o Colegio, onde foram tiradas varias fotografias. (PASSIONISTAS, 1940, p. 7)

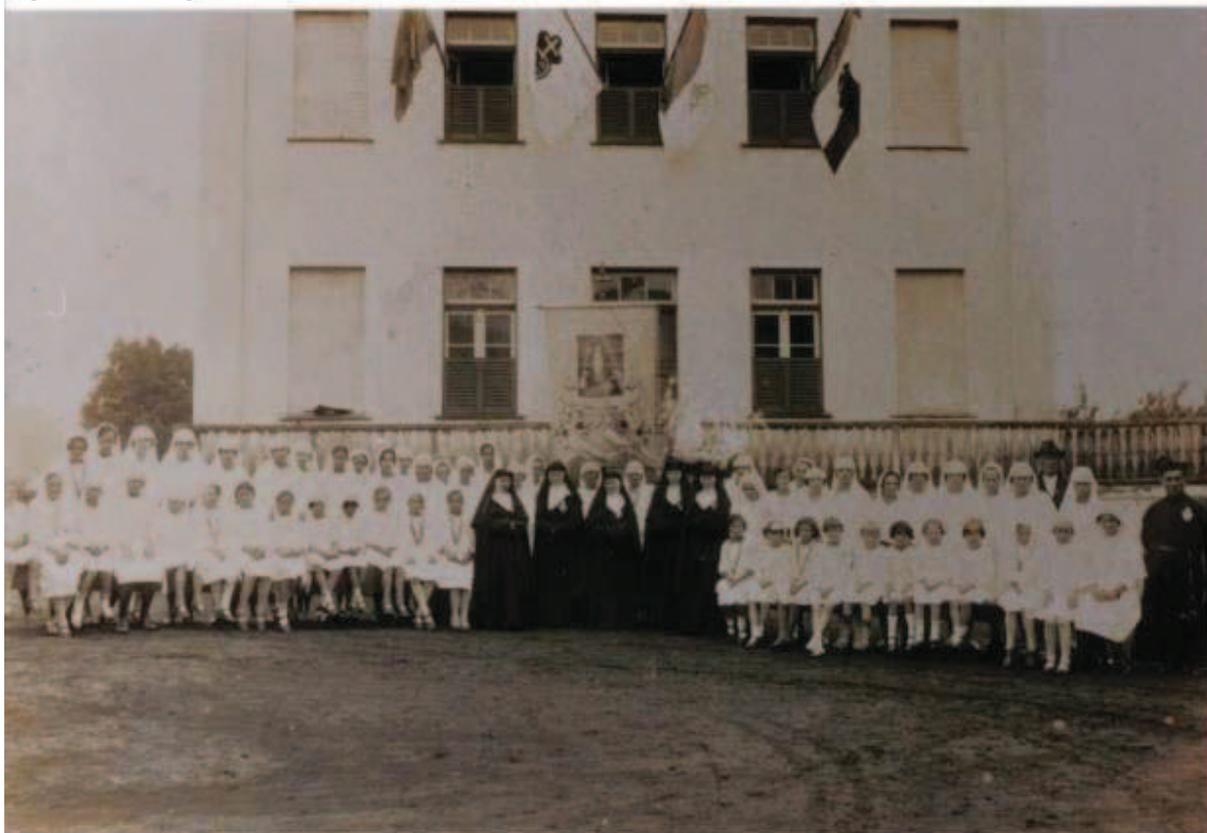
Percebe-se pelo trecho que a escola tinha grande relevância para a comunidade colombense, contando, em sua nova inauguração, não só com a presença do clero, mas também de representantes políticos da cidade. Com relação ao processo de escolarização, a sociedade, em Colombo, teve o apoio e o incentivo de muitos atores.

Nesse investimento, tanto o processo de escolarização quanto as culturas escolares não são pressupostos; são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola. (FARIA FILHO, 2001, p. 253)

Nessa dimensão política e cultural, o registro da chegada das religiosas a Colombo é indicativo de alguns elementos a serem observados: o Colégio Santo Antonio representava para a cidade um “templo de civilização”²⁸. Na estruturação de uma cultura escolar, é preciso levar em consideração as relações, de conflito ou não, entre as diversas outras culturas. No caso de Colombo, está se atentando para a cultura religiosa, popular e política, em conjunto com a experiência dos sujeitos, e nos modos como essas relações aparecem ou reforçam a atuação das Passionistas.

²⁸ Expressão emprestada de Souza (1998).

Figura 4 – Chegada das Irmãs Passionistas em Colombo/PR – 1927



Fonte: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

Mesmo que nenhuma das religiosas que permaneceu no Colégio, no período entre 1927 e 1933, fosse de origem italiana, a pátria dos colonos e/ou descendentes era ainda lembrada pelo Colégio. No registro da chegada dessas religiosas é interessante destacar a representação de quatro bandeiras. A primeira, da esquerda para a direita, infere-se que seja a bandeira brasileira, seguida pelas bandeiras da Congregação Passionista, do Vaticano e do Reino da Itália. Essa relação entre a congregação, a italianidade e o catolicismo vênето do povo de Colombo, acontece pelo o que pontuam Luchese e Rech (2014):

Diversas ordens e Congregações Religiosas, que atuavam em favor dos imigrantes, mantiveram escolas. As *escolas* confessionais, masculinas e femininas, não podem ser classificadas como étnicas, mas tinham características culturais do país de origem da congregação. (LUCHESE; RECH, 2014, p. 276)

Essa característica pode se dar pela união da escola com a instituição religiosa, uma vez que “a Igreja era a instituição que, com seus dogmas e crenças, permitia a reorganização do novo mundo encontrado pelo imigrante com o universo

simbólico de sua Pátria de origem” (LUCHESE, 2015, p. 88/89). Nessa linha de educação e catolicismo, sendo este último uma das características étnicas dos fundadores da antiga colônia italiana Alfredo Chaves, pode-se ressaltar uma cultura escolar impregnada e compartilhada através da religião, sendo esse um dos pilares culturais dessa cidade, na construção de uma identidade. Esse “reflexo da cultura escolar na modernidade manifestou-se fortemente sobre indivíduos e grupos quanto à concepção de identidade e de reconhecimento de diferenciação étnico cultural” (KREUTZ, 1999, p. 89).

Esse universo simbólico marcado pela bandeira na escola católica, contribuiu para reforçar a memória de uma cultura “italiana”, que também é constitutiva da cultura escolar do Colégio Santo Antonio. Mais do que as lembranças de 1878, a bandeira traz à memória uma identidade que começava a se construir no Brasil, quando esses imigrantes/descendentes são rotulados de italianos. Quase 50 anos depois, o símbolo das origens de uma pátria específica, e não da comunidade vêneta de onde haviam saído, estava presente em Colombo.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não são mais nos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retrô, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vende bem. (LE GOFF, 2003, p. 466)

Mesmo tendo saído de uma Itália sem criar um vínculo de pertencimento a ela, a bandeira se mantinha presente nas formalidades. Talvez fosse uma forma, de denotar uma identidade própria, dentro de outro país, o “medo de uma perda de memória”, mesmo que a realidade do Estado italiano não tenha sido próxima aos costumes católicos campestres desses vênets, quando deixaram a sua localidade de origem, para a construção de uma nova vida. Era a identificação italiana construída no novo continente, pelo contraste com as outras culturas, junto com o incentivo do próprio Estado italiano. Essas características marcam um grupo, e “[...] grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes” (BARTH, 2011, p. 196).

Essas diferenças permitem ressaltar identificações, que só são visíveis na comparação com o outro, como nos ensina Hall (2006, p. 40/41): “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. [...] O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)”. Em Colombo, a religião era um mecanismo de identidade, que ganha relevo pelas experiências que os imigrantes/descendentes trouxeram, e o “eu” ficava por conta do ser italiano, mesmo que fosse apenas um rótulo.

Buscando caracterizar as religiosas que estiveram em Colombo, para inferir possíveis influências da atuação das mesmas e se estas traziam algum traço de identificação com os alunos do Colégio ou foram perturbadas pela diferença, tem-se descrito no “Resumo Histórico da Província Imaculado Coração de Maria”, o nome de três freiras: “Chegada das Irmãs Passionistas a 8 de dezembro de 1927, sendo a Comunidade composta por Ir. Teresa, Ir. Maria Faustina e Ir. Vicentina” (PASSIONISTAS, 1989, p. 87).

Porém, em comparação com outros registros da Congregação percebe-se uma divergência entre as informações encontradas. Em um documento histórico, intitulado “Subsídios para a história da Província São Gabriel da Virgem Dolorosa”, tem-se o registro de que:

Em 1927, a pedido do Ver.mo Vigário, Pe. Alberto Passionista e da população da Vila Colombo, Paraná, para lá se dirigiram quatro Irmãs, em companhia da Ver.ma Madre Provincial, a fim de fundar uma nova casa. A comunidade ficou assim constituída: Superiora Irmã Teresa de Paula, Irmã Faustina, Irmã Vicentina. (PASSIONISTAS, s.d., p. 48)

Conforme observado na figura 4, cinco religiosas estão presentes: possivelmente uma era a provincial e as outras quatro, as religiosas que ficaram no Colégio, porém, apenas três nomes eram citados nos registros da Congregação.

Por meio de alguns indícios encontrados em documentos do Estado do Paraná, deduz-se que chegaram ao município de Colombo, quatro freiras: Irmã Maria Teresa, Irmã Faustina, Irmã Vicentina e Irmã Raphaela. Encontraram-se as seguintes informações, sobre a entrada das mesmas na congregação:

Tabela 2 – Religiosas Passionistas que atuaram em Colombo (1927 – 1933)

Nº	Nome	Filiação	Lugar de nascimento	Data de nasc.	Entrada	Obs.
8	Irmã Rafaela da Agonia de Jesus Anna Bento	Manoel Bento Justina	Cachoeira – São Paulo	26-08-1902	06-10-1921	Saiu a 5-4-1939
10	Irmã Tereza da Coroação Mariana Maria de Paula	Manoel de Paula Maria Faustina de Paula	São Paulo – São Paulo	22-10-1893	14-07-1922	Falecida 28-4-1957
20	Irmã Faustina do Menino Jesus Otilia Cândida F. dos Reis	José dos Reis Marcelina de Jesus	Paradinha Outeiro – Portugal	04-04-1907	25-03-1925	Falecida 25-9-1975
23	Irmã Vicentina de N. Senhora Yolanda Sasso	José Sasso	São Paulo – São Paulo		22-07-1926	Saiu a 2-4-1934

Fonte: PASSIONISTAS, 1920.

Não é citada a presença de Irmã Raphaela, em Colombo, porém, constatou-se que ela atuou no Colégio Santo Antonio, pois nos Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, observa-se o nome de Raphaela, e também no informativo do Estado do Paraná, publicado no jornal “A Republica”, no dia 12 de julho de 1929, consta o seguinte termo: “Exonerando, a professora subvencionada federal Thereza de Paula da regencia da escola da villa de Colombo, município do mesmo nome e nomeando Raphaela Rodrigues para substituil-a provisoriamente” (A REPUBLICA, 1929, p. 4). Mais do que trazer o nome das professoras atuantes em Colombo, através do Colégio Santo Antonio, apreende-se neste documento a subvenção pública para uma escola particular e católica.

Como demonstrado no capítulo anterior, a Igreja, em Colombo, era possuidora de um capital simbólico, legitimado pelas famílias imigrantes/descendentes. Essa influência católica e privatista, mesmo com a laicidade da República, estava em voga nos debates sobre a organização do Estado Brasileiro. Duarte (1939) demonstra a falta de separação, em quem o privado invadia a cena do público, chegando mesmo a descaracterizá-lo, uma vez que:

Não há de ser indiferente à vida do Estado a sobrevivência de uma velha comunidade dentro da qual continuam em choque e em disputa de predomínio todos os grandes interesses e sentimentos daquela extensíssima ordem privada que veio de ocupar, concorrendo com o Poder Público, todo o espaço social de nossa organização nacional. (DUARTE, 1939, p. 203)

Nesta relação simbiótica entre o público e o privado no Brasil, a escola católica de Colombo recebia subsídios públicos para contribuir com a educação

nacional, mas também modelar uma cultura escolar que estava envolta na comunidade, calcada no catolicismo.

Sobre as professoras subvencionadas, não se pode afirmar que o Colégio tenha contado com a presença das quatro religiosas concomitantemente, porém, Raphaela Rodrigues, Thereza de Paula e Faustina Frederique aparecem no relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, do ano de 1927, habilitadas para atuar no magistério particular, conforme a tabela 3:

Tabela 3 – Candidatos habilitados para o magistério particular em 4 de janeiro

Nº	Nome	Idade	Nacionalidade	Filiação	Aprovação
1	Ir. Raphaela Rodrigues	25 annos	Brasileira	Manoel B. Rodrigues	Plenamente – 9
2	Ir. Conceição Marletta	20 annos	Brasileira	José Marletta	Plenamente – 6,5
3	Ir. Amalia Amambahy	20 annos	Brasileira	Leopoldo Amambahy	Distincção – 9,5
4	Ir. Thereza de Paula	31 annos	Brasileira	Manoel de Paula	Plenamente – 8,5
5	Ir. Faustina Frederique	20 annos	Portuguesa	Miguel Frederique	Plenamente – 6,5
6	Ir. Cecília Malta	28 annos	Brasileira	Joaquim T. Malta	Plenamente – 7
7	Ir. Angela de Paula	29 annos	Brasileira	Manoel de Paula	Plenamente – 8,5

Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (1927).

Em uma segunda banca realizada em dezembro do mesmo ano, aparecem os mesmos nomes:

Tabela 4 – Candidatos habilitados para o magistério particular no estado – exame realizado em 7 de dezembro – (2a. banca)

Nº	Nome	Idade	Nacionalidade	Filiação	Aprovação
1	Ir. Angela de Paula	29 annos	Brasileira	Manoel de Paula	Plenamente – 8,5
2	Ir. Cecília Malta	28 annos	Brasileira	Joaquim T. Malta	Plenamente – 7
3	Ir. Thereza de Paula	30 annos	Brasileira	Manoel de Paula	Plenamente – 8,5
4	Ir. Faustina Frederique	20 annos	Portuguesa	Miguel Frederique	Plenamente – 6,5
5	Ir. Analia Amambahy	20 annos	Brasileira	Leopoldo Amambahy	Distincção – 9,5
6	Ir. Conceição Marletta	20 annos	Brasileira	José Marletta	Plenamente – 6,5
7	Ir. Raphaela Rodrigues	25 annos	Brasileira	Manoel B. Rodrigues	Plenamente – 9

Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (1927).

É interessante destacar que nesses quadros apresentados no Relatório, todas essas religiosas são da Congregação das Irmãs Passionistas, conforme consulta ao livro de registro de entradas das vocações (PASSIONISTAS, 1920). Dessas

professoras, algumas estavam alocadas no Asylo São Vicente, em Curitiba, onde funcionava uma escola de Reforma Feminina (PASSIONISTAS, s.d).

Sobre as Irmãs que atuaram em Colombo, nesse primeiro momento, pouco se sabe, a não ser dados encontrados em suas atividades pela congregação e um artigo de jornal sobre Irmã Faustina, além dos indícios que foram aparecendo no percurso da pesquisa. Uma possível justificativa seja a saída precoce de Irmã Raphaela e Irmã Vicentina, da Congregação.

Cumpro destacar que além de idealizar junto aos imigrantes o Colégio Santo Antonio e chamar mais tarde as Passionistas para coordenar o mesmo, os Padres desta Congregação eram bastante participativos na educação colombense. Em correspondência destinada ao Diretor Geral do Ensino do Paraná, Benjamin Baptista Lins de Albuquerque, datada em 26 de novembro de 1930, Pe. Alberto, vigário de Colombo, o mesmo que convidou as religiosas Passionistas para Colombo, escreve:

Cumpro o dever de levar ao conhecimento de V. Exa., que assumi o cargo de Inspetor Escolar, deste Município, para o qual fui nomeado recentemente. Agradeço a distinção que me foi conferida, e tudo farei em prol do ensino neste Município. Reitero os protestos de estima e considerações, aguardando suas novas e apreciadas ordens. (PARANÁ, 1930a)

Tem-se dessa forma a participação dos Padres na educação católica colombense, em conjunto com as Irmãs Passionistas, mas também como Inspetores da educação pública da cidade, demonstrando mais um ponto na relação simbiótica entre a Igreja, educação e o público. Kreutz (1999) atenta para a função que a escola teve para o processo de formação do Estado nacional: “A escola foi chamada a ter um papel na configuração de uma identidade nacional, sendo simultaneamente um elemento de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos” (KREUTZ, 1999, p. 86). Claro que isso não era visto nas escolas consideradas étnicas, com isso, estas passaram a ter um controle mais incisivo do Estado; em Colombo, a escola católica era subsidiada pelo poder público, desta forma, deveria seguir alguns princípios de nacionalidade, tidos como obrigatório, como o ensino em língua portuguesa. Essa talvez não fosse uma das dificuldades em ser cumprida, no Colégio Santo Antonio, uma vez que as religiosas Passionistas eram brasileiras ou portuguesa, porém, os elementos identitários poderiam se dar por outras vias, como as memórias de uma pátria distante, conforme apontado na foto de chegada das

Passionistas, e a fiscalização dessa escola e das outras escolas públicas era feita por um inspetor com influências católicas, mas de origem italiana.

A respeito da Inspeção de ensino, pode-se traçar um comparativo sobre a frequência dos alunos no Colégio Santo Antonio, entre anos de 1928 e 1931 (Tabela 5). Destaca-se a subvenção federal às Irmãs, como uma forma de estimular a nacionalização pela via escolar, uma vez que

A fiscalização foi o ponto forte da política de manutenção das Escolas Subvencionadas Federais. Os inspetores escolares federais fiscalizavam tanto os professores subvencionados, como os governos estaduais. Em certa medida, propunham, reclamavam, autorizavam e desautorizavam a abertura, transferência ou supressão de escolas, bem como, a remoção dos professores. Além disso, orientavam os professores na escolha e na aplicação dos métodos a fim de garantir o sucesso com o ensino da língua portuguesa. (MASCHIO, 2015, p. 3)

Mesmo que essa fiscalização na esfera municipal fosse feita, a partir da década de 1930, por um padre italiano.

Tabela 5 – Frequência do Colégio Santo Antonio²⁹ (1928 – 1931)

Ano	Professora	Categoria	Funcionou o ano todo?	Alunos Matriculados durante o ano				Alunos eliminados
				1a.	2a.	3a.	Total	
1928	Thereza de Paula	S. Fed.	5 m	30	14	28	72	11
	Faustina Frederique	S. Fed.	5 m	71	--	--	71	11
1929	Thereza de Paula	S. Fed.	Sim	30	13	9	52	5
	Faustina Frederique	S. Fed.	Sim	53	--	--	53	6
1930	Faustina Frederique	S. Fed.	Sim	51	32	12	95	29
	Raphaela Rodrigues	Prov.	Sim	74	--	--	74	20
1931	Raphaela Rodrigues	S. Est.	Sim	64	--	--	64	23
	Faustina Frederique	S. Fed.	Sim	28	20	25	73	35

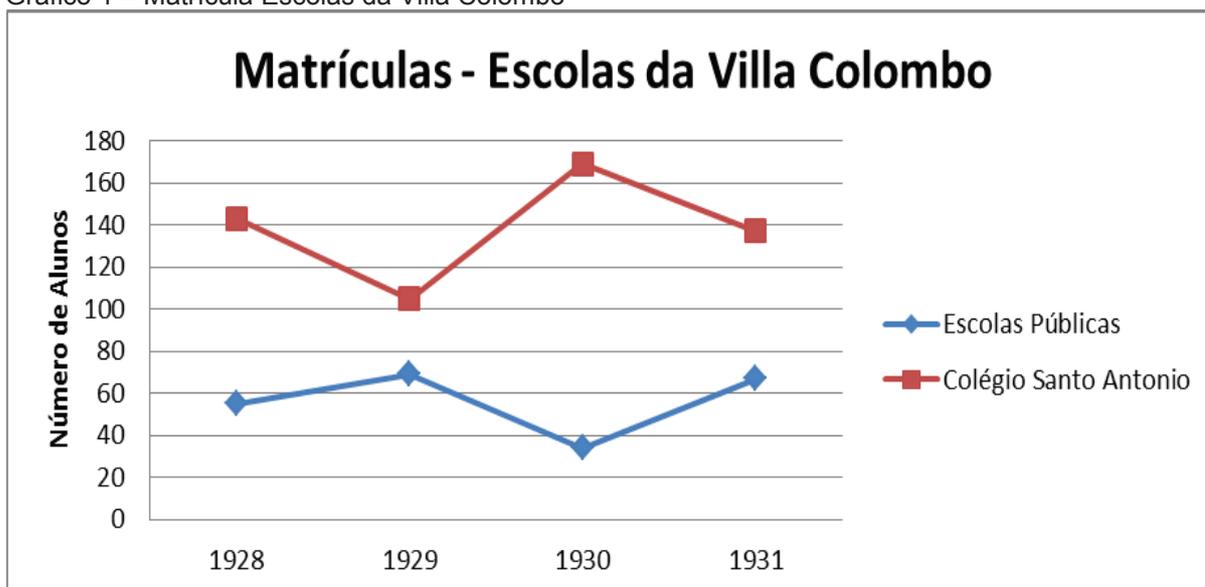
Fonte: Quadro organizado a partir dos Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, entre 1928 e 1931.

Por essa tabela, é visível a presença da Irmã Faustina no Colégio, entre 1928 e 1931; já Irmã Thereza parece ter atuado apenas nos anos de 1928 e 1929, sendo, possivelmente substituída por Irmã Raphaela. Também se verificou que, em 1928, o Colégio não funcionou durante o ano todo.

²⁹ A organização da tabela seguiu a grafia original do documento analisado.

Pelos números apresentados dos atendimentos das professoras em cada ano, pôde-se organizar um gráfico sobre a quantidade de alunos entre 1928 e 1931, seguido de um comparativo com os alunos de outras escolas públicas, situadas na “Villa”, de acordo com os Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública:

Gráfico 1 – Matrícula Escolas da Villa Colombo



Fonte: Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, entre 1928 e 1931.

No comparativo com as outras escolas do centro da cidade, percebe-se que mesmo sendo oferecido o ensino público, as famílias escolhiam a escola confessional para os seus filhos, sendo que esta instituição não contava mais com professoras italianas, e mesmo assim tinha uma boa frequência, demonstrando que acima da língua, o que fazia deste local uma escola requisitada, era a cultura escolar que se associava ao catolicismo. Talvez o fato do Colégio Santo Antonio receber subsídios públicos, favorecesse o acesso dos alunos, por meio de bolsas de estudos; desta forma, as famílias poderiam escolher a instituição que gostariam que seus filhos frequentassem e, em ambas as opções da cidade – pública ou privada –, haveria gratuidade ou facilidade de acesso.

Nesta cena, o privado invade o público, atendendo a maior parte das crianças que frequentavam uma instituição de ensino na região. Na historiografia da educação brasileira, é possível encontrar, em diferentes perspectivas de análise,

essas discussões sobre o público e o privado na esfera educacional, conforme demonstrado por Magaldi (2003) e Xavier (2003).

A respeito da configuração da escola pública, Xavier (2003) aponta que:

O processo de especialização da atividade educativa, assim como a configuração física do espaço da escola pública, tornou-se visível com as primeiras construções públicas destinadas à educação primária: os chamados grupos escolares. Com eles, reafirmaram-se os contornos do efetivo controle do Estado sobre a educação do povo, demarcando-se o valor social da educação escolar e o sentido mais aproximado do que se entende, hoje, como educação pública-estatal. (XAVIER, 2003, p. 238)

Em Colombo, entre as décadas de 1920 e 1930, a releitura das “construções públicas destinadas à educação primária” não se concretizava nos Grupos Escolares, mas se fazia por escolas públicas dirigidas por um ou dois professores, e que não funcionavam o ano todo. Esta configuração, pouco estruturada e sem um investimento e controle mais efetivo, permitiu que outro centro de poder assumisse a educação, o que justifica a escola católica ter mais alunos do que as públicas. Dessa forma, mais que uma disputa entre escola pública ou privada, havia uma convergência de interesses e dos modos como a família e o Colégio Santo Antonio trabalhavam juntos em torno da Igreja, na maneira como a instituição privada familiar era colocada em relevância pelo seu poder de escolha e pelo auxílio na legitimação de uma instituição de ensino particular, uma vez que:

No caso do projeto educacional dos católicos, pode-se afirmar que possuía como núcleo a temática da orientação religiosa, considerando-a em clara articulação com a visão do papel essencial da família na formação do indivíduo e de seu lugar inviolável na definição do modelo a ser seguido na educação dos filhos, aspectos, por sua vez, articulados com um outro ponto muito enfatizado nas formulações do grupo e que diz respeito às competências dos diferentes agentes educativos. (MAGALDI, 2003, p. 221)

Desde os primórdios do Colégio Santo Antonio, o que se esperava do mesmo era a produção de uma cultura escolar, pautada nas experiências dessas famílias de italianos/vênetos. Mesmo com a troca de coordenação, de uma escola mantida pelo governo italiano para a direção de religiosas italianas (Sagrado Coração), até passar para as Passionistas, pela grande frequência de alunos, infere-se que a imagem e prestígio perante a comunidade permaneceram. Tal como afirma Escolano Benito, pode-se dizer que

O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais. (ESCOLANO BENITO, 2001, p. 40)

Dos pilares culturais desses italianos/vênetos - catolicismo, costumes campestres e língua italiana (ou vêneta) -, o Colégio Santo Antonio, com as Irmãs Passionistas, talvez não tenha se envolvido diretamente com todos, mas pôde corresponder firmemente ao propósito religioso.

Os reflexos disso podem ser exemplificados no grande número de vocações colombenses que a Congregação Passionista teve a partir da década de 1920 até o ano de 1933, quando as mesmas deixaram Colombo. Foram 21 vocações, até o ano de 1933, de um total de 63 religiosas Passionistas, formadas no Brasil; isso representa que, um terço das religiosas Passionistas, era colombense. (PASSIONISTAS, 1920)

Sobre esse número expressivo de vocações, é possível observar uma ambiência bastante católica na cidade e a união da esfera familiar – de costumes campestres vênets, trazendo uma identificação cultural e organização social envolta no catolicismo –, em conjunto com a esfera da Igreja – como instituição, que poderia se utilizar dessas características para o recrutamento de pessoal, para trabalhar em prol dos seus preceitos –. Entre a reprodução familiar e a reprodução da Igreja, Seidl (2012) destaca a formação das vocações no contexto gaúcho, pela via de uma estrutura social agrária, que tem um contexto semelhante ao de Colombo, em que:

[...] dois outros aspectos são cruciais para a explicação do recrutamento sacerdotal: de um lado, a baixa probabilidade de acesso à escolarização além do ensino fundamental devido às deficiências de cobertura do sistema escolar secundário público e à impossibilidade de optar pelo ensino privado; e, de outro, uma alta valorização social da religião católica, de práticas religiosas e das profissões relacionadas à Igreja. (SEIDL, 2012, p. 245)

Além dessa valorização social do catolicismo, podendo ser utilizado também como uma forma de ascensão e prosseguimento dos estudos, ainda em pesquisas sobre uma região colonial italiana do Rio Grande do Sul, a associação entre educação e religião foi uma das principais ações da Igreja, na demarcação do seu campo, conforme pontua Mocellin e Mincato (2007):

As primeiras ordens religiosas instalaram-se na região, no fim do século XIX e início do século XX, período de estruturação da instituição católica na região. É somente a partir da instalação das primeiras ordens religiosas na região, que a educação tornou-se um dos principais mecanismos de influência da Igreja católica. (MOCELLIN; MINCATO, 2007, p. 206)

No caso das Passionistas, pode-se dizer que a Congregação teve um crescimento expressivo com as vocações colombenses. Com este crescimento e atuação nos estados de São Paulo e Paraná, no ano de 1928, tem-se a visita da Madre Geral italiana, Angélica Michelagnoli, ao Brasil: “Nas três casas brasileiras foi afetuosamente recebida. Encantou-a particularmente a beleza topográfica, a quietude, a simplicidade de Colombo” (BOLETIM, 2002, p. 7).

Algumas práticas do Colégio Santo Antonio, juntamente com a impressão das terras colombenses são retratadas por Michelagnoli, em um diário sobre sua viagem, no ano de 1928³⁰. Tem-se o seguinte registro, do dia 26 de setembro de 1928:

Enquanto isso, nós visitamos a casa e depois fomos até as crianças. Uma parte destas estavam no teatrino, e logo fizeram um pouco de ginástica cantando. Duas crianças ofereceram uma bela cestinha de flores e me entregaram-na. Depois foi ao palco uma outra quantidade de pequenos e estes também cantaram e recitaram. Depois, todos foram novamente para a grande praça, onde o fotógrafo esperava³¹. (MICHELAGNOLI, 1928)

Percebe-se, na narrativa de Ir. Angelica, algumas atividades escolares desenvolvidas no Colégio Santo Antonio. Entre estas, destacam-se as atividades físicas, teatro, música e trabalhos manuais³².

Essas atividades desenvolvidas no ambiente escolar poderiam seguir uma italianidade, não diretamente pela origem das religiosas que atuaram em Colombo, mas sim pela fé católica, pelos preceitos da Congregação, pelas experiências que haviam formado a comunidade colombense, como os costumes vênets e o uso da

³⁰ Os estudos de História da Educação já vêm utilizando largamente os diários como fontes de pesquisa. Destaco aqui, nesse sentido, os trabalhos de: Holly (1992), Cunha (2000), Mignot (2003), Catani e Vicentini (2003).

³¹ “Noi intanto visitammo la casa e poi andammo dai bambini. Una parte di questi erano sul teatrino e tosto fecero un po' di ginnastica cantando. Due bambine offrirono un bel cestino di fiori e me lo porsero. Poi andò sul palco un'altra quantità di piccoli e questi pure cantarono e recitarono. Poi tutti passarono nuovamente sul piazzale ove il fotografo attendeva”.

³² Não foram encontradas outras referências a essas atividades, na relação entre essas práticas culturais e em quais elementos as mesmas estavam amparadas.

língua vêneta em ambiente doméstico, em conjunto com os Padres Passionistas, italianos.

Mesmo com essas características, o cenário nacional era de defesa do nacionalismo, e de certa forma a Igreja defendia essa unidade para a formação de uma “nação católica”; com isso, foi localizado um registro fotográfico que ilustra a participação do Colégio em uma comemoração cívica, no ano de 1928, tendo a coordenação das Irmãs Passionistas e do Padre Alberto.

Figura 5 – Irmãs Passionistas com Pe. Alberto e alunos em comemoração cívica – 1928



Fonte: Acervo iconográfico da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

No que tange à questão do nacionalismo e exemplificando o caso paranaense, segundo Renk (2014), a partir de 1920, dois movimentos aconteceram: um tendo a face do Estado, na formação do cidadão nacional utilizando como via as escolas, e o outro foram as ações tomadas pelas associações étnicas, para manter uma identidade.

A respeito do primeiro movimento,

O Estado criava medidas para homogeneizar os saberes, pela legislação escolar, imposição de calendário escolar, adoção de conteúdos únicos, material didático único e ensino da língua portuguesa, de história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, educação física e também a intensificação das manifestações e participação das atividades cívicas como os desfiles escolares. (RENK, 2014, p. 301)

Já o outro lado, tentando preservar uma identidade, que nesse trabalho atenta-se para a italiana, tem-se que as escolas étnicas tiveram uma fiscalização mais contundente e precisaram interromper mais cedo sua atuação, diante das políticas de nacionalização – em Colombo, a *Società* não é citada em nenhuma relação com a escola dirigida pelas Passionistas. Já as escolas católicas, dirigidas por congregações italianas, não eram consideradas étnicas, mesmo mantendo implicitamente alguns costumes da terra de origem dos imigrantes. Assim, essas instituições, “[...] dissuadindo as autoridades de ensino diante da imposição de práticas nacionalizadoras, posicionavam-se dos dois lados conforme as condições que se faziam mais oportunas” (MASCHIO, 2014b, p. 262).

Podemos afirmar que, em Colombo, foi oportuno utilizar as experiências étnicas do grupo da antiga colônia para legitimar a escola, porém, foi igualmente oportuno seguir alguns preceitos do Estado para manter subsídios públicos e continuar com essa instituição.

Neste período, a escola tinha objetivos claros, além do ensinar a ler e escrever e essas práticas estimuladas nos ambientes educacionais, como

[...] o canto, mas também as comemorações, as festas, as “aulas de urbanidade”, os espetáculos, foram, ao longo da Primeira República (e mais ainda nos períodos autoritários posteriores), utilizados como poderosos mecanismos de educação e conformação de corpos e mentes. (FARIA FILHO, 2000, p. 81)

Além dessas práticas e das experiências envolvendo o catolicismo, pedagogicamente se pode apreender uma forte influência paulista no Colégio Santo Antonio, uma vez que três, das quatro freiras que atuaram nesta instituição, eram naturais de São Paulo e com formação religiosa neste mesmo Estado. Outra inferência sobre esse aspecto foi feita a partir da matéria publicada no Diário do Paraná, no dia 28 de abril de 1972, intitulada “Religiosa é a primeira a usufruir tratado de igualdade”, que traz uma homenagem do Tribunal Regional Eleitoral à primeira cidadã portuguesa residente em Curitiba a receber o título eleitoral, a partir de um tratado de igualdade entre os dois países. Essa cidadã era a religiosa Passionista, Faustina Frederique (ver anexo C). O interessante em tal reportagem é que com a descrição de uma breve biografia da Irmã, pode-se apreender que a mesma teve uma formação escolar paulista, conforme o trecho abaixo:

Otília Frederique dos Reis, que ao ingressar na carreira religiosa recebeu o nome de Irmã Faustina, nasceu a quatro de abril de 1907, na Paradinha de Outeiro, Distrito de Bragança. Ainda jovem, mais exatamente em 1915, veio para o Brasil juntamente com sua família, indo residir em São Paulo, onde continuou seus estudos. Na capital paulista fez o colegial, prestou exames para professora particular do ensino primário. Aos 18 anos ingressava na carreira religiosa, no Educandário Santa Maria. Veio, pela primeira vez ao Paraná em 1927, tendo lecionado por algum tempo no município de Colombo, tendo regressado novamente para São Paulo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1972, s.p.)

Mais do que uma relação local entre religiosas paulistas, podem-se destacar outras conexões entre Paraná e São Paulo, que visavam à formação docente e os materiais didáticos:

A reforma educacional paranaense, de característica inovadoras (ao menos em relação ao curso de magistério), iniciada a partir de 1920 foi precedida pela visita a São Paulo, entre 1918 e 1919, de uma comissão de professores que trouxe de lá novos processos pedagógicos, entre eles o ensino analítico da leitura. (MIGUEL, 1997, p. 26/27)

Nessa relação entre professoras paulistas e formação religiosa e escolar naquele Estado, encontram-se rastros de uma história, que aproxima a coordenação Passionista, em Colombo, do modelo educacional paulista, uma vez que,

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista [...]. (TANURI, 2000, p.68)

Outra influência forte se dá pelo fato de que, nos anos de 1920, “a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava” (CARVALHO, 2011, p. 225), e que ressoava em outros estados, como o Paraná, que já tinha uma tradição em seguir os preceitos paulistas, oriunda pelo fato de ter feito parte da Província desse Estado até 1853.

Na defesa pela modernização do ensino, alguns pontos foram normatizados, tendo a cultura escolar primária daquele Estado uma grande relevância, com suas práticas, museus escolares e livros de leitura. Novos métodos de ensino foram sendo valorizados, e

[...] a escola primária foi '(re)inventada': novas finalidades, outra concepção educacional e organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao

ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p.29)

Essa (re)invenção é colocada na efervescência dos debates educacionais e da crença na educação como ferramenta de remodelação da sociedade, que acentuou diferentes concepções sobre a educação escolar, acabando por colocar o cenário educacional como um palco de disputas que foi se acirrando entre dois principais grupos, que se convencionaram chamar de “pioneiros” e católicos³³.

A coordenação do Colégio Santo Antonio com as Passionistas se deu nesse momento de debates, sobretudo a respeito da escola particular e da escola pública, encampados por diferentes grupos.

Os primeiros, em geral agrupados em torno da Igreja Católica, defendiam uma concepção religiosa e humanista do ensino, e até reclamavam um financiamento público para a educação particular, de modo a garantir a "liberdade de escolha" dos pais. Os outros, em seus movimentos progressistas e laicos, previam que apenas uma escola pública haveria de assegurar as mesmas chances educativas para todos os cidadãos brasileiros. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 145)

Tal antagonismo se justifica pelo forte investimento que a Igreja fez na organização de uma rede de colégios confessionais, ao buscar recuperar o espaço que havia perdido oficialmente na educação³⁴. Mesmo com divergências em alguns pontos, principalmente na questão do ensino laico, a renovação do campo educacional era uma necessidade entendida por ambos os grupos, os quais se fizeram presentes na ABE, ao longo de toda a década de 1920. Essa “presença de

³³ O termo “pioneiros” é utilizado neste trabalho para referenciar o grupo que assinou o Manifesto da Educação Nova, em 1932, documento que representou um divisor de águas nessa disputa, pois resultou na saída dos intelectuais católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE) que fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), como um espaço político próprio e representativo desse grupo. Ao usar o termo “grupo católico”, nos referimos a esse como os educadores militantes, que encamparam a defesa da reorganização da sociedade em bases católicas e defenderam ampla e abertamente o projeto de recristianização da sociedade pela educação. Ambos os grupos, em que pesem suas divergências políticas, apresentavam pontos de aproximação e distanciamento em suas propostas pedagógicas e se envolveram com a renovação do campo educacional.

³⁴ A perda oficial do espaço que sempre ocupou na educação brasileira levou a Igreja Católica a desenvolver duas estratégias fundamentais em relação à escolarização da sociedade. De um lado, organizou uma rede de colégios confessionais voltados, sobretudo, para o ensino secundário; e, de outro, buscou a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas paralelamente a um investimento expressivo na formação de um professorado católico militante capaz de levar a religião para o interior da escola, instaurando-a como um símbolo de uma cultura impregnada de catolicidade.

intelectuais católicos desde o início da fundação da Associação e a ausência de um antagonismo mais contundente entre os projetos revela a disputa de campo muito mais política que educacional” (ORLANDO, 2008, p. 165). No plano pedagógico, o antagonismo foi bem mais sutil. Assim, conforme coloca Magaldi (2007):

O fato de ressaltarmos a presença de focos de oposição entre os grupos – que, inclusive, não devem ser compreendidos como dotados de um caráter homogêneo – não significa, no entanto, a adesão a uma corrente interpretativa que define um grupo como renovador e o outro como conservador. (MAGALDI, 2007, p. 115)

A existência de pontos de convergência entre os dois grupos e a aderência do grupo católico ao movimento de renovação educacional permite pensar que o movimento da Escola Nova no Brasil teve uma face católica. É importante ressaltar, conforme destaca Orlando (2008) que

A adesão ao movimento não implica, necessariamente, na obediência a todos os pontos estabelecidos. Nem todas as escolas novas obedeceram aos trinta pontos referidos de modo integral, o que avaliza a apropriação como uma prática legítima dos diferentes grupos que compõem a sociedade em relação a determinada idéia ou objeto. (ORLANDO, 2008, p. 171)

Assim, de modos muito distintos, os grupos aderiram ao movimento e se apropriaram de seus enunciados, pois entenderam que suas propostas pedagógicas eram mais eficazes porque traziam as contribuições das ciências educacionais. A articulação com o projeto de renovação educacional significava para os católicos uma tática de reestruturação de seu campo de influência, no Brasil.

Para os católicos, portanto, seria fundamental que, estabelecendo contato com as novidades que circulavam no campo educacional, construíssem acerca das mesmas interpretações próprias, que deveriam ser disseminadas na sociedade, de forma a concorrer com vantagens diante dos defensores da educação laica. (MAGALDI, 2007, p. 121)

Assim, em ambos os grupos, a escola passa a ser vista como uma forma de reforma civil, para uma renovação educacional que se pautava em anseios para o desenvolvimento de um país moderno, e as Irmãs com uma educação católica, apresentaram indícios desse aparelhamento com a renovação educacional paulista, colocada em pauta no período.

No cenário de estruturação nacional, pelo viés educacional, com o florescimento do mercado editorial brasileiro, na década de 1920, acentua-se a produção de livros didáticos. Dentre estes materiais, os didáticos associados à leitura ganharam grande espaço nas escolas, pois, “o livro de leitura escolar possuía nessa época um caráter eminentemente prático, sem nenhuma preocupação literária. A leitura é um meio para a aquisição de noções morais, cívicas, científicas e práticas” (SOUZA, 1998, p. 232).

É na produção desses livros, utilizados como modeladores e com uma clara mensagem na renovação educacional, “que promotores do desenvolvimento da indústria editorial e agentes do movimento educacional vão conjugar suas ações em prol de uma mudança cultural do Brasil” (TOLEDO, 2001, p. 11).

Diante da importância que os materiais didáticos tiveram nessa modernização de ensino, torna-se relevante atentar para o uso desses no Colégio Santo Antonio. Em um ofício direcionado ao Diretor de Instrução Pública do Estado do Paraná, Irmã Faustina, solicita o envio de alguns livros:

Dr. Director da Instrucção Publica

Eu abaixo assignada, professora da escola do Collegio S.^{to} Antonio, em Villa Colombo, venho humildemente solicitar de V^a S^a III^{ma} o fornecimento de 15 Proença I. 15 livros para a II^a serie. 100 cadernos de linguagem, 100 cadernos de calligraphia, 100 calculos. 1 armario pequeno. 1 quadro negro. 2 apagadores, 50 canetas, 3 tinteiros para professora, 15 Proença III^o anno, 10 Erasmos II^o ano e 3 História do Paraná.

Pelo que, antecipadamente agradeço

Faustina Frederique

Colombo, 23 de Agosto de 1930. (PARANÁ, 1930b)

Neste requerimento, constata-se o pedido de livros da Coleção Proença e da Série Braga. Em relação ao livro “História do Paraná”, infere-se³⁵ que esse seja escrito ou por Romário Martins ou por Rocha Pombo.

Sobre os livros solicitados e se os mesmos eram uma opção ou uma obrigação, pelo fato da escola receber subsídios públicos, alguns indícios foram levantados: nas mensagens de Governo e relatório dos secretários do período estudado, não se encontrou indicações sobre quais livros as escolas deveriam

³⁵ Por não constar o nome do autor no requerimento feito pela Irmã, fez-se um levantamento de livros, publicados antes de 1930, cujo título fosse “História do Paraná”, chegando as obras de Martins e Pombo. Segundo Myskiw (2008) e Iurkiv (2002) o livro “História do Paraná” de Romário Martins, teve sua primeira edição no ano de 1899, já o título “História do Paraná: resumo didático” de Rocha Pombo, foi sinalizado por Vianna (2009) e Fernandes (2011), como publicado em 1929.

adotar, apenas a menção da compra de alguns títulos que foram distribuídos (dentre os livros de leitura, aparece a compra da série Braga e diversos outros títulos de autores distintos). Em período anterior, em um relatório de 1920, foram mencionados os esforços em tentar conseguir uma uniformização no uso dos livros didáticos no Paraná, em que são citados os títulos distribuídos pela Inspetoria, naquele ano, sendo esses:

Cartilha Analytico-Synthetic de M. Oliveira, para os grupos da capital; “Ensino Rapido”, do mesmo autor, para as escolas isoladas e grupos do interior; “Pagina Infantis”, do mesmo autor, para complemento do aprendizado da leitura; do ilustre historiador paranaense Rocha Pombo, para o 3º e 4º anno. Os outros livros adoptados são os seguintes: “Corações de creanças>> de Ritta de Macedo; 1º 2º e 3º de Kopke; <<Nossa Terra>> de Julia Lopes; <<Porque me ufano do meu paiz>> de Affonso Celso e <<Saudade>> de Thales de Andrade. (PARANÁ, 1920, p. 13)

Outros indícios para a inferência dessa possível escolha é que se tem na contracapa dos exemplares da Série Braga e da Coleção Proença, a colocação de que alguns deles eram adotados em todo o Brasil ou em alguns Estados (por exemplo, no livro III do Proença, só cita que ele era adotado e aprovado pelos Estados de São Paulo e Pernambuco) (PROENÇA, s.d.b). Também se verificou nos relatórios que os grupos escolares deveriam preencher a respeito do mobiliário que o mesmo possuía, que no ano de 1929, foi pré-estabelecida uma folha para anotação dos recursos, que continha o nome de vários materiais e livros, cabendo apenas assinalar o seu estado de conservação no grupo. Dentre os livros didáticos disponíveis para assinalar, tinha-se: Ensino Rápido, Páginas Infantis, Série Rangela Pestana, Série Braga, Nossa Pátria, Alma Brasileira e Serie Puiggari Barreto. Determinados grupos escolares assinalavam o uso de alguns desses exemplares e, em outros, se deixavam em branco tais informações (PARANÁ, 1929b). Observou-se nos livros citados que a Coleção Proença não fazia parte do rol de escolhas dos grupos. Dessa forma, infere-se que mesmo que alguns dos livros solicitados pelas Irmãs fossem adotados pelo Estado, a requisição deles foi uma opção.

Estes livros solicitados por Irmã Faustina foram produzidos em um cenário que apresentava as marcas e os princípios de uma renovação educacional, que no Colégio foram colocados na defesa de uma educação católica, como modeladora do nacionalismo e da sociedade brasileira. Para isso, destaca-se o uso dos livros de leitura da Coleção Proença e da Série Braga, que mais do que textos, traziam em

suas lições o trabalho de conteúdos voltados para a formação do novo cidadão brasileiro.

Sabe-se que a Coleção Proença, foi escrita pelo professor Antonio Firmino Proença, que teve sua formação na Escola Normal da Capital do Estado de São Paulo, no ano de 1904. Já como professor, Proença estabeleceu relações com importantes educadores e idealizadores da educação renovada, entre eles: Fernando de Azevedo, Amadeu Mendes, Sampaio Dória, Renato Jardim e Lourenço Filho, auxiliando na divulgação do método analítico para o ensino da leitura (GAZOLI, 2011).

Já a Série Braga foi organizada por Erasmo Braga, natural de São Paulo, o qual teve uma educação marcada pelos missionários norte-americanos. Braga participou da educação brasileira, através da sua atuação como escritor, professor e jornalista. Teve sua formação na Escola Americana e no Colégio Protestante, em São Paulo, e participou da primeira turma do Instituto Teológico. Foi professor em instituições como o Colégio Progresso e o Colégio Mackenzie. Participou de diversas atividades da Igreja Presbiteriana do Brasil (MASSOTI, 2007).

Pela formação e atuação educacional desses dois autores, é possível inferir que esses livros representavam uma referência do modelo educacional paulista, da renovação educacional, impregnada de elementos nacionalistas. Todavia, chama a atenção o fato de um colégio católico solicitar um livro de leitura, de um autor com sólida formação protestante, tendo em vista que os livros de leitura eram carregados de valores, de lições de moral, e de outros aspectos formativos que traziam uma visão de mundo. Conforme chama a atenção Bittencourt (2008), os livros didáticos são

[...] um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em determinada época. [...] E sem dúvidas, o livro didático é também um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. (BITTENCOURT, 2008, p. 14)

O requerimento desses livros ao Diretor da Instrução Pública do Paraná demonstra que o Colégio recebia subsídios, para o trabalho pedagógico, de um material que estava de acordo com os preceitos republicanos. Além disso, por meio de uma entrevista concedida a Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia, um

ex-aluno do Colégio, que teve aula com Irmã Faustina, comentou que os materiais utilizados, livros e cadernos, eram doados pelo governo (BONATO, 2003).

Entende-se que esses subsídios a instituições particulares aconteciam pelo apreço do governo às mesmas, evidenciado em um trecho de uma Mensagem de Governo: “Fundaram-se, por sua vez, novos collegios particulares, que tão bons serviços prestam á causa do ensino” (PARANÁ, 1928, p. 212).

Essa subvenção do governo às escolas particulares era um dos motes das rixas entre os defensores da escola pública e laica e os defensores dessa escola particular, muitas vezes representada pela Igreja Católica, que justificava essa subvenção, pelo direito de escolha das famílias brasileiras, na doutrina educacional que gostariam de oferecer aos seus filhos. Entre essas divergências, a Igreja teve papel de destaque:

Com fundas raízes na história brasileira, a iniciativa educacional da religião católica, oficial no Império e livre na República, também foi sempre legalmente reconhecida. Com exceção da Constituição de 1891, sempre ganhou alguma referência explícita positiva: o reconhecimento explícito da Santa Fé como Estado na revisão constitucional de 1926, a recorrente faculdade de oferta do ensino religioso no horário do currículo formal e o recebimento de recursos dos cofres oficiais para bolsas de estudos. (CURY, 1992, p. 40)

O Colégio, além de receber materiais escolares, tinha a subvenção das professoras, conforme já mencionado. Talvez a saída das Passionistas tenha se dado justamente quando a escola passou a não contar mais com o financiamento público. Na Ata Histórica da Congregação consta que: “Em 11 de novembro de 1933, foi resolvido o fechamento da casa de Colombo, por dificuldades financeiras” (PASSIONISTAS, 1940, p. 9). Também o Resumo Histórico da Província do Imaculado Coração traz que: “Como motivo do fechamento da Obra, no Livro Histórico consta ‘dificuldades financeiras’. Porém Irmãs mais antigas dão como motivo a intromissão do Vigário na Comunidade Religiosa” (PASSIONISTAS, 1989, p. 87).

Além desses vestígios, tem-se a exoneração das Irmãs Faustina e Rafaela, em 1932, conforme a informação divulgada no jornal Correio do Paraná (1932, p. 3):

Decretos assinados em 9 de Maio de 1932.

EXONERADO: [...]

- sob proposta da Diretoria Geral da Instrução Publica e tendo em vista o disposto no Decreto n. 576 de 7 de Março do corrente ano, as professoras

subvencionadas federais Faustina Frederique e Rafaela Rodrigues, ambas do Colegio particular Santo Antonio da Vila de Colombo.

Esta última medida parece ter sido determinante. No ano seguinte, após a exoneração das Irmãs, as Passionistas deixaram a coordenação do Colégio Santo Antonio.

Refletindo sobre a trajetória deste primeiro momento, tem-se uma escola pautada nos preceitos do catolicismo, e principalmente nas propostas da Congregação, que ganhou, com esta instituição, diversas vocações. Não foi possível encontrar como se dava a aproximação entre família e escola, mas, na escolha desses sujeitos, o Colégio tinha preferência, sendo legitimado possivelmente pelas experiências católicas das famílias dos descendentes vênets. Pela falta de indicativos sobre as práticas, não se levantaram muitas características italianas na instituição, neste primeiro momento; possivelmente essa ausência se deu pelo fato de nenhuma das religiosas que atuaram no Colégio, pertencerem a esta etnia, como também a população de Colombo, ainda ser bastante próxima dos traços de uma imigração vêneta, sem um reconhecimento conciso do que era ser italiano. Sobre a ação educacional, tem-se o alinhamento com algumas das recomendações do período, principalmente nas questões republicanas a respeito do nacionalismo, mostrando um viés de aproximação da educação católica com esses princípios, pela possível vertente paulista. Somam-se a estas características, a escolha de livros de leitura escritos por autores que partilhavam dessa renovação.

A ausência de fontes mais específicas do cotidiano escolar dificultou a compreensão das práticas educacionais utilizadas pelas Irmãs. Por isso, os livros foram escolhidos por serem fontes que fornecem pistas da orientação pedagógica adotada por essas religiosas, ainda que não seja possível aferir os modos como foram usados e trabalhados os seus conteúdos.

Dessa forma, buscou-se analisar esses materiais, tentando apreender os sentidos das propostas ali abordadas e/ou sugeridas. Considerou-se para tanto a materialidade, quanto ao conteúdo deles, a partir da ótica, fundamentalmente, de Chartier (1990). Destacaram-se as fórmulas editoriais, principalmente das coleções, a partir do papel do editor na relação com o professor/escritor, em conjunto com as ações da editora na legitimação e divulgação desses materiais impressos, que representavam mensagens das discussões educacionais do período.

2.2 LIVROS DE LEITURA: NUANCES DE UMA MODERNIDADE PEDAGÓGICA

Os livros de leitura, tendo espaço privilegiado no ambiente escolar, deviam prover os objetivos educacionais do período, que pelo modelo paulista era a formação do cidadão republicano. A maioria dos livros solicitados por Irmã Faustina foi publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, que tinha como ênfase as obras literárias infantis. No entanto, desde 1921, a referida Editora deu à educação um lugar diferenciado em suas publicações e teve como um de seus principais colaboradores, o educador e intelectual Lourenço Filho.

Essas obras, escritas por autores que tinham uma influência na sua formação e/ou atuação educacional, no Estado de São Paulo, e impressos pela Melhoramentos, proporcionou interlocuções entre os defensores da renovação educacional e o professorado, principalmente paulista. Publicar um livro de leitura era poder colocar em circulação nas salas de aula, um dos únicos materiais permitidos, uma vez que com “as mudanças nos programas da escola elementar”, no período republicano, haviam “propostas que conferiam ao livro de leitura proeminência sobre os demais” (BITTENCOURT, 2008, p. 48). Inclusive, conforme aponta Bittencourt (2008, p. 48), a Comissão que revia as obras utilizadas pelas escolas públicas de São Paulo, em 1908, “chegou a recomendar que os alunos utilizassem somente os livros de leitura. Para as demais disciplinas bastariam as explicações do mestre”.

De acordo com Oliveira e Souza (2000): “O livro de leitura compreendia um objeto cultural e era, ainda, um instrumento de ensino da língua e da leitura e um auxiliar do trabalho docente” (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 26). Se, de um lado, seus conteúdos privilegiavam os interesses do Estado; de outro, possibilitaram o surgimento dos professores escritores.

Por estar em conformidade com os ideais da escola renovada, talvez o fato destes exemplares terem sido publicados pela editora Melhoramentos tenha os aproximado da figura de Lourenço Filho. Sabe-se que Filho assumiu, em 1925, a cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Praça da República, até o ano de 1931, “período que assistiu à confirmação do intelectual-cientista, às voltas com a concepção de uma pedagogia biopsicossocial e de métodos ativos de ensino” (MONARCHA, 2010, p. 44 – 45).

Foi ele um dos responsáveis pela difusão de referências educacionais importantes como o conceito de educação renovada, através da criação da Biblioteca de Educação da Companhia Editora Melhoramentos de S. Paulo, no ano de 1927, sendo esse um projeto editorial expressivo e de referência para o campo educacional³⁶. Esse intelectual foi uma importante figura na área educacional brasileira como um todo. Quanto a sua atuação como editor, pode-se dizer que envolvia “[...] questões que iam da esfera educacional à literária, da esfera comercial à política, da esfera do público leitor à dos mediadores, da esfera do conteúdo à da forma” (SOARES, 2010, p.166).

No processo de expansão editorial, com a divulgação dos ideais dos renovadores educacionais, tendo como expoente na editora, Lourenço Filho, a Melhoramentos “preocupava-se em difundir autores e títulos envolvidos com as inovações em andamento, providenciando para tanto a incorporação de professores afamados”, e seus exemplares cruzavam as fronteiras de São Paulo, chegando a muitos outros estados (MONARCHA, 2010, p. 53).

Neste contexto, o mercado dos livros escolares relaciona-se com a esfera comercial, na expansão da escolarização, em conjunto com a esfera política, na publicação de livros voltados para o movimento de modernização, fazendo do editor, um dos atores desse movimento.

Esse cruzamento de fronteiras, além da influência editorial, contou com a pertença estratégica a uma coleção, no caso da série Braga e da coleção Proença, cujo “acervo editorial é classificado e organizado em função das fatias do mercado aos quais estava destinado”, que nos livros em análise, era a circulação em escolas públicas, mas que acabou chegando a uma instituição de ensino particular (TOLEDO, 2001, p. 50). A forma de divulgação desses livros permitiu possivelmente um barateamento da obra.

Lourenço Filho também trazia legitimidade para a editora, uma vez que na sua trajetória ele foi se colocando como um intelectual nas discussões educacionais, utilizando como estratégia sua participação na imprensa, como no *Jornal do*

³⁶Tal projeto fazia parte de um conjunto de estratégias para difundir a pedagogia da Escola Nova pelo impresso e foi desenvolvida por outros intelectuais do grupo em lugares distintos. Nesse aspecto é digno de nota o projeto editorial encampado por Fernando de Azevedo na Companhia Editora Nacional com a Biblioteca Pedagógica Brasileira e as várias coleções que compreendia, com destaque para a Coleção Atualidades Pedagógicas, título bem sugestivo da intencionalidade do projeto.

Comércio, O Estado de São Paulo, e Revista do Brasil. Outro papel importante assumido por Lourenço Filho, que trouxe legitimidade e destaque, foi a sua atuação como reformador educacional em Fortaleza³⁷. Cabe ressaltar, que nessa atuação,

Os alunos dos grupos escolares conheceram o inovador material didático, produzido e vendido ao governo do Ceará pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: mapas de Parker, coleções de gravuras para ensino de linguagem, quadro para ensino de história pátria, mapas-múndi, cartilhas analíticas e de “ensino rápido”, livros de educação moral e cívica e de leitura. (MONARCHA, 2010, p. 40)

Neste contexto, existem pistas que permitem inferir algumas hipóteses sobre a escolha desses livros para o Colégio Santo Antônio pelas Irmãs. Primeiro, destaca-se a inspiração na referência do modelo educacional paulista; segundo, o trânsito fluido da figura de Lourenço Filho entre os educadores dos diferentes grupos, dos pioneiros e dos católicos. No caso da Coleção Proença, mesmo não fazendo parte da *Biblioteca de Educação*, carrega o selo da Editora Melhoramentos e da figura do Lourenço Filho, por extensão³⁸. Já para a Série Braga, a hipótese mais plausível é a de que as Irmãs tenham tido contato com esse livro durante a formação/atuação profissional em São Paulo, além de também possuir o selo “Lourenço Filho”, que apesar de dirigir a Série apenas após a morte de Erasmo Braga, na década de 1930, utilizou-a no período como reformador no Ceará, em 1922 (A LUCTA, 29-07-1922, p. 1).

Na justificativa de que esses materiais eram portadores de sistemas de valores, com a aproximação de intelectuais que se colocaram na renovação educacional empreendida no período, busca-se esquadriñar a história dos saberes pedagógicos pelos livros de leitura que circularam no Colégio Santo Antonio.

³⁷ Lourenço Filho foi convidado em 1922, para empreender uma reforma no ensino cearense. Esse professor paulista utilizou como estratégia para promover as mudanças, a atuação do professorado. Focando nesse grupo, ofereceu diversos cursos de férias direcionando aos mesmos, além de lecionar na Escola Normal do Estado. Em relação aos materiais utilizados, privilegiou “as cartilhas e os livros de leitura, prescrevendo o seu uso nos programas que institui” (CARVALHO, 2011, p. 235). Defendia a regeneração nacional, utilizando como via a educação, sobre tudo a educação de elites.

³⁸ Proença tinha uma ligação política com Lourenço Filho, quando este nomeou Antonio Firmino de Proença para o cargo de diretor da Escola Normal da Praça da República (DIÁRIO NACIONAL, 1930, p. 8), essa relação ia também para os aspectos pedagógicos, nas representações do Estado de São Paulo, como por exemplo, na 4ª Conferência Nacional de Educação (DIÁRIO NACIONAL, 1931, s.p.). Outra interação importante entre os dois professores, foi o fato de Proença ter publicado um livro pela Biblioteca de Educação, em 1929, intitulado “Como se ensina geografia”.

2.2.1 Coleção Proença

Antonio Firmino de Proença teve importante papel na cultura escrita escolar, através de livros, artigos em revistas pedagógicas e a Série de leitura Proença, dedicada à escola primária, composta por Cartilha Proença (1926), Leitura do principiante (1926), 1º livro de leitura (1926), 2º livro de leitura (1927), 3º livro de leitura (1928) e 4º livro de leitura (1928). Por três décadas, esta série foi publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. A partir de 1948, tanto o conteúdo quanto o visual foram reformulados. O 1º livro de leitura passou a ser o 2º, este por sua vez, a ser o 3º, e, este último, em consequência, passou a 4º. Desta forma, a série Proença ficou composta por: Cartilha Proença, Leitura do principiante, 2º livro de leitura, 3º livro de leitura e 4º livro de leitura. (GAZOLI, 2011)

Para a análise dos livros neste trabalho foram utilizados exemplares anteriores à reformulação.

Sobre a Coleção Proença, em uma exposição na Cia. Melhoramentos de S. Paulo, em 8 de dezembro de 1928, o jornal Correio Paulistano a descreveu como uma

Collecção de livros para o ensino primario, desde a Cartilha até o 3.o livro de leitura, de autoria do inspector escolar Antonio Firmino de Proença. Já se acha adoptada nos Estados de São Paulo e Pernambuco. As suas liccções estão muito bem graduadas, optimamente ilustradas, [...] versando sobre assumptos attrahentes, sugestivos e uteis. (CORREIO PAULISTANO, 1928, p. 9)

Nesses traços há indícios daquilo que seria defendido como os princípios de uma renovação educacional, em lições “sugestivas e úteis”, de forma gradual; as coleções graduadas com fins “úteis” são instrumentos utilizados no modelo escolar paulista, que tem como referência os grupos escolares e “o projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular” (SOUZA, 1998, p.30).

Na matéria divulgada, no Correio Paulistano de 30 de setembro de 1930, há uma transcrição de um evento educacional que aconteceu em São Paulo, com uma conferência do Professor Proença. A matéria descreve o entendimento do conferencista sobre o novo momento educacional brasileiro:

Referiu-se á velha escola e á escola nova, para salientar que aquella não póde ser sinão a “escola régia”, e que por escola nova não se póde entender a escola do futuro, mas um termo médio entre a actual organização escolar, de grandes virtudes e muitos vícios, e aquella que almejamos. (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 14)

Um dos principais objetivos compartilhados por A. F. de Proença, era a criação de uma escola socializadora, referências do modelo paulista, que promovesse o desenvolvimento do país. Para isso era necessária a formação educacional dos cidadãos, passando por questões de comportamento, trabalho e nacionalismo, por exemplo. Dessa forma, procurou-se traçar o perfil dos conteúdos abordados pela coleção Proença, requeridos para o Colégio Santo Antonio, e como este correspondia aos intentos educacionais do período.

2.2.1.1 1ª Livro de Leitura – Antonio Firmino de Proença

O primeiro livro de leitura da coleção Proença foi lançado em 1926. Para este trabalho, encontrou-se a 37ª edição, cujo ano não é mencionado no exemplar, porém, infere-se que esta edição se encontra entre os anos de 1935 e 1940³⁹.

Sobre a estrutura do livro, apreendem-se as seguintes informações:

Tabela 6 – Características materiais (1º Livro de Leitura)

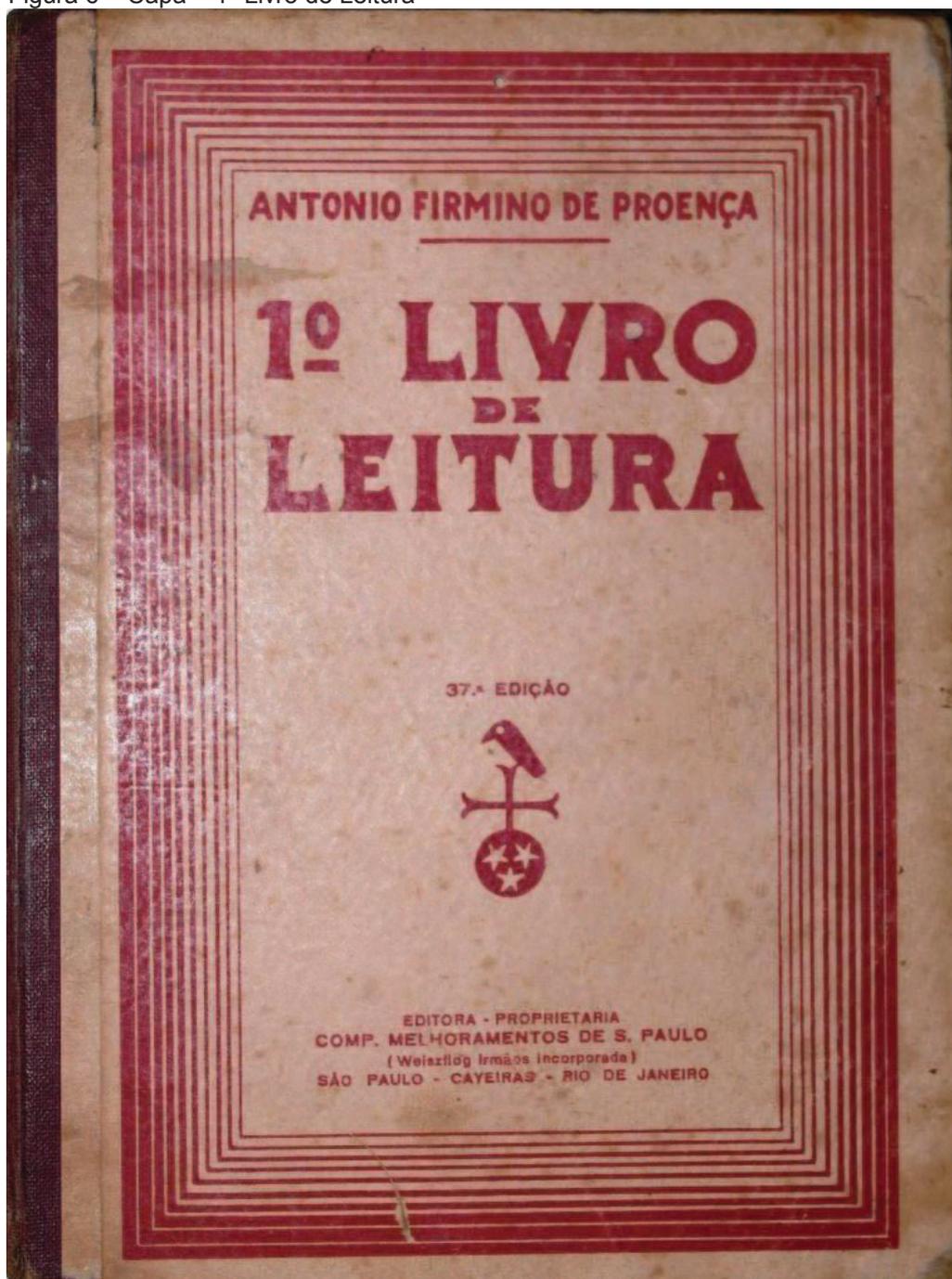
Título	1º Livro de Leitura
Formato	L (13 cm) X A (18 cm)
Número de páginas (conteúdo)	160
Número de páginas (elementos pré-textuais)	8
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 2º ano (primário)

Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 1º livro de leitura. 37 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.a.

Em relação aos elementos visuais, a capa do livro é sóbria e apresenta detalhes em vermelho, contando primeiramente o nome completo do autor. Em seguida aparece o título da série, edição, símbolo da editora e finaliza com informações da Melhoramentos.

³⁹ Consultando o levantamento de Gazoli (2011), sobre as edições e ano da Coleção Proença, não se encontrou a data de publicação da 37ª edição, porém, no intervalo de pertencimento desse valor, tem-se que a 35ª edição data o ano de 1934, e a 45ª edição data o ano de 1940.

Figura 6 – Capa – 1º Livro de Leitura

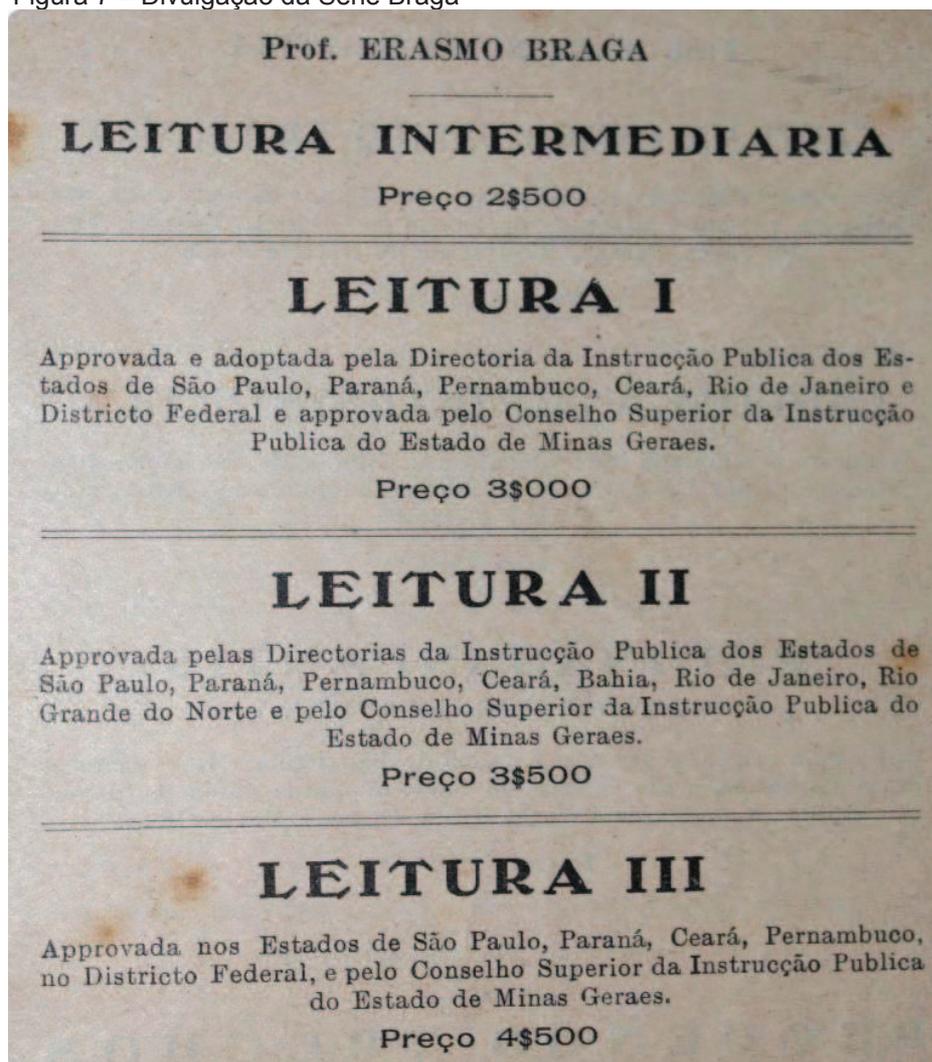


Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 1º livro de leitura. 37 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflög Irmãos Incorporada), s.d.a. Acervo da pesquisadora.

Na contracapa do livro há o endereço da Melhoramentos e este espaço também é utilizado para divulgar as “edições da casa”, colocando os títulos de outros livros escolares, inclusive os demais de Antonio Firmino de Proença, e os seus respectivos valores. Na última folha do exemplar, são apresentadas mais obras da Editora, marcando em que locais o livro tinha sido aprovado e adotado, sendo

essa uma tática de vendas das editoras, que por extensão legitimava seus exemplares. Interessante perceber que, quase uma página dessa divulgação de títulos da Melhoramentos foi dedicada às obras da série Braga, livro que também foi solicitado pelas Irmãs Passionistas para o Colégio Santo Antonio. Inclusive, indicam-se quais os locais que esses livros tinham sido aprovados, citando o Paraná.

Figura 7 – Divulgação da Série Braga



Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 1º livro de leitura. 37 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.a.

Internamente, o livro é estruturado na seguinte ordem: i) reapresentação da obra, seguindo o modelo da capa (excluindo-se apenas a edição do exemplar); ii) na folha seguinte, coloca-se que a obra era adotada em todos os estados do Brasil; iii) prefácio escrito pelo autor; iv) lições; v) índice; e, vi) divulgação de outras obras da editora.

A estrutura deste exemplar, por pertencer a uma série, segue um padrão de apresentação. Ter o sobrenome do autor como título da série era uma estratégia que funcionava tanto para a editora quanto para o autor, pois ao mesmo tempo em que utilizava o selo de alguém influente no campo educacional paulista, também contribuía para projetá-lo com referência no cenário nacional.

No prefácio do livro, Proença (s.d.a) faz uma crítica a livros de leitura que trabalham apenas com o mecânico e desconsideram a “psychologia infantil”:

Si os livros se destinassem á leitura puramente mecânica, si é que tal leitura existe, todos eles seriam muito bons, qualquer que fosse o assumpto e a forma de apresentação. O objectivo, entretanto, é muito outro. Elles se destinam, antes de tudo, á educação do individuo, isto é, á formação de sua intelligência e do seu sentimento moral, esthetico, scientifico e religioso. (PROENÇA, s.d.a, p. IV)

Essa preocupação com a formação “integral” vai ao encontro da escola do período republicano, que

[...] assumiu a tarefa de contribuir para a formação do caráter dos meninos e o livro de leitura constituía-se em um aliado importante, cujo autor, consciente de todos os conceitos que permeavam as discussões e reflexões da época a respeito da formação moral do cidadão, procurava aglutinar em sua obra conhecimentos que priorizassem esses preceitos moralizantes, tornando-a, assim, um objeto cultural portador de valores que iriam auxiliar o professor na concretização desses objetivos – ensinar a ler, escrever e formar o homem de bem, dele estirpando, então, os vícios da sociedade. (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 30)

Em relação ao 1º Livro, o mesmo é dividido em 52 lições, todas elas narrativas, variando de 2 a 6 páginas. Em todas as narrativas, aparecem ilustrações, representando alguma das cenas descritas. Dessas 52 lições apresentadas, na maioria das histórias, aparecem como personagens, Rui e sua irmã Zizi, em conjunto com sua família, considerada tradicional na época, pai, mãe, avós e uma empregada mulata.

Adotar um livro, tendo como tema central o modelo de família burguesa branca, é de certo modo, contribuir para a reprodução de um estereótipo social, que vai ao encontro de um dos principais valores da cultura vêneta, que era a família. Mesmo que em Colombo, o modelo vivido tenha sido o da família camponesa, a composição dela se dava também por pai, mãe, avós e filhos, e a proximidade dos mesmos. Além disso, o núcleo familiar, organizado nesses moldes, também tem um

apelo moral de formação, calcado em valores de uma pedagogia católica, que por extensão engloba as Passionistas.

No livro de leitura, não é sugerido nenhum exercício em específico, após as lições. Neste exemplar foram encontrados apenas 2 textos indicando a autoria, sendo escritos por B. Lopes e J. I. de Araujo. Em alguns deles, ao final constava uma frase, resumindo a moral da história. Exemplificando essas frases, tem-se: “Mãi! Que nome há mais doce do que este?” (PROENÇA, s.d.a, p. 36) e “Há orgulho nobre e orgulho ridículo” (PROENÇA, s.d.a, p. 69). Essas frases, geralmente estavam ligadas a alguns valores defendidos pelo ensino religioso.

Por estarem iniciando a vida escolar, os conteúdos foram trabalhados de maneira simples; e o próprio autor, demarca no prefácio do livro, que: “Livro que o aluno lê, o que quer dizer entende e sente, é sempre um livro educativo, pouco importa o assumpto que nele se desenvolva” (PROENÇA, s.d.a, p. III).

Nas abordagens das lições, percebe-se uma maior recorrência dos conteúdos ligados à ciência, como por exemplo: fauna, flora e astronomia, apresentando um total de 11 narrativas. Em algumas, aparece uma linguagem bastante científica, tal como o trecho a seguir: “Não assisti ao resto da tragedia, porem creio que o resto não passou de um banquete de anthropophagia. De anthropophagia, não! De entomophagia, isto sim! porque a aranha é um animal entomophago” (PROENÇA, s.d.a, p. 105).

Nos assuntos voltados à biologia, percebe-se um esforço em colocar o aluno para observar o mundo ao seu redor, em questões da fauna e flora como forma de aproximação com o meio, mas também, como forma de experimentar o conhecimento. Era a escola primária como um espaço para “concorrer para a difusão da leitura e da escrita” possibilitando “propagação de uma cultura científica elementar” (SOUZA, 1998, p.176).

Outro tópico bastante trabalhado foram os hábitos cotidianos, de comportamento, envolvendo bons modos, higiene, entre outros, somando dez narrativas. Entre estes hábitos de higiene para uma população saudável, tem-se um exemplo na lição “O pote e a cuia”: “Zizi olhou para o irmão, o Rui olhou para a irmã, e ambos ficaram indecisos. Beber naquella cuia em que toda a gente bebia, pôr os labios no mesmo lugar em toda a gente punha a boca, isso não! Era nojento e perigoso!” (PROENÇA, s.d.a, p. 132).

Era a associação do campo educacional com outras áreas, na busca principalmente de um cidadão saudável, alertando sobre alguns vícios e a importância dos hábitos de higiene.

A questão do nacionalismo não aparece com tanta frequência neste volume, porém, em uma das histórias, a partir de um diálogo entre bonecas, coloca-se que:

A princesa falou às companheira: - Trouxe-as até aqui para protestar contra a falta de patriotismo da nossa mamãzinha. A vocês, mais do que a mim, cabia a iniciativa deste protesto, porque eu sou estrangeira naturalizada. Com vocês não acontece o mesmo. São bonecas feitas de trapo brasileiro, cheias de serragem brasileira e foram cosidas com linhas brasileiras. Você são nacionais até no cabelo, que é de algodão brasileiro. Entretanto calam-se vergonhosamente diante de tamanho insulto! Será de medo? Será por ignorância? (PROENÇA, s.d.a, p. 27)

Proença ocupou cargos políticos na esfera pública. Sendo assim, temas, como o nacionalismo, não poderiam ficar de fora dos seus assuntos abordados, principalmente na década de 1920. Era a defesa da formação de uma cultura brasileira, aplicada nos materiais didáticos, que circulava nas escolas primárias, cujo sistema tinha mais chances de atingir o grande contingente populacional, que precisava se enquadrar nos novos moldes. Evidencia-se nas lições do primeiro livro de leitura que, trabalhando basicamente com narrativas para crianças do 2º ano primário, o livro abordava conteúdos considerados indispensáveis para o tipo de cidadão republicano que se pretendia formar, inclusive nos valores e hábitos comportamentais.

2.2.1.2 3ª Livro de Leitura – Antonio Firmino de Proença

O terceiro livro de leitura teve sua primeira edição em 1928. Para este trabalho foi analisada a 15ª edição. Não existem informações no livro sobre o ano desta publicação, porém, consta no exemplar uma assinatura (do possível aluno que o utilizou), datando o ano de 1935.

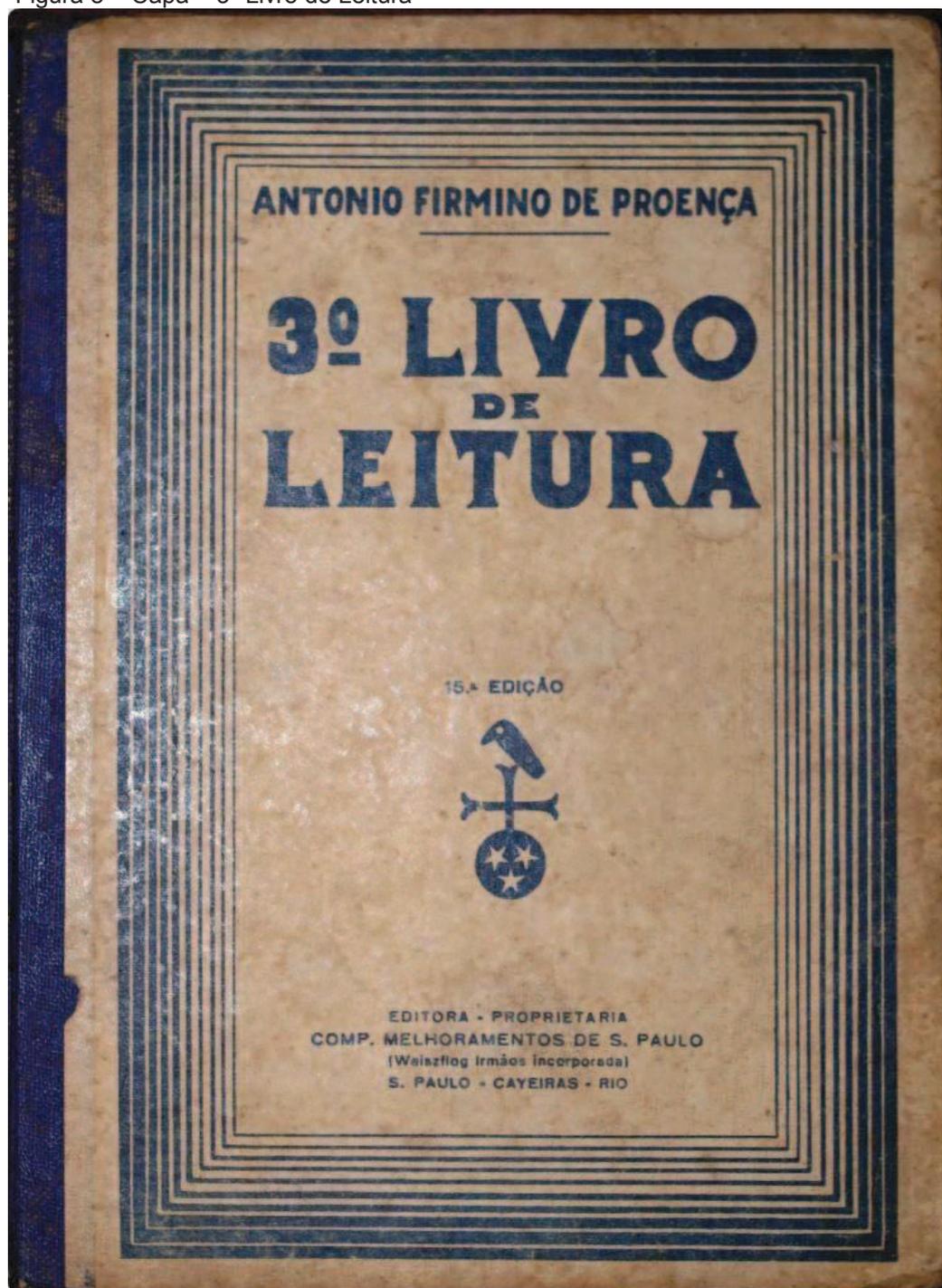
Tabela 7 – Características materiais (3º Livro de Leitura)

Título	3º Livro de Leitura
Formato	L (13 cm) X A (18 cm)
Número de páginas (conteúdo)	236
Número de páginas (elementos pré-textuais)	6
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 4º ano (primário)

Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 3º livro de leitura. 15 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.b.

A capa segue o mesmo layout do 1º livro de leitura, apresentando o nome do autor, título da obra, edição, símbolo da editora e informações da mesma. A única diferença é a utilização predominante da cor azul, ao invés da vermelha.

Figura 8 – Capa – 3º Livro de Leitura

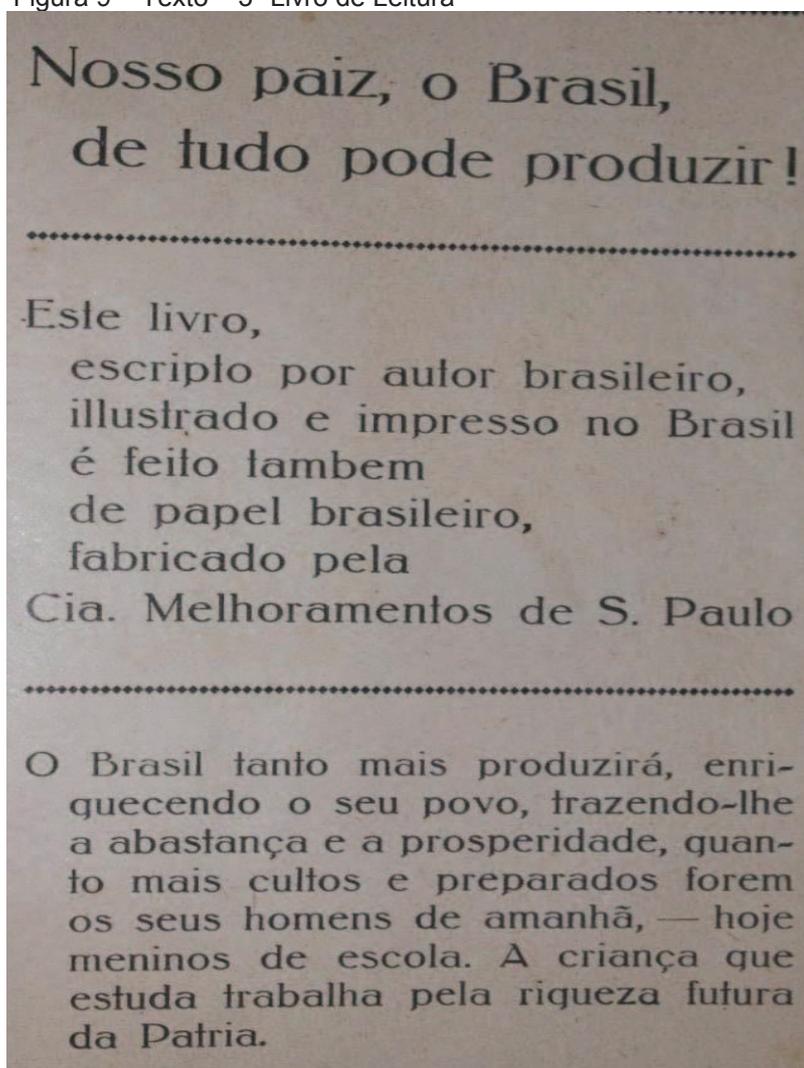


Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 3º livro de leitura. 15 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.b. Acervo da pesquisadora.

Na contracapa deste livro, assim como no 1º de leitura, coloca-se o endereço da Melhoramentos, seguido pelas edições da casa. Os primeiros livros apresentados nesse “catálogo” são de A. F. de Proença (Cartilha Proença, Leitura do Principiante, 1º Livro de Leitura, 2º Livro de Leitura, 3º Livro de Leitura).

Internamente o exemplar segue a seguinte estrutura: i) folha de rosto, apresentando similaridades com a capa, com exceção da não apresentação da edição da obra; ii) na folha seguinte, marca-se que a obra era aprovada e adotada pela diretoria da instrução pública dos estados de São Paulo e Pernambuco; iii) prefácio escrito pelo autor; iv) conteúdo; v) índice; e, vi) menção nacionalista, reforçando o mercado de livros nacionais, estimulando o seu consumo e associando tal produção ao desenvolvimento da Pátria. Por conseguinte, tal demarcação assegura o lugar da Melhoramentos nesse campo.

Figura 9 – Texto – 3º Livro de Leitura



Fonte: PROENÇA, Antonio Firmino. 3º livro de leitura. 15 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.b.

Enquanto o primeiro livro de leitura trouxe apenas algumas lições que discutiam o nacionalismo, no terceiro, é destacada a produção do exemplar,

colocando a editora como um símbolo de respeito ao nacional. Neste contexto, o mercado dos livros tem uma relação que vai além da face comercial, correspondente ao movimento de expansão da escolarização, juntando-se a uma face política, envolta no movimento de modernização e nacionalização, e colocando editores e editoras como atuantes nesse movimento, já que: “Editar significa, então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. Editar livros de autores nacionais é um ato de patriotismo e de defesa da cultura nacional; editar livros escolares é intervir e contribuir para a instrução pública” (TOLEDO, 2001, p. 47). Mesmo que estes exemplares, também circulassem em instituições particulares.

No prefácio desse exemplar, escrito por Firmino, o autor crítica o ensino primário, por não se utilizar de outras obras, para o trabalho dos conteúdos escolares, deixando isso para o encargo dos livros de leitura.

Como obra da instrucção ha de conter assumptos de historia da patria, de geographia, de hygiene, etc. Pelo lado educativo não pode deixar de ser obra literaria. Na impossibilidade, porém, de abranger em estilo didactivo todas as questões do programma e ao mesmo tempo adequadas composições literárias, que do proprio autor, quer dos bons escriptores nacionaes ou mesmo estrangeiros, o livro de leitura tem de limitar-se a questões muito geraes no dominio dos conhecimentos e a um certo numero de composições originaes ou excerptas, no que diz respeito á parte propriamente literária. (PROENÇA, s.d.b, p. IV)

Essa crítica pode ter relação com a ocorrência dos livros de leitura serem, muitas vezes, os únicos materiais didáticos que chegavam a sala de aula. Talvez isso explique o fato de, no requerimento de Irmã Faustina, constar predominantemente o pedido de livros de leitura.

A questão do nacionalismo é tocada novamente no prefácio, em que o autor coloca que: “Finalmente, pensamos ter feito um livro brasileiro, isto é, um livro que não procura despertar a admiração pelo estrangeiro á custa do sentimento nacional” (PROENÇA, s.d.b, p. IV). Nessa afirmação de Proença, encontra-se a face republicana nacionalista, pela via educacional, que, nos anos de 1920, foi reforçada a partir de textos que circularam nas salas de aula. Assim, possivelmente o motivo pelo qual menciona fazer um “livro brasileiro” livre da “admiração pelo estrangeiro” é justamente por existir no Brasil

um sentimento de pátria mais geográfico do que histórico, de pátria que não foi feita pelo homem, que não foi construída, de uma pátria, enfim, sem historicidade, que é mais rincão dado e descoberto por acidente feliz e em

que o espírito como que se compraz tão só em contemplar, no entusiasmo do sentido visual. Falta-lhe quase sempre a recordação do esforço do homem, de sua luta por conquistá-la e por fazê-la através de perigos e de guerra, que um passado ilustre e remoto engrandecesse e prestigiasse. (DUARTE, 1939, p. 211)

Como já demonstrado no capítulo anterior, no movimento nacionalista, o Estado buscava inculcar valores nacionais e fiscalizar algumas práticas educacionais; em contrapartida, as escolas católicas italianas, que não eram consideradas étnicas, mas da mesma forma traziam traços do país de origem da congregação, posicionavam-se conforme o lado que mais lhe aprouvesse.

As Irmãs Passionistas, ao adotar livros nacionais e falar em português nas aulas, demonstravam aderência ou obediência ao movimento nacionalista, endossada por boa parte da intelectualidade católica. Essas religiosas eram de origem italiana, mas, acima de tudo, católicas. Desse modo, preservar a identidade italiana, que se buscava ofuscar em um contexto de nacionalismo, pôde acontecer pela via dos valores do catolicismo e da família, sendo essa uma tática que encontrava seu caminho na religião.

A respeito dos saberes que esse livro nacional fez circular, percebe-se como mudança principal entre o primeiro e o terceiro, o caráter científico que este último ganhou. Muitos dos textos saíram das narrativas, indo direto para explicações científicas e históricas, conteúdos que foram bastante explorados no didático.

Assim como no primeiro livro de leitura, esse exemplar só continha as lições, sem sugestão de exercícios. Uma diferença que se notou entre eles foi a ausência, no terceiro livro, de uma frase resumindo a história ou o conteúdo.

Em quase todos os textos foram apresentadas imagens, ilustrando as ações e conteúdos das lições, as quais variavam entre 1 e 8 páginas.

Neste exemplar, Firmino (s.d.b) trouxe muitos textos de outros autores. Das 75 lições, 27 foram assinadas por outros escritores, dentre eles: A. Corrêa D'Oliveira; Afranio Peixoto; Augusto de Lima; Coelho Netto; Dr Castro Lopes; Eça de Queiroz; Emilio de Menezes; Euclides da Cunha; Garcia Redondo; Guerra Junqueiro; Hermes Fontes; João do Norte; Joaquim Serra; José Bonifácio; M. Maeterlinck; Machado de Assis; Olavo Bilac; Olegario Mariano; Revista do Commercio e Industria; Ricardo Gonçalves; Santa Rita Durão; Thomaz Iriarte; e, Zalina Rolim. Desse modo, Firmino colocava em circulação em seu livro outros autores brasileiros e os introduzia, assim como a Literatura, no universo escolar.

Essa era uma preocupação constante da época que refletia nos livros de leitura: colocar o aluno em contato com a cultura, mas também fazê-lo escrever bem.

O tópico mais abordado no livro foram os assuntos da ciência. Em alguns deles, foram tratadas questões voltadas à saúde. Tal abordagem se fazia necessária, em uma nação que buscava incutir hábitos de higiene, para conter as doenças, tal como foi colocado na lição “Dever de gratidão”:

Felizmente estas recordações tristes só existem para os velhos de hoje. A geração nova veio encontrar o paiz saneado, desejado e invejado. A' varíola declarou-se guerra de morte, obrigando toda a gente a vacinar-se, e a febre amarella desapareceu, porque o Stegomyia se tornou inoffensivo. E a quem devemos todos esses grandes baneficios? A' administração do paiz, mas sobretudo aos medicos hygienistas brasileiros, cujos nomes se synthetizam num só nome – Oswaldo Cruz. (PROENÇA, s.d.b, p. 206)

Essas campanhas higienistas apontavam para projetos que visavam à conformação de uma nação, tendo o apoio de espaços institucionalizados. Dessa forma, tem-se a influência do campo médico, no educacional, uma vez que: “Na década de 1920, quando setores importantes da intelectualidade investiram-se da missão política de forjar uma realidade nacional em bases modernas, os médicos forneceram uma contribuição de maior importância” (MAGALDI, 2007, p. 136).

Objetivava-se, com esses discursos médico-higienistas, trazer um modelo de civilidade para a nação que se queria formar, associando higienização, nacionalismo, hábitos de trabalho, regeneração moral, com a educação escolar.

Em relação aos hábitos de trabalho, esses foram tratados em 3 lições do livro, colocando que a ampliação desse setor, era necessária para o desenvolvimento da nação, para que não acontecesse um “parasitismo”:

Assim como há individuos parasitas tambem há classes sociaes parasitas. Estas constituem o peso morto das nações. Emquanto uns trabalham, enriquecendo-as, ilustrando-as e fazendo-as respeitadas, outros vão-lhes tirando as forças, empobrecendo-as e procurando desmoralizal-as perante os olhos do mundo. (PROENÇA, s.d.b, p. 66)

Desde a chegada dos portugueses, o Brasil foi um território de exploração. Na tentativa de consolidar o País, a partir da segunda metade do século XIX, incentivou-se a entrada de mais estrangeiros para trabalhar e construir um novo território. Logo, o trabalho ainda tinha um peso muito grande na sociedade, sendo colocado como necessário para o desenvolvimento nacional.

Além dos assuntos científicos e biológicos, outros temas recorrentes foram as lições com conteúdos históricos, somando o total de 19 textos, que buscaram revelar as origens do Brasil, o que de certa forma visava incutir o conhecimento para desenvolver o sentimento de pertencimento a pátria. Nas histórias sobre a formação do Brasil, muitos nomes também foram exaltados, como no trecho da lição que descreveu como se deu a anexação do Acre ao Brasil:

Felizmente a questão se resolveu por via diplomática. O Brasil anexou o Acre, pelo que deu á Bolivia, em compensação, dois milhões de esterlinos e um pequeno territorio que era nosso, porem habitado por bolivianos. Com o tratado de Petropolis ficaram satisfeitos os acreanos, a Bolivia e o Brasil. Que grande brasileiro e que grande diplomata foi o nosso Barão do Rio Branco! (PROENÇA, s.d.b, p. 64)

Na exaltação de alguns nomes, coloca-se uma história sagrada desses sujeitos tidos como exemplo e orgulho nacional. Assim como no prefácio e no posicionamento da editora como símbolo nacional, o livro apresentou alguns textos que tratavam do nacionalismo, além da formação do novo cidadão republicano, obediente, trazendo na lição sobre as legislações que:

Algumas destas se acham escriptas nas paginas dos codigos, muitas, porem, se conservam em forma de maximas, proverbios, sentenças, etc. Umas e outras, entretanto, têm de ser cumpridas, porque do conjunto delas depende a vida do individuo como ser social. (PROENÇA, s.d.b, p. 10)

Essa questão do comportamento, como sobrevivência social encontra eco no conceito de civilização que inspirava à educação republicana. Seu recurso basilar de autocontrole vai ao encontro dos princípios da educação católica e, conseqüentemente, ao encontro da proposta pedagógica das Irmãs Passionistas. Essa formação para a obediência era o que se visava implantar no período republicano, para regeneração das pessoas a partir de um “núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional” (CARVALHO, 1989, p. 10).

Ainda sobre o nacionalismo, em um dos textos, deixa-se claro que não se era contra as importações trazidas pelos estrangeiros, porém, estas deveriam passar por uma readaptação aos costumes brasileiros. Tal crítica pode ser vista no seguinte trecho da lição intitulada “Pai Noel”:

Pai Noel era uma necessidade, como era uma necessidade o futebol. Do estrangeiro há de vir tudo quanto nós não podemos criar aqui. A adaptação, entretanto, se impõe. Temos a nossa língua, os nossos costumes, as nossas tradições. Arranjemos no conjunto do que é nosso aquilo que nos vem de outras terras, para que não pareça que vivamos desamorados das coisas que nos pertencem. (PROENÇA, s.d.b, p. 97)

Essa lição vai ao encontro da necessidade de desenvolvimento do Brasil, que se abriu para a chegada dos imigrantes, mas que nas primeiras décadas do século XX, precisava desenvolver nesses sujeitos, o sentimento de ser brasileiro, uma vez que esses imigrantes se fecharam culturalmente, tentando reproduzir as suas cidades de origem, nas colônias em solo brasileiro.

Sobre os estrangeiros, em uma lição específica, comentou-se a formação do território italiano e a luta que foi para esse país se tornar uma nação, na junção de vários povos e culturas. Tal texto vem a calhar em uma comunidade composta expressivamente por vênnetos, que saíram de uma Itália recém-unificada, sem ter criado vínculos de pertencimento com a pátria e língua italiana. No texto também é comentado as origens das línguas latinas (francês, italiano, espanhol e português). Ao final, utilizando esse exemplo, defende o uso da língua portuguesa no Brasil, uma vez que:

Tem razão de sentir-se orgulhoso de seu falar aquele povo que se exprime pela mesma língua em que se exprimiu o povo mais ilustre de todo o antigo mundo ocidental. E não devemos ter orgulho, nós, de nossa língua portuguesa, a filha predilecta da latina? (PROENÇA, s.d.b, p. 213)

Sobre o ensino da língua portuguesa, a mesma “torna-se fundamental para a homogeneização, assim como a prescrição de normas de comportamento moral e cívico” (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 32). Apesar desse acento na questão da língua como símbolo de identidade nacional, na Itália, os diferentes dialetos nunca foram esquecidos ou suprimidos e cada região preservou suas peculiaridades, com os dialetos próprios, e um destes foi trazido para Colombo: o vênneto⁴⁰.

Na análise destes dois exemplares da Coleção Proença, denota-se os dois dispositivos, citados por Chartier (1990), na produção de um impresso. O primeiro

⁴⁰ Ressalta-se que o vênneto é falado até os dias atuais em Colombo, por algumas famílias italianas/vênnetas.

decorre das estratégias de escrita e intenções do autor, em conformidade com a proposta de uma educação estatal; já o segundo são

[...] os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. (CHARTIER, 1990, p. 127)

Com isso, pode-se observar algumas recorrências na materialidade dos exemplares, sendo possível traçar uma fórmula editorial para esta coleção, que visava o mercado escolar. Destaca-se primeiramente a autoria dos livros; o nome Antonio Firmino de Proença foi o primeiro elemento que apareceu na capa dos exemplares. Em um contexto em que muitas das ações de São Paulo eram irradiadas e tomadas como modelo por outros locais, trazer o nome de um professor paulista, que tinha um trânsito fluído no campo educacional e político, era colocar a obra como referência. Nas capas, também se encontrou a recorrência em apresentar estas obras com o símbolo da Companhia Melhoramentos de São Paulo, uma editora que estava se colocando como destaque no cenário nacional, principalmente nos livros escolares.

Outro elemento observado é a destinação de todos os exemplares da Coleção, para a escolarização de um leitor do ensino primário, trazendo a esses livros de leitura um lugar privilegiado no mercado, uma vez que estes eram um dos únicos materiais didáticos que circulavam nas escolas. Visto que os exemplares faziam parte de uma Coleção, como estratégia comercial, eram apresentados outros livros impressos pela Melhoramentos e diversos títulos escolares, de acordo com a nova proposta de uma escola graduada.

Por fim, destaca-se nessa fórmula editorial, a apresentação de um selo de aprovação de que essas obras eram adotadas pela Diretoria da Instrução Pública de alguns Estados ou em todo o Brasil. Essas representações na produção editorial buscavam legitimar a obra para um mercado escolar, em ascendência na época.

De modo geral, os dois livros analisados, da Coleção Proença, trouxeram para debate, questões primordiais para a formação do novo cidadão republicano, perpassando os assuntos sobre temas históricos e científicos, mas com grande valor moral, através da discussão de hábitos comportamentais, de trabalho e, sobretudo, do sentimento nacional.

2.2.2 Série Braga

Os volumes da Série Braga, escritos pelo professor Erasmo Braga, visavam ao atendimento dos quatro anos do primário, para a escola graduada do período republicano. Os livros foram escritos de acordo com o contexto, uma vez que se: “Buscava a adequação de conteúdos aos objetivos e programas da escola renovada” (MASSOTTI, 2007, p. 76).

Os desígnios de Erasmo Braga, que faleceu na década de 1930, aos 55 anos, são descritos por Lourenço Filho, que deu continuidade à organização de suas obras. No prefácio de um dos livros dessa Série, após a morte do autor, Lourenço Filho comenta um pouco sobre a figura de Braga e o que esse pretendia alcançar com a leitura:

Escrevia Erasmo Braga, ao apresentar a primeira edição deste livro, que o seu desejo era o de que as escolas <<ensinassem a mocidade a ler>>. O termo <<mocidade>> não lhe desceu de pena, por mera distração ou impropriedade. Tem aí um sentido profundo: o de que os mestres primários dêem à juventude, *através da infância*, o gosto e o hábito das boas leituras, e para os quais êste livro pode ser, quando bem utilizado, elemento de iniciação fecunda. (LOURENÇO FILHO, 1939 apud BRAGA, 1942, p. V)

No lançamento do livro *Leitura II*, exemplar solicitado por Irmã Faustina, o jornal *Correio Paulistano*, publicou a seguinte nota, no dia 8 de janeiro de 1920:

Está em circulação este segundo livro de leituras, da série Braga, trabalho gráfico irreprehenível que sobremaneira honra os prélos nacionaes, da casa paulista Weiszflog Irmãos. O seu autor, o ilustre intelectual o professor sr. Erasmo Braga, [...] ha muito feito nas letras do paiz, foi grandemente feliz na sua organização. (CORREIO PAULISTANO, 1920, s. p.)

Percebe-se a colocação de Erasmo Braga, como um autor de livros didáticos e intelectual, na nova fase educacional que estava em voga. O jornal ainda descreveu o livro como:

este novo livro de leituras, [...] organizado, de acordo com os methodos mais preconizados pelos educadores modernos, nada deixa a desejar: attrai, [...] ministra e desenvolve conhecimentos de cousas e historia, adapta-se admiravelmente á psychologia dos jovens leitores, é estímulo, é moral, recrea e educa. (CORREIO PAULISTANO, 1920, s. p.)

Essa ideia foi reforçada por Braga, no prefácio do livro, tal como apreende-se no trecho a seguir:

Encontra-se aqui trechos de leitura que, fundados em conhecimentos anteriormente adquiridos, e coordenados com os programas de ensino das varias matérias do 3º anno, dão uma interpretação dos fenômenos, do ambiente, de factos da historia nacional, de instituições sociaes, com o intuito de crear, no animo do leitor, uma impressão individualista e entusiasta de seu paiz, de seus maiores, e de seu povir. (BRAGA, s.d., p. III)

De acordo com os preceitos do período, o livro atingiu um grande contingente de leitores; mais do que ter sido solicitado para o Colégio Santo Antonio, ele foi comprado pela Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, para a distribuição em outras instituições de ensino no Estado (PARANÁ, 1929b). O livro poderia circular por uma escolha pontual, em escolas particulares e/ou corresponder aos preceitos governamentais, tendo uma ampla divulgação, sendo esse o caminho seguido por muitos dos autores de grande circulação, já que

Os autores das séries graduadas estavam preocupados em organizar os saberes de acordo com os novos parâmetros ditados pelo Estado, na época, no sentido de inovar a educação, levando em conta os modelos culturais e o projeto político-social então vigentes. (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 27)

Nessa análise, buscou-se esquadrihar a forma e recorrência que estes conteúdos foram abordados no exemplar Leitura II, solicitado ao Diretor da Instrução Pública do Paraná pelo Colégio Santo Antonio.

2.2.2.1 Leitura II – Erasmo Braga

A 1ª edição do livro Leitura II, solicitado por Irmã Faustina, foi lançada, em 1919, mas para este trabalho, analisou-se a 86ª edição. Não consta o ano de publicação dela, porém, em uma assinatura na folha de rosto do livro, tem-se datado o ano de 1937.

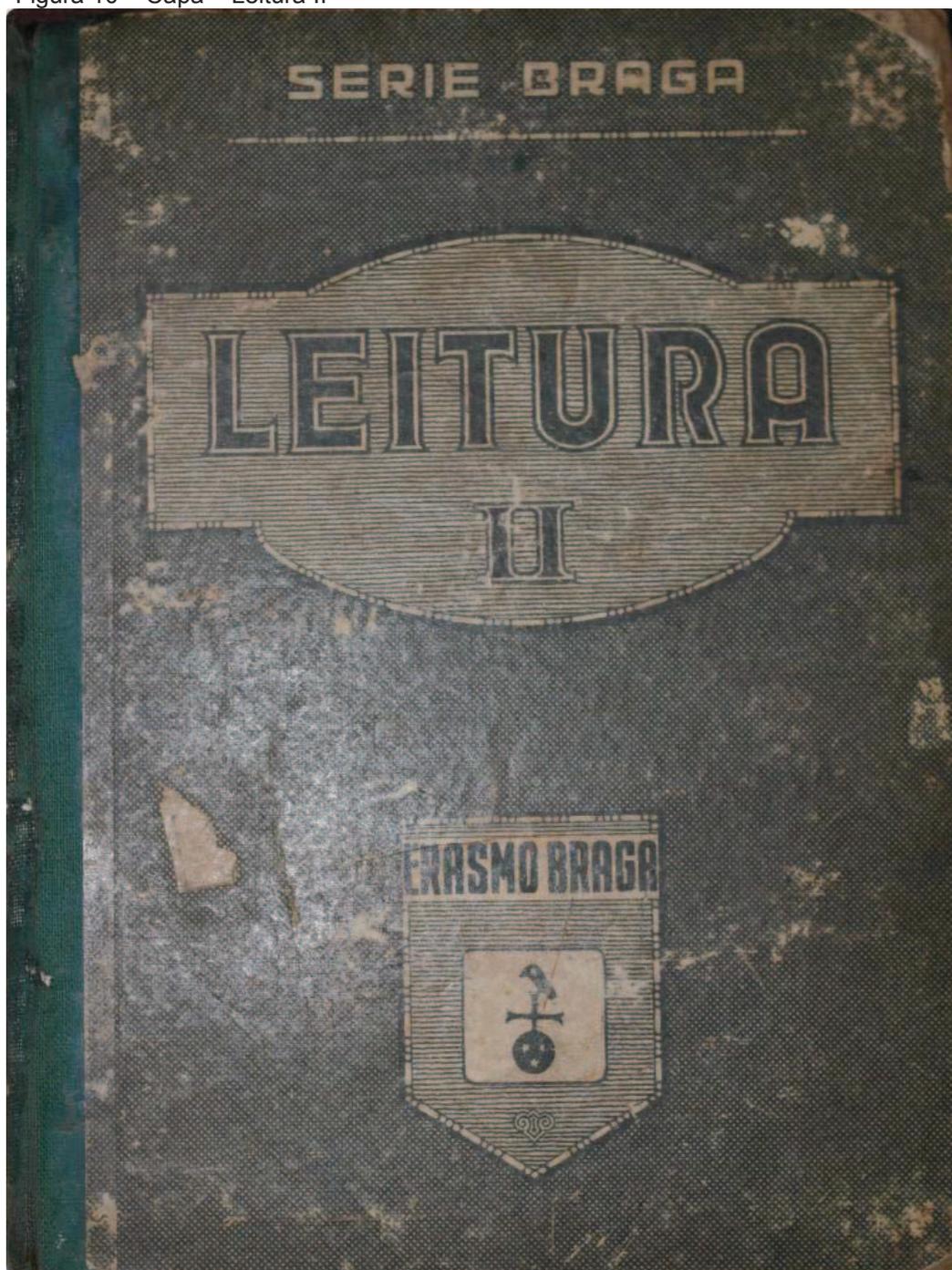
Tabela 8 – Características materiais (Leitura II)

Título	Leitura II
Formato	L (13 cm) X A (18 cm)
Número de páginas (conteúdo)	241
Número de páginas (elementos pré-textuais)	6
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 3º ano (primário)

Fonte: BRAGA, Erasmo. Leitura II. 86 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.

O livro fazia parte de uma coleção; dessa forma, na capa, indicou-se inicialmente o pertencimento a Série Braga, seguido pelo título do exemplar. Por fim, colocou-se o nome do autor, juntamente com o símbolo da Companhia Melhoramentos.

Figura 10 – Capa – Leitura II



Fonte: BRAGA, Erasmo. Leitura II. 86 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d. Acervo da pesquisadora.

A contracapa foi utilizada apenas para indicação do nome da editora. Internamente o livro foi dividido da seguinte forma: i) folha de rosto, contendo as informações da capa e incluindo a edição do exemplar e o nome da editora; ii) na folha seguinte indica-se que a obra é adotada em todos os estados do Brasil; iii) prefácio escrito pelo autor; iv) conteúdos; v) índice; e, vi) apresentação de outras

edições da Companhia Melhoramentos de São Paulo, constando inclusive os outros livros de Erasmo Braga e Antonio Firmino de Proença.

Comparando os conteúdos do livro *Leitura II*, com os livros da Coleção Proença, percebeu-se uma ênfase no *Leitura II* em questões regionalistas, valorizando a história e características nacionais, com lições variando de 1 a 8 folhas, em um total de 84 lições.

Com estratégia similar ao Proença, Erasmo Braga trouxe no livro diversos textos de outros autores, quase todos brasileiros, apresentando aos alunos a função primordial do livro de leitura, que era a literatura, sendo esses: Agenor Silveira; Amadeu Amaral; Baptista Cepellos; Barbosa Rodrigues; Baudrillard; C. M. S. Rondon; Casimiro de Abreu; Fagundes Varela; Felix Pacheco; Firmino da Costa; Frei Gaspar da Madre de Deus; General Couto de Magalhães; Gentil de Moura; Gustavo Barroso; J. P. Howard; João de Brito; José Bonifacio; Jose' Gelbcke; Mello Nogueira; Rodrigo Junior; Salomão da Silva, Santa Helena Magno; Silva Alvarenga; Silva Marques; Taunay; Telemaco Borba; V. Cardoso de Oliveira; Valentim Magalhães; Vasconcellos de Drummond; Vicente de Carvalho; e, Visconde de Araguaya.

Por se apresentar como um livro bastante nacional e estando em consonância com os preceitos da renovação educacional, os hábitos de trabalho continuaram tendo destaque nesse exemplar, colocando esse como uma qualidade, que livrava as pessoas dos vícios, conforme se constata no trecho de uma das lições:

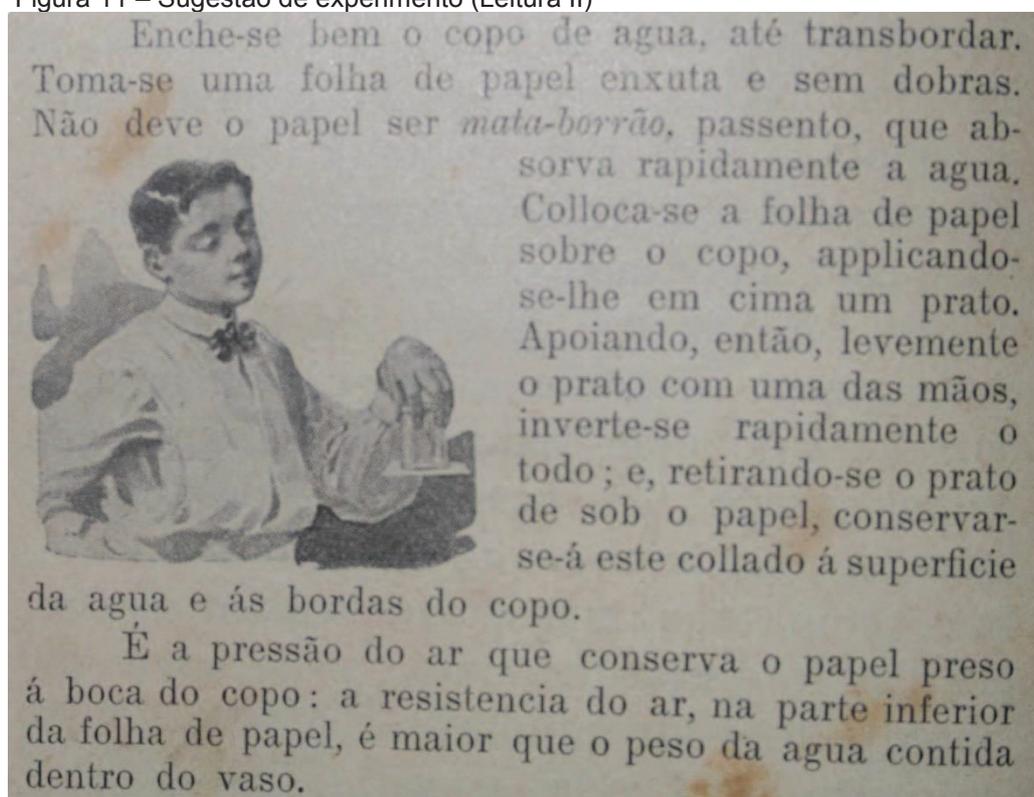
O trabalho é uma das fontes de felicidade para o homem. Nós obtemos por meio dele as coisas necessarias para supprir-nos alimento e abrigo. Mais ainda, os habitos laboriosos desenvolvem boas qualidades em nosso espirito. O indolente, sobre constituir-se parasita, está aberto aos ataques do vicio. (BRAGA, s.d., p. 17)

Na questão regional, o livro visava apresentar as particularidades do Brasil, em conjunto com as suas curiosidades, que se aliava ao nacionalismo, para fortalecer os pilares da pátria. Como o livro alcançou o cenário nacional, esta pode ter sido uma estratégia de identificação com o seu público. Sobre o Paraná, é bastante marcada a vegetação desse estado, sendo um de seus símbolos o título de uma das lições, "Pinheiros", em que é descrito: "Longe do mundo, do mal, da guerra,/ Viver com elles que bom será!/ Oh! os pinheiros da minha terra,/ Lindos pinheiros do Paraná..." (BRAGA, s.d., p. 135).

Uma prática fortemente estimulada no movimento de renovação educacional foi a criação de museus escolares, e em uma das lições que tinham como temática as ciências, é sugerida uma atividade, para a composição de um museu: “Quando vocês estiverem mais adiantados, aprenderão a collecionar plantas para o herbário da escola, e, então, ficarão *naturalistas viajantes*. Em suas excursões poderão colher exemplares vegetaes para o museu escolar” (BRAGA, s.d., p. 34).

Novamente, aparece aqui a preocupação com a experiência do conhecimento, colocando o aluno a observar o seu meio. Além dos museus, são propostas experimentações nas lições que envolviam conteúdos de ciências:

Figura 11 – Sugestão de experimento (Leitura II)



Fonte: BRAGA, Erasmo. Leitura II. 86 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.

Para os hábitos comportamentais, reforçavam além da ideia de trabalho, as boas maneiras e o perigo dos vícios, como já destacado em outra lição. Assim como foram tratados nos livros da série Proença, Braga coloca que: “Todo o vicio é escravidão. Si dominas e afugentas teus vícios, tu te libertas; si deixas que eles te dominem, serás escravo delles. Onde ha um vicio triumphante, não ha completa dignidade”. (BRAGA, s.d., p. 171). Tal ênfase em uma nação que está passando por

um forte processo de ressignificação e uma das bases é o higienismo, extirpar os vícios pela raiz era a estratégia considerada como mais eficaz, o que respalda o “entusiasmo pela educação”, do qual falava Nagle (1974), pela crença de que por essa via se regeneraria a nação.

Na questão do nacionalismo, além do regional, valorizaram-se os símbolos do Brasil, explicando sobre a bandeira e incumbindo os jovens para a construção da nova pátria, pela via do trabalho e do ser um bom cidadão: “Tu tens, nessa obra, a tua parte. Primeiro: acorda, age, trabalha. Não deixes para amanhã o que deves fazer hoje. Escolhe pronto a profissão pratica em que tu produzirás alguma coisa para o engrandecimento da tua Patria” (BRAGA, s.d., p. 236).

De modo bastante enfático, Erasmo Braga valorizou nas lições o regionalismo e hábitos de trabalho, para o desenvolvimento nacional e construção de uma unidade, a partir de símbolos brasileiros.

Sobre a fórmula editorial desse exemplar, denotam-se algumas aproximações com a da Coleção Proença, pelo fato de ambas terem sido editadas pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Porém, uma das mudanças mais marcantes é a menção na capa de que a Série Braga fazia parte de uma Coleção, sendo uma possível estratégia para a venda dos outros exemplares.

Sobre as aproximações com a fórmula editorial da Coleção Proença, na Série Braga, tem-se evidenciado o nome do autor da obra, professor Erasmo Braga, que também foi uma figura de destaque no campo educacional. Essa coleção, composta por livros de leitura, tinha como foco os consumidores do mercado voltado ao ensino primário. Assim, um dos dispositivos na fórmula editorial da Série Braga foi menção de que a mesma era adotada em todos os Estados do Brasil.

Outro selo apresentado pela Série, mais tarde, quando passou a ser editada por Lourenço Filho, foram os prefácios escritos por esse intelectual. A respeito da estratégia comercial, a editora se fazia presente na capa, a partir de uma marca gráfica, e apresentava ao final do exemplar, outras obras didáticas que estavam sendo vendidas, já que o seu público era o escolar.

A partir destes livros de leitura solicitados pelas Irmãs Passionistas, que circularam em uma instituição de ensino católica, percebe-se a aproximação desta instituição com a renovação educacional, pelas ideias representadas nestes exemplares, que conforme pontua Chartier (1990, p. 17) “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos

interesses de grupo que as forjam”. Os impressos eram uma via para sobrepor uma cultura que se visava inculcar.

Assim, em conjunto com os elementos levantados na caracterização da atuação Passionista em Colombo, os livros analisados, entendendo-os como veículos portadores de ideias e sistemas, foram utilizados como fontes para apreender sinais das propostas pedagógicas do Colégio, uma vez que não foram localizados outros documentos que servissem de subsídio para compor esse cenário.

Portanto, infere-se, pelo uso desses didáticos, que a Igreja, a partir da vertente educacional Passionista, através da atuação no Colégio Santo Antonio, não era contra a defesa do estado nacional, hábitos de trabalho e cientificidade na escola primária. O trabalho desenvolvido nessa instituição de ensino, no primeiro momento de atuação das Passionistas, entre 1927 e 1933, possivelmente foi de acordo com a renovação educacional, mas também não destoou dos preceitos religiosos da congregação católica italiana.

Muitas destas práticas religiosas irão reaparecer no retorno dessa Congregação a Colombo, em 1951, em conjunto com o novo cenário educacional e político brasileiro.

3 ENTRE IDAS E VINDAS: O RETORNO DAS IRMÃS PASSIONISTAS A COLOMBO

“O ponto alto, desde o início da fundação do Educandário, foi não só a educação, como também a formação dos pequenos seminaristas e de uma maneira especial, o Apostolado.” (PASSIONISTAS, 1989, p. 88)

O retorno das Irmãs Passionistas a Colombo marca o início de uma nova fase dessas religiosas nessa cidade, envolvendo a formação educacional e também o âmbito das vocações. Foi na volta delas que o Colégio Santo Antonio, mudou de nome, passando a ser conhecido como Educandário Nossa Senhora do Rosário, fazendo alusão à Paróquia de Colombo, de mesmo nome. Nesse início da década de 1950, a maioria das instituições de ensino, coordenadas pelas Passionistas no Brasil, passou a se chamar Educandário.

Antes da reabertura oficial da escola, tendo novamente a coordenação das Passionistas, neste segundo momento, um longo processo aconteceu neste estabelecimento. Em 1935, dois anos após a saída das Irmãs, outra congregação feminina assumiu o Colégio Santo Antonio: as Irmãs de São José de Chambéry, de origem francesa, que ficaram à frente desta instituição, até o ano de 1948. Com a saída destas religiosas, até o ano de 1950, a escola se manteve fechada e, nesse período, foram feitos pedidos para o retorno das Irmãs Passionistas a Colombo.

Esse pequeno histórico está registrado na Ata, sobre as congregações que dirigiram a escola, descrevendo como se deu o retorno das Passionistas, após a saída das Irmãs de São José:

Havendo estas últimas abandonado o estabelecimento não teve o Revmo. Pe. Ângelo outra aspiração que a ver dirigido pelas Irmãs Passionistas. Por diversas vezes fez o pedido à Revma. Madre Provincial, a qual dava sempre resposta negativa considerando a falta de Irmãs e outros motivos existentes.

O Revmo. Pe. Ângelo não desanimou. Pela estima que dedicava às Irmãs Passionistas, queria ainda entregar-lhes a educação dos meninos aspirantes ao sacerdócio na Congregação dos Padres Passionistas.

Finalmente removidos os obstáculos a Revma. Madre vendo que era vontade de Deus que suas Religiosas se dedicassem não só à educação das crianças da paróquia como também ao sublime encargo de preparar nas letras os futuros ministros do altar, deu resposta favorável. [...]

A firmeza, constância e abnegação desse incansável apóstolo é que se deve êste Educandário. Com êle, outra porta se abre para educação cristã e social da infância colombense. (PASSIONISTAS, 1951, p. 2)

Novamente é pelo convite dos Padres Passionistas, que se tem o retorno dessas freiras, em 1951, para coordenar o Educandário Nossa Senhora do Rosário, até os dias de hoje, atendendo desde o seu início, meninos e meninas, para, conforme o registro em Ata, oferecer uma educação cristã e social às crianças colombenses. Igualmente não se tem indícios do ensino em italiano, mas algumas características dessa nação aparecerão posteriormente na cultura escolar desta instituição.

Na volta a essa cidade, diversas são as religiosas, filhas dos imigrantes da antiga colônia Alfredo Chaves, que vêm trabalhar na escola. Para a análise dessa nova fase das Irmãs, embora permaneçam até os dias atuais, fez-se o recorte temporal entre os anos de 1951, o início, até o ano de 1978, quando aconteceram algumas comemorações do centenário da chegada dos primeiros italianos/vênetos à Colombo.

Na chegada das Irmãs, na década de 1950, Colombo, com pouco mais de 6 mil habitantes (COLOMBO, 2011), ainda era fortemente marcada pela presença dos descendentes dos imigrantes italianos/vênetos, que se alocaram na antiga colônia, mantendo as características de uma pequena cidade.

Em comemoração ao 78º aniversário do município, no ano de 1968, o jornal “Diário do Paraná”, publicou uma matéria no qual descreve a população da cidade e suas maiores autoridades:

A cidade de Colombo conta atualmente com uma população estimada em 1000 habitantes. Doze ruas, divididas em quadras iguais. [...] Atualmente as maiores autoridades do município são: srs. Edgar Winter, Juiz de Direito da Comarca; João Soares Souto, Promotor Público; Manoel Costacurta, Prefeito Municipal; Padre Lucas Costa, Vigário da Igreja Nossa Senhora do Rosário e Frederico D’Agostin, Presidente da Cooperativa Vinícola de Colombo; Antenor Brotto, Presidente da Câmara de Vereadores. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1968, p. 5)

Nessa descrição, infere-se que a mesma se refira a sede do município, onde estava situado o Educandário Nossa do Rosário, colocando este local como uma pequena cidade, com mil habitantes, e destacando as autoridades que geralmente se encontram em uma região central. Interessante ressaltar que dentre as autoridades, citam o Padre da Congregação Passionista, demonstrando a relação simbiótica entre a religião e a cidade, que tinha ainda uma ambiência católica muito forte. Em relação aos habitantes de Colombo, os relatórios do IBGE apontam que no

ano de 1968, o município era composto por mais de 13 mil habitantes (IBGE, 1968). Portanto, essa citação feita pelo jornal, de pouco mais de mil habitantes, talvez fosse a imagem que Colombo passava, como uma pequena cidade, levando em consideração apenas as características centrais da mesma.

Entre as décadas de 1950 e 1970, delimitação deste trabalho, começam-se a esboçar os passos de um crescimento que seria estrondoso no município, no final do século XX, porém, este crescimento decorreu de uma extensão da capital, formando a região metropolitana de Curitiba, que foi oficializada pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 (BRASIL, 1973).

Durante os anos de 1970,

a taxa de crescimento populacional em Colombo era de 12,56%, bastante elevada, em função de que, tal década representou o período de acréscimo populacional em função do processo de urbanização do estado do Paraná, e conseqüentemente inchaço da Região metropolitana de Curitiba, tal crescimento verificou-se, sobretudo, na região conurbada, formada pelos bairros de Colombo próximo à capital [...]. (KATZINSKY, 2004, p. 29)

Porém, esse elevado crescimento populacional foi um fator que ocorreu em todo o Estado do Paraná, de forma bastante intensa, até a década de 1970:

A população do Paraná saltou de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, para quase 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano [...]. A partir de 1970, embora a população tenha permanecido em crescimento, as taxas geométricas sofreram uma inflexão abrupta, mantendo-se, nas duas décadas seguintes, menores que 1% ao ano – revelando que o Estado perdia sua característica de absorvedor de migrantes de outras unidades da federação. (MOURA, 2004, p. 35)

Especificando o fator populacional de Curitiba e Região, que culminou na criação da região metropolitana, o contexto paranaense exigia essa absorção para desenvolvimento econômico, que nessa área enfatizava o industrial:

A industrialização como via de desenvolvimento para o Estado do Paraná foi o caminho seguido pelo governo estadual a partir da década de 1970. Neste período percebe-se que a sua principal fonte econômica, o café, produzido no Norte do Estado, estava em situação de declínio devido a fatores como a modernização da agricultura, oscilações de preço e constantes perdas de produção ocasionadas por fenômenos climáticos. Porém, o projeto de industrialização do Paraná ocorreu com maior intensidade na Região Metropolitana de Curitiba, devido a iniciativas políticas em conjunto, de um lado o governo do Estado e de outro a prefeitura de Curitiba. Esta política não abrangeu e possibilitou a

industrialização por todo Estado, ou seja, o que antes se encontrava disperso, passa-se agora em diante a se concentrar. (NIEHUES, 2014, p. 455)

Pela tabela apresentada pela Prefeitura Municipal de Colombo, apreende-se um crescimento exponencial na cidade, nas últimas décadas do século XX.

Tabela 9 – Evolução da população do Município de Colombo

ANO	POPULAÇÃO
1950	6331
1960	8719
1970	19258
1980	62881
1991	117767
2000	183329
2007	233916

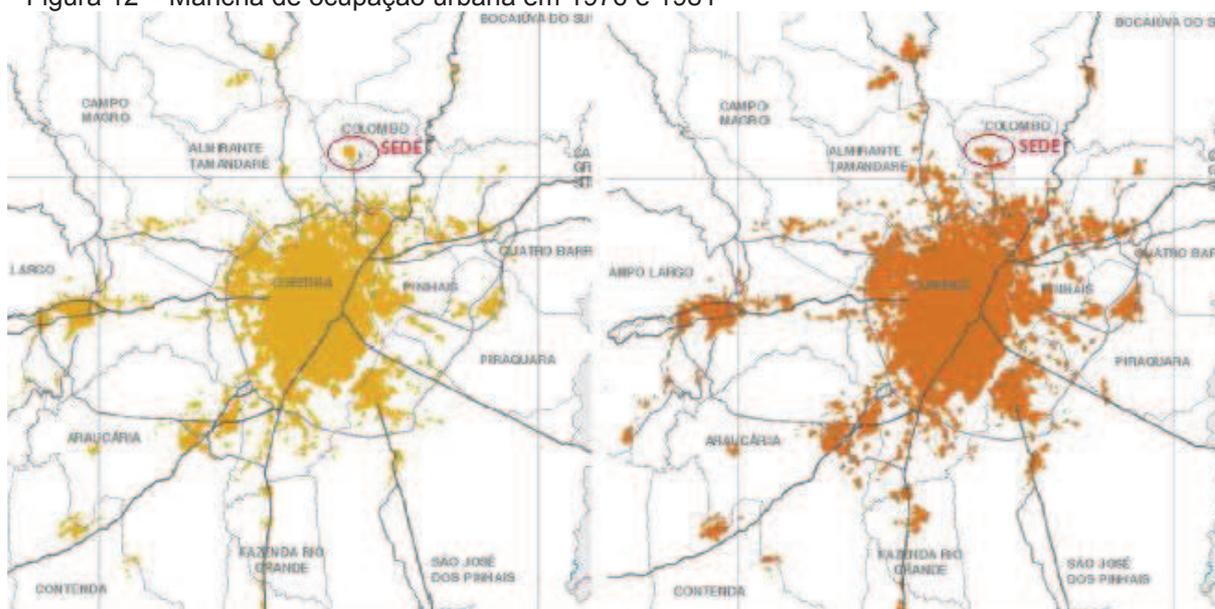
Fonte: IPARDES, 1999 e Censos Demográficos do IBGE (*apud* COLOMBO, 2011, p. 10)

Segundo uma análise da Prefeitura Municipal, muitas das transformações agrícolas e econômicas da cidade foram influenciadas pelo desenvolvimento populacional e econômico da capital, tendo seu ápice, através do incentivo do “Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) de 1978, que direcionava a expansão da ocupação urbana para os municípios periféricos de Curitiba, já que esta não comportava mais a expansão” (COLOMBO, 2011, p. 8/9).

Com isso, as influências desse novo cenário, passariam a ser mais significativa a partir de 1978, período de recorte deste trabalho. Porém, da mesma forma que o contingente populacional do município aumentava, mesmo antes de 1978, a sede, local das famílias descendentes dos italianos/vênnetos, mantinha-se isolada do crescimento de Curitiba.

Pelo relatório do IPEA (2013), é possível observar a mancha da ocupação urbana de Curitiba e região, que em 1976 começava a esboçar os primeiros sinais, e 1981, tem seu crescimento marcado nas áreas periféricas.

Figura 12 – Mancha de ocupação urbana em 1976 e 1981



Fonte: (COMEC, 2006 apud IPEA, 2013, p. 24)

Esse crescimento periférico trouxe a fundação de bairros, como o Maracanã, em Colombo, que segundo Katzinsky (2004), este,

que surgiu na década de 70, possui uma conformação de bairro periférico de Curitiba, mas está dentro dos limites políticos-administrativos de Colombo [...], e a sede do município ficou afastada do Maracanã, gerando realidades distintas, ou seja, um núcleo urbano formado anteriormente, com uma história econômica voltada ao setor primário, e a região formada a *posteriori* fruto de um processo de transbordamento da capital. (KATZINSKY, 2004, p. 3)

Essa diferenciação é colocada pela Prefeitura Municipal como:

Ao sul está a população cuja chegada, considerada recente, ocupou a área de forma relativamente desordenada e tem fortes vínculos sócioeconômicos com o município de Curitiba, do qual é uma continuidade. A sede e a área rural, por sua vez, são fortemente marcadas por uma população tradicional cuja ocupação remonta o século XIX com a imigração italiana. (COLOMBO, 2011, p. 10)

Essa sede, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, era marcada ainda por uma ambiência bastante católica, legitimando um poder à Igreja, na figura do Padre, que por extensão, chegava à única escola católica da cidade, que neste momento era conduzida novamente pelas Irmãs Passionistas.

Em contrapartida ao crescimento, não só de Colombo, mas de Curitiba e Região, os antigos imigrantes das colônias começam a se identificar ainda mais com

as tendências de ser italiano, e não apenas com uma região específica daquela península; justamente quando são perturbados pelas diferenças – devido ao aumento populacional –, esses sujeitos se unem em torno de características étnicas. O governo italiano, bem como essas regiões, com apoio da política local, buscou formas de evidenciar essas “origens”, com fins culturais, mas também econômicos. Severino (2005) aponta para a construção de uma imagem pós-Segunda Guerra Mundial:

[...] durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) por conta das desconfianças geradas pela guerra, essas localidades foram palco de práticas de intolerância e legislação restritiva (proibição de associações, fechamento de escolas estrangeiras e do uso da língua, principalmente a partir de 1937), produzindo representações sobre imigrantes e descendentes de imigrantes de línguas italianas amplamente veiculadas. Num segundo momento, parece haver uma ressignificação em políticas culturais que promoveram novas interações com o gênero, a geração, a classe social, a fim de compor um perfil específico no pós-Segunda Guerra Mundial relacionado ao ser italiano. (SEVERINO, 2005, p. 92/93)

É em um retorno envolto entre o crescimento da cidade e caracterização de uma identificação com uma origem reformulada, que as Irmãs Passionistas reassumem a instituição escolar católica de Colombo.

3.1 EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1951 – 1978)

Assim como em 1927, a descrição feita do momento inaugural do colégio, pela coordenação das Irmãs Passionistas, em 06 de janeiro de 1951, também foi marcada pela presença maciça da comunidade colombense:

Finalmente raiou tão esperado dia: o da tomada de posse do Educandário Nossa Senhora do Rosário de Colombo, Estado do Paraná. [...] As 9,30 horas, na Matriz de Colombo, foi cantada uma Missa solene e como estava combinado, o Sr. Arcebispo D. Manoel da Silveira D’Elboux, chegou ao termina-la, dirigindo-se ao púlpito de onde saudou suas ovelhinhas, com palavras cheias de afeto e unção, congratulando-se com elas pela fundação que dentro em breve iria se realizar. [...] Havendo melhorado o tempo, a procissão começou a encaminhar-se para o Educandário já todo embandeirado: cruzada Eucarística, crianças do catecismo, Filhas de Maria, Congregados, fiéis em geral. Depois as Religiosas Passionistas, os juvenistas, o clero e sob o pálio, o Sr. Arcebispo com o SSmo. Sacramento. (PASSIONISTAS, 1951, p. 1)

Essa aceitação e espera pela reabertura de uma escola católica, revela a concordância da comunidade colombense, sendo uma instituição de acordo com as políticas locais, que no primeiro momento de atuação Passionista, havia tido grande frequência, com o apoio de subsídios públicos. No retorno, esses elementos vão reaparecer, pela própria ambiência católica marcada pelas experiências étnicas dos moradores, permitindo que:

Dentro de uma história da escola como instituição social e cultural atenta à micropolítica e à organização interna da mesma, em que a reconstrução arqueológica adquire sentido não pela mera recompilação e enumeração de objetos – uma tarefa necessária mas insuficiente -, mas pela sua integração num esquema explicativo que interpreta e dá sentido à realidade assim reconstruída. (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 13/14)

Sobre a abertura, tem-se um registro em que aparecem as religiosas Passionistas e o Padre Ângelo, em frente ao Educandário. A organização para a foto demonstra a posição central que o masculino, pela figura do padre, tinha na Igreja Católica, tendo a sua volta as freiras, que chegavam à cidade para apoiar a educação católica, mas principalmente desenvolver a congregação.

Figura 13 – Retorno das Irmãs Passionistas (1951)



Fonte: Acervo iconográfico do Colégio Passionista Nossa Senhora do Rosário.

Desde os primórdios, esse envolvimento da comunidade com a escola católica de Colombo indica a relação quase simbiótica entre o catolicismo e essa cidade. Desse modo, entender a escola implica entender sua atuação para além de si mesma, o processo pelo qual os saberes ali produzidos são endereçados à sociedade e como esta reage e se posiciona nesse jogo, entre uma cultura escolar pautada no catolicismo e na identidade da comunidade. A escolarização desses sujeitos implica na

[...] produção de representações sociais (modos de classificação social, de produção e reconhecimento de identidade) cujos sentidos e significados têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação. Isto significa entender que a escola não age apenas intra-muros, e sim tem uma ampliada atuação social na medida em que funciona como uma instituição que produz, divulga e legitima identidades, competências e modos de vida, ao mesmo tempo que deslegitima outros. (FARIA FILHO & BERTUCCI, 2009, p. 14)

O Educandário Nossa Senhora do Rosário era o *locus* escolar destinado à formação moral e religiosa da população, como também, das vocações

Passionistas. Mais do que as atividades internas formais de ensino, esse apoio da comunidade colombense à escola que estava reabrindo, denota o poder simbólico, que essas religiosas tinham na estruturação de uma cultura escolar que penetrava no cotidiano das famílias colombenses e interferia em seus destinos pela formação. A legitimação desse poder é possibilitada pelas experiências de uma população, que tinha como principais características os valores familiares, os costumes camponeses e a fé católica, que ainda se faziam presentes de muitos modos. Foi essa cultura escolar que se instaurava no Educandário Nossa Senhora do Rosário e mesmo sendo “efetivamente uma cultura conforme”, faz-se “necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível”, que mesmo pelas experiências, o novo contexto gerou inevitavelmente mudanças (JULIA, 2001, p. 32).

A figura primordial para o retorno das Irmãs nesse novo momento do Educandário foi o Padre Passionista, Ângelo, que estava residindo em Colombo, na época. Em uma entrevista, no dia 13 de fevereiro de 2004, uma religiosa Passionista, de origem colombense, contou sobre os insistentes pedidos do Padre, para o retorno das Irmãs, chegando ele a ir diversas vezes a São Paulo. Uma dessas visitas é descrita da seguinte forma:

Quando cheguei em São Paulo, encontrei o Padre Ângelo lá, com a Madre Anunciata, pedindo pra mandarem Irmãs pra o Colégio de Colombo, e a Madre dizia: “Não, eu não vou, não tenho Irmãs e também não dá para abrir a casa de Colombo, já fechou duas vezes, eu não vou mandar não, não posso mandar”. E ele dizia: “Não Madre, eu vou ajudar, ponha as Irmãs lá, eu quero as Irmãs Passionistas lá”. (FIORESE, 2004)

Talvez o diferencial das Irmãs Passionistas para a coordenação do Colégio novamente, tenha sido a visão em manter os dois braços da Congregação – masculino e feminino – incluindo o ramo educacional, na cidade, para a formação dos futuros religiosos Passionistas, uma vez que Colombo já tinha diversas vocações. Após a aceitação da Madre Anunciata, para este retorno, uma ampla reforma aconteceu na instituição, durante o ano de 1950: “Apos [...] quatro meses de exaustivo trabalho terminou tal reforma. Internamente foi transformado quase por completo. Foi instalado água – luz elétrica e todos o serviço sanitario. Ajudaram o Vigário alguns poucos colonos” (LIVRO TOMBO, 1950, p. 56).

Essa reforma era para um local com representações e tido como importante para legitimação dos ideais da Igreja, formação de religiosos e orientação da infância colombense pelos princípios do catolicismo; essa percepção por um lugar é apontada por Vinão Frago:

Além disso, todo espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. (2001, p. 78)

Neste “lugar percebido”, de 1951 até 1978, organizou-se um levantamento, a partir da Ata da Casa das Irmãs Passionistas, do nome das possíveis religiosas que passaram por esta instituição. Tal levantamento se faz importante, na tentativa de caracterizar os sujeitos que ali atuaram. O nome e o primeiro registro em Ata⁴¹ podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 10 – Religiosas Passionistas registras na Ata da casa de Colombo

Religiosa	Primeiro registro do nome em Ata
Ir. Helena	Jan. 1951
Ir. Gabrielina	Jan. 1951
Ir. Cândida	Jan. 1951
Ir. Maria Vitalina	Jan. 1951
Ir. Maria Juvência	Jan. 1951
Ir. Luiza	Jan. 1957
Ir. Filomena	Jan. 1957
Ir. Silvia Petroski	Jan. 1957
Ir. Cristina de Cristo Rei	Jan. 1957
Ir. Maria Amalia	Jan. 1957
Ir. Fernanda	Jan. 1957
Ir. M. Vitorina	1957
Ir. Flora	Jul. 1957
Ir. Filipina	Jul. 1957
Ir. M. Rafael	1957
Ir. M. Celia	1957
Ir. M. Zelia	1957
Ir. Helena da Santa Cruz	Fev. 1959
Ir. M. dos Anjos	Fev. 1959
Ir. Olga de Prec. Sangue	Mai. 1962
Ir. M. Lurdes Nogueira	Dez. 1962
Ir. M. do Cenáculo Tosin (Elzira Tosin)	Fev. 1966
Ir. Sarah	1969
Ir. Lucia	1969

⁴¹ Observaram-se alguns nomes, citados em atividades desenvolvidas no Educandário ou na comunidade, cuja chegada não foi registrada. Optou-se por destacar apenas aqueles datados, pois muitas religiosas citadas, possivelmente poderiam ter apenas passado pela casa, sem residir na mesma.

Ir. Natália	1969
Ir. M. da Anunciação	1972
Ir. M. Calixta	1972
Ir. Vilma	Fev. 1975
Ir. Mirtes	Fev. 1977

Fonte: Ata Histórica da Casa de Colombo (1951).

A partir desses dados, buscaram-se no livro de entrada da congregação, mais informações sobre essas religiosas⁴², para saber a origem delas:

Tabela 11 – Religiosas Passionistas que atuaram em Colombo (1951 – 1978)

Nº	Nome	Filiação	Lugar de nascimento	Data de nasc.	Entrada	Obs.
31	Irmã Luiza de N. Sra das Dores Immaculata Grazi	Miguel Grazi Maria Assunta Grazi	Lapa – Paraná	12-01-1907	12-08-1927	
41	Irmã Filipina Catarina Pavin	Anselmo Pavin Luiza Busato	Colombo – Paraná			
43	Irmã Cândida do Pr. Sangue Gema Fiorese	Pedro Fioreze Rosa Busato	Colombo – Paraná	03-10-1916	08-12-1931	
63	Irmã Gabrielina de Jesus Joana Mottin	Francisco Mottin Ursula Mottin	Colombo – Paraná	24-07-1916	06-07-1932	
103	Irmã Fernanda de S. Pedro Apost. Carina Ferrarini	Antonio Ferrarini Maria Canestraro	Colombo – Paraná	10-07-1918	18-05-1939	
116	Ir. Filomena de S ^{ta} Gema Gemma Costa	João Costa Madalena Costa	Colombo – Paraná	31-10-1922	15-12-1941	Faleceu 29-04-1984
127	Irmã Sílvia de S. Marcos Ev. Cecília Petrovski	Stefano Petrovski Anna Petrovski	Nova Roma – Rio Grande do Sul	01-12-1927	29-08-1942	
130	Irmã Maria de Lourdes da Eucaristia Anna Nogueira	Manoel do V. Nogueira M. Eugênia Nogueira	Morro Aguda – São Paulo	05-12-1921	08-01-1944	
136	Irmã Olga de São José Verônica Glenski	Bruno Glenski Ana Glenski	Irati – Paraná	01-03-1927	23-03-1943	Falecida 11-06-1966
141	Irmã Maria dos Anjos de São José Maria Aparecida Nogueira	José do Vale Nogueira Regina Nogueira	Cravinhos – São Paulo	20-12-1923	05-01-1945	Saiu a 03-07-1971
145	Irmã Maria Vitalina da Sagrada Família Dinorah Camargo Rocha	Lázaro da Silveira Rocha Francisco Ferreira de Camargo Rocha	Valinhos – São Paulo	30-12-1921	19-03-1945	Entrou em outra Congr 03-07-1971
148	Irmã Maria Juvência de	Joaquim Primo	Pederneira	16-05-	26-08-	

⁴² Não foi possível encontrar todas as religiosas, cujos nomes são citados em Ata. Em alguns casos, encontrou-se o mesmo nome para duas ou mais freiras, não sendo possível identificar qual delas passou pelo Educandário.

	Cristo Rei Luzia Martins	Izidia Ramos	s – São Paulo	1929	1945	
163	Irmã Flora de N. S ^ª da Paz Rosa Marini	Domingos Marini Verônica Marini	Nova Pompéia – Rio Grande do Sul	22-05- 1923	18-04- 1947	
165	Irmã Natalia de N. S. das Graças Santina Cecília de Toni	Ermínia de Toni Emma Plastorello	Nova Pompéia – Rio Grande do Sul	18-02- 1929	18-04- 1947	
172	Irmã Maria Amália de Cristo Rei Idalina Pedrina Gasparini	José Gasparini Liberata Gasparin	Colombo – Paraná	10-10- 1932	15-04- 1948	
173	Irmã Maria Cristina de C. Rei Maria Luiza Fiorese	José Fiorese Maria Rosalia Fiorese	Colombo – Paraná	12-05- 1933	15-01- 1948	
184	Irmã Maria Calixta do E. de Jesus Maria Vicenza Marini	Luiz Marini Clementina Olivoto	Pinto Bandeira – Rio Grande do Sul	17-07- 1922	12-09- 1949	
227	Irmã Maria do Cenáculo da Coroação Elzira Tosin	Hermenegildo Tosin Apolonia Cavassin	Colombo – Paraná	03-09- 1935	28-12- 1953	
236	Irmã Maria Célia de S. Rafael Arc Edith Franco da Rocha	Francisco F. da Rocha Francisca Monesso	Bocaiuva – São Paulo	24-11- 1936	12-01- 1955	
249	Irmã Maria Vitorina do Men. Jesus Maria Doracília Sforza	Francisco Sforza Fabiana Andreatta	Colonia Faria – Paraná	14-01- 1937	09-04- 1956	
252	Irmã Maria da Anunciação Geny Barbosa de Campos	José Barbosa Campos Geny Barbosa Campos	São Paulo – São Paulo	28-12- 1930	02-02- 1957	Faleceu 15-10- 1981
377	Irmã Sara de São Paulo da Cruz M ^ª Escolástica Giacomitti	Luiz Giacomitti Ana Cavassin	Palmital – Paraná	08-06- 1944	21-01- 1964	Saiu

Fonte: PASSIONISTAS (1920).

Novamente percebe-se que para o desenvolvimento dos ideais educacionais, o educandário não contou com a atuação de religiosas italianas, porém, um diferencial deste segundo momento é a presença de descendentes de italianos, das quais muitas eram provenientes da comunidade colombense⁴³, trazendo experiências diferenciadas, mas com possível proximidade com a cidade. Como todas as religiosas eram brasileiras, não se encontraram indícios do uso da língua italiana e/ou vêneta na escola, conforme a afirmação de ex-alunos do Educandário;

⁴³ Foram registradas sete religiosas provenientes de Colombo e uma da Colônia Faria, que também faz parte do município.

Mottin (2015) coloca que: “elas conversavam com a gente normal, assim, nada de italiano”. Porém, em casa, segundo o depoimento da mesma aluna, a língua dos antepassados ainda se fazia presente, mesmo que de forma não enfática, uma vez que os seus pais conversavam entre eles, em vêneto, ou quando recebiam visitas. Ainda que a escola tivesse apenas como característica étnica a identificação com o catolicismo, os frequentadores dessa instituição, provindos de famílias vênetas, muitas vezes ligadas ao campo, utilizavam a língua dos seus antepassados no ambiente doméstico. Mesmo que tenha sido de uma forma menos contundente nessa segunda metade do século XX, expressões idiomáticas do vêneto se faziam presentes no cotidiano desses alunos do Educandário, atravessando séculos, sendo, inclusive, utilizadas até hoje por algumas famílias colombenses. Nesse trinômio entre catolicismo, costumes campestres e língua, a identidade vêneta em Colombo, era reforçada pelas características confessionais da instituição escolar, em que mesmo essa tendo possivelmente negando o uso do vêneto, recebia educandos envolvidos com os atributos de expressões de uma língua diferente do português.

Ainda sobre a tabela, uma permanência que se observou, em relação ao primeiro momento, foi a presença de religiosas paulistas. Essa presença paulista é destacada no início das atividades das Irmãs no Colégio, conforme apreendido no primeiro registro de visitas do Delegado de Ensino, Pedro Vieira, no dia 27/03/1951. Segundo Vieira (1951):

O que me impressionou mais fortemente foi a competência pedagógica da Irmã Maria Vitalina, formada por uma escola normal do Estado de São Paulo e que orienta as demais colegas. Senhora dos métodos pedagógicos mais modernos e eficientes de ensino em todas as disciplinas, conforta observar os trabalhos geográficos dos alunos desde o curso infantil até o 4º ano. (VIEIRA, 1951, p. 1)

Além da já mencionada Irmã Maria Vitalina, que teve uma formação normal por uma escola de São Paulo, outras religiosas da Congregação, que atuaram no Educandário, fizeram a matrícula em cursos normais em São Paulo, conforme se tem registrado, na década de 1940, na Ata História da Congregação: “Para satisfazer as necessidades da Congregação, iniciaram hoje o curso normal, no Colégio de Santa Marcelina as seguintes Irmãs: Imaculada, Maria Carmelita, Maria Cecília, Maria Helena, Edvirges e Filomena” (PASSIONISTAS, 1940, p. 9). Esse

Colégio em que as Passionistas fizeram o curso normal era uma instituição católica dirigida pelas Irmãs da Congregação Marcelina, de origem também italiana. Interessante destacar que no momento em que as Passionistas chegam ao Brasil, em 1919, não se tinha a intenção de coordenar instituições de ensino, mas sim, um abrigo para órfãos; apenas se anunciava a intenção de abrir uma escola quando uma das religiosas aprendesse a língua portuguesa. Duas décadas depois, já se marca na Ata, a matrícula de religiosas em cursos normais, “para satisfazer as necessidades da Congregação”.

Entre essas continuidades e transformações, entende-se a história como um processo, e denota-se mais uma vez que, com a sede da Congregação em São Paulo, as religiosas/professoras recebiam muitas das influências daquele Estado. Primeiramente, em 1920, tinha-se a propagação de um modelo escolar paulista, baseados em métodos intuitivos, com início das discussões sobre a modernização pedagógica e a Escola Nova. Em que pese o fato do esvaziamento de muitas das propostas escolanovistas nos anos que se seguiram, não se pode negar a extensão dessas discussões, os desdobramentos e as marcas que produziu na educação brasileira.

Em um momento em que o tecnicismo se afirmava como corrente teórica privilegiada, pode-se perceber a tensão estabelecida com a proposta pedagógica da escola que ainda resistia e tentava se afirmar tendo como modelo de referência a educação integral, destacadas por Pedro Vieira, ainda na mesma visita: “Aqui se pratica a educação intelectual, a física, a econômica, a religiosa, a artística, a social e a educação moral enfim, a verdadeira educação integral foi recomendada pela Psicologia e pela Sociologia” (VIEIRA, 1951, p. 1). Tal prática recorre à Psicologia e Sociologia, conforme o indicativo das bases de uma pedagogia da Escola Nova, mas também no que tange uma educação intelectual e econômica, ia ao encontro das discussões educacionais em torno do nacional-desenvolvimentismo, que tinha o objetivo de formar uma sociedade mais industrial, tendo como pano de fundo a unidade nacional.

Na década de 1950, o “nacionalismo e o trabalhismo getuliano, que prometiam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com bem-estar social, deveriam levar o Estado a responsabilizar-se em maior grau para com a distribuição de educação para as classes populares”; porém, foi o ensino superior que recebeu maior atenção, as “mazelas da educação pública continuaram evidentes e a

exclusão permaneceu regra básica do sistema escolar” (PANSINATO, 2013, p. 7). Com Juscelino Kubitschek, a educação ganha tom nas questões de profissionalização; era o sistema educacional como um dos instrumentos de adequação para aos planos do nacional-desenvolvimentismo.

Desta forma, a educação no período populista tinha, pelo menos em tese, o objetivo de popularização no seu atendimento, como também uma educação profissional. Porém, registra-se em Colombo que durante praticamente toda a década de 1950, o acesso ao setor educacional era somente pela via das escolas primárias, se quisessem prosseguir com os estudos, os alunos geralmente se dirigiam à capital; somente em 1959, a cidade iria conhecer outro nível de ensino, que seria o Ginásio Estadual, na sede do município.

A respeito do papel da educação nas décadas de 1950 e 1960, em um documento da Secretaria de Educação e Cultura, do Paraná, do início da década de 1960, coloca-se essa mesma preocupação de uma formação para o desenvolvimento do Brasil, em conjunto com as questões democráticas,

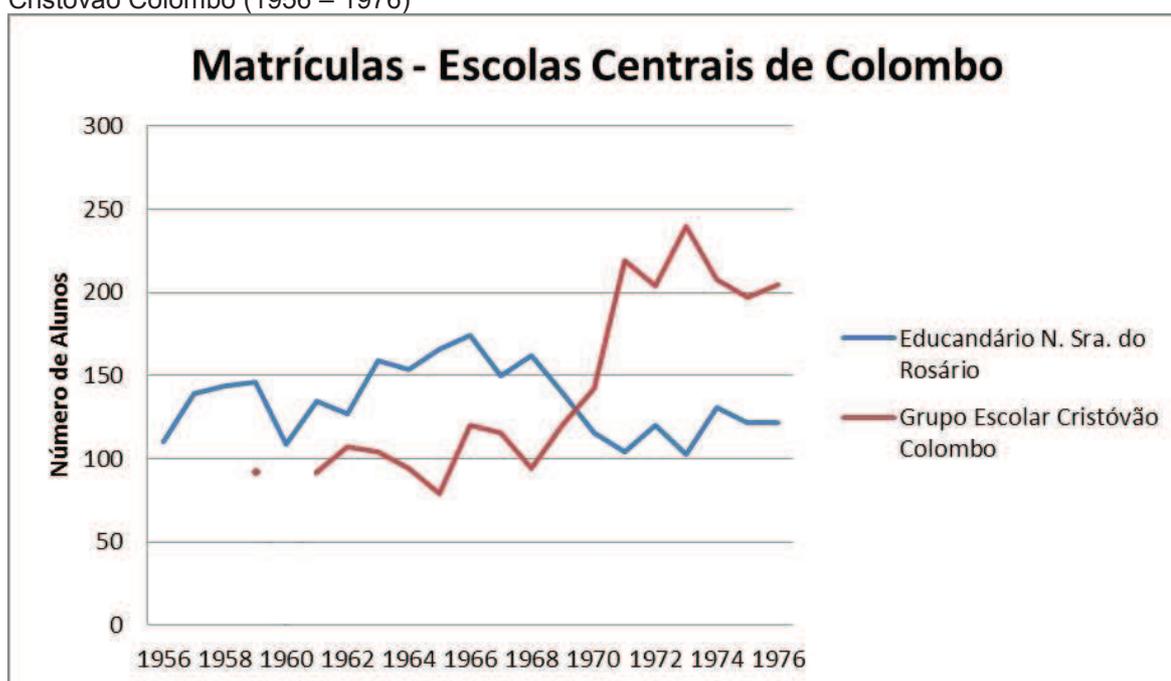
Já se tem dito que a educação primária é imprescindível ao desenvolvimento e, até, condição de sobrevivência nacional. O combate ao analfabetismo é, nos dias atuais, um desafio lançado à democracia brasileira. Vamos alfabetizar os nossos conterrâneos, ao mesmo tempo em que lhes devemos dar, dentro de um espírito democrata e cristão, uma formação cívica capaz de torna-los cidadãos mais úteis para o Paraná e para o Brasil. (PARANÁ, 1962, p. 11)

Nesse contexto, a cultura escolar depreendida nesta instituição tomava forma pela atuação das religiosas, pela presença dos Padres Passionistas e inserção em uma comunidade de descendência italiana/vêneta, que atendia boa parte da infância colombense central, educando-as “dentro de um espírito cristão” e voltadas para o trabalho.

Assim como no primeiro momento, a escola permaneceu no mesmo lugar, e continuou sendo vista como um símbolo para a cidade. Pode-se analisar a projeção espacial que esse estabelecimento de ensino tinha em Colombo e as relações que se desenvolviam nele, por meio da Igreja e da participação da comunidade. Isso é possível pela “sua área de catação e influência, aquela determinada pelas características e procedência geográfica e, portanto, social, de seus alunos” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 75).

Essa área de captação e influência permitiu que a instituição mantivesse uma média superior a 100 estudantes. A partir dos livros de matrículas e registros dos exames finais, foi possível determinar os números entre os anos de 1956 e 1976. Fez-se a comparação com a frequência do Grupo Escolar Cristóvão Colombo, criado em 1953, e alocado também no centro da cidade.

Gráfico 2 – Número de alunos do Educandário Nossa Senhora do Rosário e Grupo Escolar Cristóvão Colombo (1956 – 1976)



Fonte: Livro de Matrículas (PASSIONISTAS, 1957 – 1965), Livro de Matrículas (PASSIONISTAS, 1966 – 1972), Registro de Visitas e Exame Final (PASSIONISTAS, 1951 – 1976), Matrícula Geral 1-10 e 2-9 (COLOMBO, 1961 – 1967), Ata de Exames (COLOMBO, 1970 – 1975; COLOMBO, 1949 – 1959).

Pelo número de alunos, infere-se que a instituição ainda mantinha um grande prestígio na comunidade, tendo mais alunos que o Grupo Escolar, até a década de 1970. Além disso, mais do que o apoio dos Padres Passionistas e comunidade colombense, o Educandário Nossa Senhora do Rosário contou novamente com subsídios públicos para o seu funcionamento, uma vez que a prefeitura, em parceria com o Estado, mantinham algumas turmas nas quais poderia se estudar gratuitamente. O reflexo desse auxílio pode ser apreendido na diminuição do número de alunos no Grupo Escolar de Colombo durante as décadas de 1950 e 1960, uma vez que os pais poderiam optar por um ensino católico e gratuito (ou de baixo custo). Com isso, em um registro de visita da delegada Maria da Luz Cordeiro Xavier, no dia 20/11/1953, é colocado que:

É obrigação do Governo difundir o ensino e não dar professoras para aulas quase individuais, cujo custo seria acima da renda de qualquer Estado, assim raciocinando e verificando o número insignificante de alunos matriculados no Grupo Escolar, desta cidade, recentemente inaugurado, propus ao Snr. Secretário, a transferência das professoras e alunos para aquela Casa de Ensino. Com essa medida muito levará o ensino, neste município cujo prefeito o Snr. Vitorio Francheski é um grande esforçado da nobre causa da Instrução. (XAVIER, 1953, p. 7)

Esse registro pode ser entendido na perspectiva apontada por Faria Filho e Bertucci (2009, p. 12). Segundo os autores, a estruturação da escola

não age em um vazio cultural, mas em uma situação de grande densidade cultural, na qual as pessoas são produzidas e reconhecidas como sujeitos na e da cultura, ou seja, que nossas sociedades, antes mesmo da escola, produziram também modos de significar e reconhecer as “pessoas educadas” (da)naquelas sociedades, é preciso reconhecer, então, que o projeto educativo posto em ação na e pela escola entra em tensão com processos educativos já existentes.

O endosso das famílias pelo Educandário foi fundamental para a consolidação dessa instituição de ensino, considerada de maior prestígio e qualidade do que o Grupo Escolar, o que é visível pelo maior número de alunos que possuía, pelo menos, até a década de 1970. A experiência desses sujeitos foi fundamental para afirmar uma relação, sempre tensa, entre escola e família na cidade de Colombo, com inclinações para o privado em detrimento do público. Essa experiência “[...] surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p. 16).

Essas questões sobre a escola pública e privada estavam em debate no âmbito nacional. A escola pública, na segunda metade do século XX, ganhou ênfase nos ataques, principalmente por parte das instituições particulares, que em sua maioria ainda eram representadas pelas escolas confessionais. Dentre estas críticas, a Igreja se apoiava na defesa de escolha da família. Nesse cenário, em 1959, os mesmos renovadores que assinaram o “Manifesto dos Pioneiros”, em 1932, retornavam com o título “Mais uma vez convocados”. O novo manifesto seguia a

[...] fidelidade aos princípios liberais republicanos manifestada em 1932 e reafirmada com todas as letras em 1959, convertia toda a heterogeneidade

dos atores envolvidos com os manifestos, episodicamente diga-se logo, num único pensamento social devoto à defesa da escola pública. (FREITAS, 2011, p. 177)

A maior diferença entre os manifestos é que: “Diferentemente de 1932, o Manifesto de 1959 não se preocupou com questões pedagógico-didáticas”, a discussão era em torno da existência da escola pública; este manifesto não era contra o ensino privado, mas defendia que “as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial” (PANSIATO, 2013, p. 8). Pesava nessa discussão o fato de que o “objetivo do Manifesto era preservar a escola pública, definida como um dos mais poderosos fatores de assimilação e de desenvolvimento das instituições democráticas” (XAVIER, 2003, p. 243). Era a tentativa de se fazer um Estado público, minimamente separado das influências privadas, sobretudo da Igreja, fato que era histórico no Brasil, desde a Colônia, com as experiências portuguesas, demonstrado por Duarte (1939).

Nessas discussões sobre o ensino público e privado, a LDB de 1961 consumou uma maior autonomia para os setores educacionais, pois a lei permitia “a descentralização administrativa e didático-pedagógica das partes formadoras do sistema nacional de ensino”; além disso, a LDB previa a distribuição ao ensino privado (XAVIER, 2003, p. 244). Esse apoio compactua com

A ligação entre o direito à educação escolar e serviço público de caráter democrático terá a legislação como um de seus suportes. Uma vez invocado o poder do Estado como provedor daquele direito, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para intervir no domínio das desigualdades nascidas da distribuição desigual da riqueza, a lei pode permitir que esse serviço, por formas de controle legal, seja feito pela iniciativa privada. (CURY, 2005, p. 11)

As escolas privadas tinham a legislação ao seu lado, para a autonomia do trabalho pedagógico, bem como o financiamento público para o seu funcionamento. Essas turmas mantidas pelo Estado no Educandário podem ser observadas em um registro a respeito dos exames finais, em novembro de 1959, colocando-se que: “Dia 16 de novembro realizaram-se os exames finais das classes mantidas pelo estado neste Educandário (1^a, 2^a e 4^a série)” (PASSIONISTAS, 1959, p. 8).

A concessão de bolsas estava amparada pela legislação, uma vez que

O reconhecimento da educação pública como direito de todos justificou as possibilidades abertas pela concessão de bolsas de estudo mediante restituição regulamentada por lei, permitindo ao setor privado a possibilidade de expandir os negócios com o ensino, justificado pelo entendimento de que esse setor estaria arcando com uma responsabilidade que cabia ao setor público. (XAVIER, 2003, p. 244/245)

Porém, em Colombo, o Educandário Nossa Senhora do Rosário não estaria “arcando com uma responsabilidade” do poder público por conta de sua inexistência; o Grupo Escolar se fazia presente na cidade desde 1953, mas enquanto o Educandário conseguia subsídios públicos, a escolha da maioria das famílias era enviar os filhos à instituição católica. É registrado na Ata Histórica, que tal parceria começa a diminuir a partir de 1968, uma vez que:

Até 1968 mantivemos o curso Primário inteiramente gratuito (4 classes) em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura para assistência técnica. Todavia em 1969, não havendo o nº suficiente de religiosas nomeadas o convênio foi firmado apenas para 50 alunos (duas classes) pagando os demais a anuidade de Ncr# 72,00 em nove (9) parcelas de Ncr# 8,00. (PASSIONISTAS, 1968, p. 26)

Pelo gráfico 2, apresentado anteriormente com o número de alunos nas instituições, percebe-se uma pequena queda, a partir de 1969, quando tem-se a diminuição dos subsídios. Esse número de 50 matrículas gratuitas se manteve nos registros da década de 1970.

Além dos subsídios que mantinham alunos “grátis” e professores na escola, a esfera política local estava presente em festas realizadas no Educandário. Essa aproximação, fosse por subsídios educacionais ou participação em festas, possibilitou que, em 1959, a Prefeitura Municipal auxiliasse nas questões de infraestrutura para a casa das Irmãs, pois: “O Sr. Prefeito Municipal, Sr. Gabriel Anuncio Strapasson prontificou-se em oferecer pela prefeitura, os paralelepípedos necessários para o calçamento da entrada para carro” (PASSIONISTAS, 1959, p. 7/8).

Essa aproximação indica que

O homem público não existe, na vida política militante ou não, livre desses choques ou dessas contradições. Aquela esfera mínima que o Estado ocupa na comunidade nacional é, por sua vez, o espaço limitado de que dispõe para atender ao sentido e às funções da vida pública. Tem ele por isso os seus movimentos cerceados, como diminuída a projeção de sua força condutora, além de ignorar os contatos do povo, que ele não pode sentir esteja presente influenciando dessa ou daquela forma na sua carreira,

como no timbre e substância das idéias que formam a sua opinião e o seu sentimento público. Esta ausência de repercussão ou influência da coletividade ou da massa geral da comunhão, em si mesmo, acaba por fazê-lo um crente da ação pessoal, da iniciativa voluntária que ele a si próprio atribui, inclinando-o a conceber e a desejar ambientes de elite em que situa o seu mundo moral, o problema da cultura, como o da política que pensa e dirige uma nação. (DUARTE, 1939, p. 214/215)

Em Colombo, não seria uma elite, mas uma parte bastante expressiva de descendentes de italianos/vênnetos que se fazia ainda presente na região central da cidade, que por diferentes caminhos legitimava a Igreja, e como consequência a escola católica, pressionando para que esta recebesse subsídios públicos. Por essa aproximação entre política municipal e Irmãs Passionistas, infere-se que o Educandário não era apenas uma instituição de ensino, mas sim, estava imbricado na sociedade colombense, com os valores que esta gostaria de ter, demonstrar e transmitir. A parceria entre política local e educação católica perpassou os muros da escola, movimentando questões que iam além da infraestrutura desse estabelecimento de ensino. Buscava-se projetar para todo o município a cultura escolar que se colocava no Educandário. Como exemplo, tem-se a descrição de 11 de novembro de 1964, quando a Madre Geral visitou a Casa em Colombo: “Nessa visita a Revma Madre Geral deu como norma, maior intensificação do ensino de religião, principalmente nas escolas leigas, ficando estabelecido que as Irmãs terão a cadeira de religião no ginásio estadual” (PASSIONISTAS, 1964, p. 20). Com isso, em 1966:

No dia 19 de maio festa da Ascensão teve lugar no salão Paroquial uma reunião extraordinária para as professoras do Município, afim de incentivá-las a darem aulas de catecismo em suas respectivas escolas. Para tal fim foram convidadas algumas autoridades, entre as quais o Exmo Sr. Bispo Auxiliar de Curitiba, D. Jerônimo Mazarotto, Dr. Lauro de Rego Barros DD. Secretário de Educação e Irmã Zélia M. J. C. – Também estiveram presentes o Sr. Dr. Antônio Ferreira Ruppel D.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, o Inspetor do Ensino, a Inspetora Auxiliar de Ensino e a Diretora do Ginásio Estadual de Colombo e mais autoridades.” (PASSIONISTAS, 1966, p. 24)

Neste exemplo, denota-se o incentivo ao ensino religioso nas instituições escolares da cidade, mas tendo a participação de representantes católicos, especialmente, da congregação Passionista. Assim, o ensino proposto por esses sujeitos, não ficaria restrito a apenas uma instituição escolar, mas se faria presente em outros ambientes de ensino do município.

Por essa associação entre ensino religioso, atuação das Irmãs Passionistas, Igreja e escolas públicas, encontrou-se em 1975, no Grupo Escolar Cristóvão Colombo, uma passagem em Ata, que comenta a participação de 42 crianças do Grupo na celebração da Eucaristia. Para a formação dessas crianças, a escola contou com a atuação das professoras da instituição e de uma religiosa Passionista. A diretora do Grupo faz a seguinte passagem:

Foi uma festa realmente emocionante. As crianças viveram com devoção o Mistério da Eucaristia. Esperamos que festa igual se repita todos os anos, pois assim as crianças além de terem em sua educação, ensinamentos que os ajudarão a integrar-se na vida terão também ensinamentos de vida religiosa e cristã. (COLOMBO, 1975, p.37)

Ou seja, em um ambiente que, em tese, deveria se ter um ensino laico, fez-se a preparação de uma turma de crianças para a primeira eucarística, participando da festa e colocando-a em evidência social e histórica, ao ser registrada em Ata. Essa presença da Igreja Católica nas escolas públicas, no entanto, não é fato isolado da cidade de Colombo. É só mais um exemplo dessa relação simbiótica que se estabeleceu no Brasil entre Estado, Igreja, Educação e Sociedade.

Por ser uma escola pensada e administrada pela Igreja Católica, o Educandário jamais foi um espaço neutro, uma vez que “ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 64). Com isso, a preocupação com a religiosidade foi uma constante apresentada na Ata da Casa das Irmãs, refletida na formação e recrutamento de vocações, o que justifica o interesse e a insistência do Padre Ângelo em ter as Passionistas à frente da educação naquela cidade; desse modo, haveria mais chances de fortalecer a congregação pelas vocações ali formadas. Tal ideia não era infundada; como já citado no capítulo anterior, desde a chegada das Passionistas, até o primeiro momento dessas religiosas em Colombo, quase um terço das vocações da Congregação era de origem colombense. Consultando o registro de entrada (PASSIONISTAS, 1920), nota-se que com a saída das Passionistas de Colombo, a cidade continuou tendo vocações, e das 117 formações religiosas desta Congregação no Brasil, entre 1934 e 1950, 11 eram provindas dela. No retorno das Irmãs, em 1951, até o ano de 1969, em que se teve acesso aos registros, foram 38 vocações colombenses, de um total de 229 religiosas Passionistas formadas. A

partir da década de 1970, até 1978, foi localizada apenas uma vocação de Colombo, no livro “O Berço do Mundo” (AZEVEDO; D’AGOSTIN; FIORESE, 2006), que cita as biografias dos religiosos desse município. Os números apresentados resultam em mais de 70 vocações colombenses para as Irmãs Passionistas, da chegada das mesmas ao Brasil, até 1978.

Esses dados colocam o colégio e sua cultura escolar como um meio de condicionamento, a partir das experiências dos indivíduos, em que a ação humana se faz em um contexto cultural, que lhe garante sentido; “toda ação humana é ‘condicionada’ (e não determinada em última instância) pela estrutura social na qual ocorre” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p. 13). As raízes vênetas de católicos fervorosos eram refletidas nos muitos religiosos de origem colombense. Essa era uma prática comum nas famílias dos imigrantes. Segundo Mocellin e Mincato (2007) havia uma forte influência familiar em relação ao destino dos filhos:

Quanto às estratégias de reprodução da família camponesa, a literatura mostra que o destino de cada filho dentro da família não passava por uma escolha individual, mas por uma decisão familiar. Era costume das famílias mandarem um ou dois filhos para o seminário. Um padre na família representava uma graça de Deus, uma forma de continuar os estudos, e uma das alternativas dentre as estratégias de reprodução social. (MOCELLIN; MINCATO, 2007, p. 212)

A Igreja sempre contou com a família, para a legitimação do seu campo de influência perante a sociedade brasileira, que, no caso de Colombo, reverberava nas vocações, na autoridade do Educandário e em uma cultura escolar, que ressonava em outras instituições da sede da cidade. Ainda destacando as pesquisas de Mocellin e Mincato (2007), os mesmos atentam para o papel da Igreja: “observamos localmente o incentivo às vocações como estratégias da Igreja católica para aumentar sua influência na sociedade. O incentivo às vocações era dado nas paróquias das zonas urbana e rural” (MOCELLIN; MINCATO, 2007, p. 212). Com a identificação católica dos colombenses e as vocações, a Congregação das Irmãs Passionistas pode não apenas continuar trabalhando nos setores sociais, que foi seu primeiro ramo de atuação no Brasil, mas também aumentar a frente do setor educacional, visto pela Igreja como um campo importante para manter a sua influência.

Talvez pelo grande número de vocações ou no intuito de angariar mais, em 1957, é criado, no Colégio, um Juvenato⁴⁴, que funcionou até o ano de 1969, e sua reabertura se deu em janeiro de 1978. Percebe-se que além da educação primária, as Irmãs seriam responsáveis pela formação dos futuros religiosos Passionistas. Este Juvenato também foi destacado no Resumo Histórico da Província da Curitiba, citando que:

O local, tanto pela localização da casa, quanto pela vida espiritual e apostólica e, especialmente, pelo grande número de vocações que se apresentava, tornou-se lugar ideal para a formação das Juvenistas. [...] O ponto alto, desde o início da fundação do Educandário, foi não só a educação, como também a formação dos pequenos seminaristas e de uma maneira especial, o Apostolado. (PASSIONISTAS, 1989, p. 88)

O grande número de religiosos Passionistas, formados em Colombo ou que circularam por esta cidade, aparece em diversos registros da Ata, todas mencionando inúmeras comemorações da Congregação, que ocorreram no município. É possível demarcar uma relação imbricada entre cultura escolar e as culturas produzidas pelas experiências da comunidade em Colombo, marcadas pelas festas, sobretudo as religiosas. Essas práticas demonstram que,

As comemorações e esquecimentos, as escolhas feitas e como executá-las constituem toda uma apropriação do passado com um sentido determinado. Não se comemora porque sim ou em abstrato, mas a partir de um espaço e um tempo específicos e com vista e propósitos identificáveis. Isto, implica uma certa visão dos processos e eventos históricos e não outra. Por um lado, o comemorado se considera digno de tal; quer pelo caráter positivo e benéfico ou caráter simbólico ou exemplar se foi realizado por membros do grupo que comemora, bem por execrável se foi feito por membros de outro grupo que se opõe àquele que lembra⁴⁵. (VIÑAO FRAGO, 2011, p. 38)

Ou seja, buscava-se enfatizar aquilo que era importante para o grupo e essas escolhas tinham as referências de visão de uma congregação. Comemorava-se o que era positivo, o que rememorava uma identificação daqueles sujeitos, para se ter

⁴⁴ O Juvenato se refere a um estabelecimento onde decorrem estudos para a formação religiosa na Congregação.

⁴⁵“Las conmemoraciones y olvidos, las opciones tomadas y la manera de efectuarlas constituyen toda una apropiación del pasado con un sentido determinado. No se conmemora porque sí ni en abstracto, sino desde un espacio y un tiempo concretos y con unas miras y unos propósitos identificables. Ello implica una determinada visión de los procesos y acontecimientos históricos y no otra. Por de pronto lo conmemorado se considera digno de tal; bien por positivo y beneficioso o por su carácter simbólico o ejemplar si fue efectuado por miembros del grupo que conmemora, bien por execrable si fue realizado por miembros de otro grupo contrapuesto a aquel que rememora”.

a participação deles. Nessas comemorações, um exemplo foi a celebração do jubileu de ouro do Padre Alberto⁴⁶, em setembro de 1957: “Foi uma festa grandiosa e bela que movimentou a cidade e a Congregação Passionista” (PASSIONISTAS, 1957, p. 4). Percebe-se a abertura da escola, em comemorações e festas, que movimentavam a comunidade como um todo, valorizando atividades culturais, além do ler e escrever. Essas mesmas atividades são destacadas em outra cerimônia, com a visita do bispo auxiliar de Curitiba, em Colombo. Na recepção ao bispo: “Foram apresentados numeros interessantes, as camponesinhas, o coração eucarístico, o Hino Pontficio” (PASSIONISTAS, 1957, p. 4).

Nessas apresentações, apreendem-se algumas referências culturais, ligadas a religiosidade e ao campo, uma das características identitárias destes imigrantes. Outros números que foram apresentados estavam relacionados com a musicalidade, como por exemplo, em 1963, quando se tem registrada a visita da Madre Geral Passionista, Irmã Tomazina Bontorin, natural de Colombo. Para essa cerimônia, foi feita uma festa no Educandário, contando com a presença de familiares da Madre. Após um jantar, houve uma apresentação, com os seguintes números:

Saudação – Côro pelas alunas e moças. Alegoria – Três anjos representando respetivamente: a Igreja, Colombo e a Vocação religiosa. Palestra [...] moradores celestes apreciando aqui em Colombo a visita da Revma. Madre Geral. Entrega do Ramalhete espiritual e de flores. Palminhas – pelas alunas pequeninas. Loja do Mestre André. Estrêlas. Orfeons: Mais – Barcarola – Dorme, dorme – Uiapuri. (PASSIONISTAS, 1963, p. 14)

Mesmo tendo somente a citação das apresentações, acredita-se que o número musical Barcarola, tenha referência aos gondoleiros de Veneza, trazendo a representação de um aspecto cultural, da região do Vêneto. Outra questão interessante, além dos números musicais, é a representação feita, a partir de três anjos, indicando a Igreja, Colombo e as Vocações; essa representação demonstra a ligação entre a Congregação Passionista e o município de Colombo, com suas várias vocações e religiosidade.

Outra memória da religiosidade colombense, datada de 1963, foi quando se comemorou o 50º aniversário do falecimento do Padre Francisco Bonato, primeiro vigário na Paróquia de Colombo:

⁴⁶ Padre Alberto foi um dos responsáveis pela vinda das Passionistas, em 1927, para Colombo.

A festa como se pode imagina foi essencialmente religiosa. Constou de uma concentração dos fieis de tôdas as Capelas pertencentes à Paróquia; Comunhão geral. Os alunos de todos os estabelecimentos escolares apresentaram-se uniformizados dando realce às comemorações. (PASSIONISTAS, 1963, p. 15)

No trecho citado, percebe-se a participação de outras instituições de ensino na comemoração, mesmo sendo esta uma celebração religiosa. Tal fato se repete no ano de 1975, quando em comemoração ao Bi-Centenário da morte do fundador da Congregação Passionista (masculina). Ou seja, mesmo que o aluno não estudasse no Educandário, ele tinha contato com uma educação católica, seja através das aulas de religião ou pelas celebrações na cidade.

Em documentos do Grupo Escolar Cristóvão Colombo, pode-se constatar que era comum a junção das três instituições de ensino centrais da cidade (Grupo Escolar, Ginásio e Educandário) para realizações cívicas, comemorações religiosas ou outros eventos, como em maio de 1968, em que essas instituições “reuniram-se no Grupo Escolar ‘Cristóvão Colombo’” e se dirigiram “à Igreja Paroquial. Onde tivemos Missa Campal em homenagem ao Dia das Mães” (COLOMBO, 1968, p. 27).

Em meio a diversas comemorações religiosas, registrou-se, em 1976, o festejo dos 25 anos do retorno das Passionistas a Colombo. Essa passagem foi demonstrada também no jornal “Folha Agrícola de Colombo”, uma das vias de comunicação impressa do município, no dia 14 de fevereiro de 1976, que fez uma breve descrição do surgimento do Colégio Santo Antonio, até o retorno das Passionistas, que estavam comemorando bodas de prata, na instituição. A matéria cita a atuação das Irmãs, em Colombo, convidando a comunidade para uma missa solene:

Hoje, ao comemorar seu Jubileu de Prata, o EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO tem se dedicado aos mais diversos trabalhos, como:

- Aulas às quatro séries primárias;
- Catequese, com Primeira Comunhões;
- Aulas de Música;
- Ensino de Datilografia, etc.

Além disso, três Irmãs dedicam-se à assistência hospitalar.

É justo que se agradeça nestes 25 anos de trabalho.

Comemorando este fato, haverá uma Santa Missa às 17h30m, da tarde de 28 de fevereiro corrente, para a qual são convidados especialmente, os pais, alunos e ex-alunos que por aqui passaram. (FOLHA AGRÍCOLA, 1976, s. p.)

A missa também é registrada na Ata da Casa das Irmãs:

- [...] no dia 28 de fevereiro foi celebrada a Santa Missa comemorativa, com a presença de um bom número de ex-alunos, onde teve a entrega de um chaveiro alusivo a data e após uma confraternização no Colégio com alguns convidados. Após o coquetel o Prefeito Dr. Riolando Franzolino tomou a palavra onde relembrou o tempo de outrora onde as Irmãs preparavam comida e levava-lhe até o posto. Externou os sinceros agradecimentos pela dedicação e o serviço que vem prestando à comunidade.
- Após tomou a palavra o vice-prefeito Pedro Guarise dando os cumprimentos pela data festiva e fez a entrega solene de dois crucifixos para serem colocados um em cada sala de aula. (PASSIONISTAS, 1976, p. 43)

Na festividade do Jubileu de Prata, da presença das Irmãs no Educandário, procurou-se demarcar a atuação dessas religiosas em diversos ramos em Colombo, como a escola, catequese e hospital, conforme o registro do jornal local. Esse trabalho acontecia com a parceria entre Igreja, comunidade e Prefeitura, que estiveram presentes nas comemorações.

Essas memórias podem ser consideradas “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). O Educandário em Colombo pode ser classificado como um espaço de sociabilidade, com festividades que envolviam toda a comunidade civil, religiosa e a política local, conforme os registros na Ata da Casa das Irmãs, documentos do Grupo Escolar e jornal local; sendo estas ações pautadas nas características vênetas, como a cultura campesina, em conjunto, com o catolicismo; porém, neste segundo momento, podem-se denotar alguns elementos específicos da cultura italiana, que as Irmãs buscaram marcar na cultura escolar Passionista, através de músicas típicas, por exemplo.

A respeito dos materiais didáticos que circularam no Educadário, em entrevistas com uma religiosa que lecionou no Colégio e uma ex-aluna, juntamente com um levantamento dos materiais que esses sujeitos ainda possuíam, chegou-se a alguns livros que circularam no Educandário, dentre esses: a cartilha de alfabetização Caminho Suave, os livros de leitura da Coleção Sodré (1º, 2º e 3º) e um livro multidisciplinar chamado Minha Terra⁴⁷. Novamente, tem-se a utilização de livros de leitura no Colégio; a circulação desse tipo de material é ainda comum, pois

⁴⁷ Entrevistas com: Petroski, em 02/10/2015 e Lovato, em 09/10/2015.

se pode “considerar as seis primeiras décadas do século XX como o período predominantemente representado na coleção de livros de leitura” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 30).

Sobre a cartilha, o método de alfabetização da “Caminho Suave”, que utiliza a associação de sílabas a figuras, é descrito em um relatório de visita da Delegada de Ensino, Maria da Luz Cordeiro Xavier. No mesmo termo de visita, também se encontra uma breve descrição sobre o ensino da geografia, destacando o patriotismo:

Examinei os alunos nas matérias do 4º ano de acordo com o programa vigente, obtendo ótima impressão. O mapa do Brasil, desenhado no quadro negro, ofereceu-me o ensejo para a arguição dessa matéria que é de capital importância, pois a geografia na sua fase elementar, é um dos meios de que a escola dispõe para a cultura do sentimento de patriotismo. [...] Na classe do 1º ano, adota a professora o método de alfabetização vídeo-visual; completam e acompanham a excelente cartilha quadros coloridos e mui sugestivos [...]. (XAVIER, 1951, p. 2)

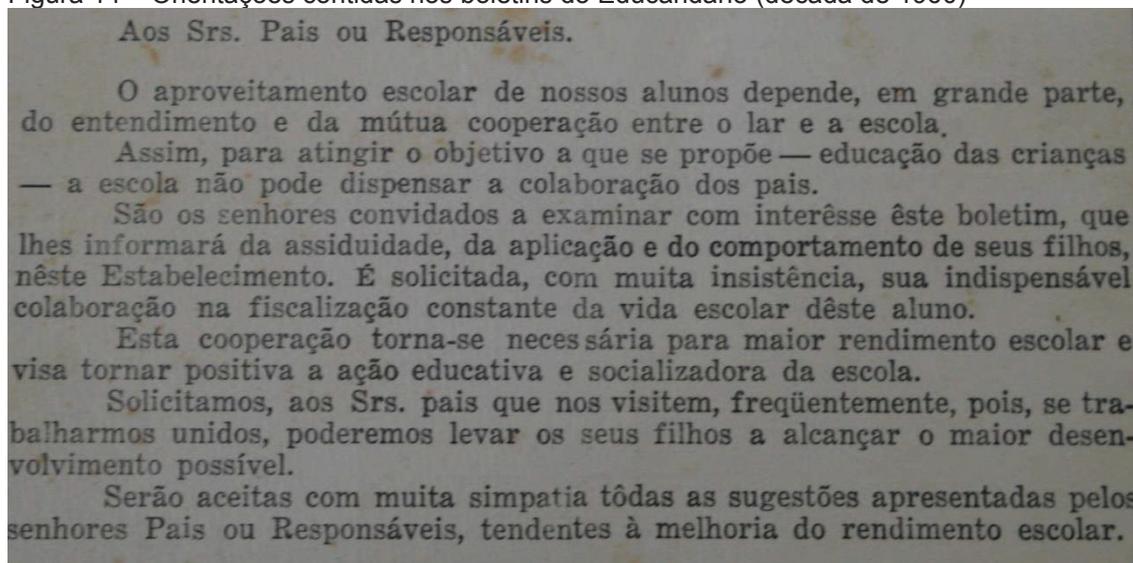
Ainda no relatório de Maria da Luz Cordeiro Xavier, a Delegada coloca que:

É pensamento da Irmã Diretora fundar diversas “Associações Escolares”. Meus aplausos a essa iniciativa, pois não é possível realizar um plano de educação integral, sem entendimento contínuo e sistemático entre os professores e os pais dos alunos. Todo o esforço educativo se anularia ou se reduziria, nos seus efeitos, se a escola se desinteressasse pelo meio social em que o aluno vive a maior parte de sua vida. (XAVIER, 1951, p. 2)

Essa relação entre pais, comunidade e Educandário, ressalta a preocupação em expandir a cultura escolar dessa instituição, para o meio social, aos quais os alunos pertenciam e traziam suas experiências. Desta maneira, a instituição ampliaria sua esfera de atuação, reforçando os seus valores para além dos muros da escola. Essa relação mais estreita entre família-escola serviria também como apoio à legitimação dos ideais católicos, que o Educandário procurava manter. “Em fins da década de 1950, a definição das funções da família, da Igreja e do Estado na esfera educacional constitui um dos eixos em torno do qual o conflito entre público e privado se desenvolveu” (XAVIER, 2003, p. 243). Ou seja, manter a família em proximidade como uma estratégia de legitimação, é colocá-la a serviço da causa católica e corroborar com a forma do ensino privado. Entre essas práticas pelas quais a Igreja buscava adentrar o universo da vida privada, encontrou-se nos boletins do Educandário (figura 14), a orientação que o Colégio dava para a família,

buscando associar a união entre educação escolar e educação familiar na formação dos educandos.

Figura 14 – Orientações contidas nos boletins do Educandário (década de 1960)



Fonte: Acervo da família Costa.

A partir da década de 1970, tem-se outras vias para oferecer uma formação mais específica aos pais dos educandos, como se pode observar no anúncio do ano de 1973: “Iniciou-se dia 27 de maio o curso de ‘Escola de Pais’⁴⁸, com a participação dos pais do Colégio, Grupo Escolar e algumas escolas Isoladas. O curso é ministrado por dirigentes especializados de Curitiba” (PASSIONISTAS, 1973, p. 35).

Essa aproximação foi ainda mais acentuada, em 1975, quando:

No dia 3 de março as crianças voltaram às aulas para mais um ano letivo, com a vinda de duas professoras para auxiliar as Irmãs. E uma vez por mes, uma cursilhistã dá palestras aos pais, assim eles podem acompanhar

⁴⁸ Infere-se que esse curso esteve associado ao movimento da Escola de Pais, que nasceu em São Paulo, no ano de 1963, por fazer parte de uma ação ancorada em bases católicas e que se espalhou por todo o Brasil. Tal movimento contou com o apoio de religiosos e intelectuais da Igreja, em conjunto com casais, preocupados em oferecer uma educação familiar, para auxiliar os pais na educação dos filhos. A primeira formação do movimento, contou com a liderança de Madre Irgnes de Jesus, Pe. Corbeil, Maria Junqueira Schmidt e o casal Alzira e Antonio Lopes. Embora os fundadores fossem católicos, o movimento acolheu casais de todas as religiões. No ano de 1964 é criada a segunda seccional da Escola de Pais, em Curitiba. Em 1966, a entidade teve algumas alterações no seu funcionamento, tendo o nome alterado para Escola de Pais Nacional, e criou um Conselho Consultivo que mais tarde se tornou um Conselho de Educadores, composto por profissionais dessa área, para orientações psicopedagógicas, sendo formado inicialmente por Maria Junqueira Schmidt, madre Cristina Maria, Terezinha Fran, Consuelo Soares Neto, Pe. Huylo Quintanilha, Pe. Paul Eugène- Charbonneau e os casais: Oswaldo de Barros, Luiz Arrobas Martins, Odilon de Melo Franco, Joaquim Souza Campos e Hain Gruspun. Em 1976 houve novas reformulações no movimento, passando a ser conhecidos até hoje como Escola de Pais do Brasil. (ESCOLA DE PAIS DO BRASIL, 2016)

os filhos durante o ano letivo. Isto será mais um incentivo para os pais que desejam o bom andamento de seus filhos no tempo em que estão recebendo ensinamentos culturais. (PASSIONISTAS, 1975, p. 38)

Nessa interação entre escola e comunidade, além da aproximação com os pais e as comemorações religiosas, uma das festas mais tradicionais de Colombo contou com a colaboração do Educandário: a Festa da Uva⁴⁹, que teve seu início no ano de 1959, pela iniciativa da Igreja, como forma de preservação e benefício aos agricultores dessa cidade, resquícios dos costumes campesinos vênnetos, cultivados desde 1878, na antiga colônia. Essa iniciativa da Paróquia é descrita no Livro Tombo da Igreja:

A ideia teve-a o Pe. Vigário há menos de um mes da data de sua realização. Expoz êle sua ideia às autoridades e pessoas influentes do município. Gemiam uns pelo fracasso; outros se mantinham neutros; bem poucos se mostraram entusiastas, mesmo entre os produtores de uva. O Pe. Vigário, porém, firme em seu plano, começou a articular as forças todas para o certame. E foi assim que no domingo 18 de janeiro de 1959 se realizou brilhantemente a 1ª Festa da Uva de Colombo, sob o patrocínio da excelsa padroeira da paróquia Nossa Senhora do Rosário. (LIVRO TOMBO, 1959, p. 70/71)

Destacou-se o grande número de participantes no festejo, que foi divulgado em diversos jornais do Estado, principalmente pelo fato de ter sido a primeira festa da uva no Paraná. A descrição feita no Livro Tombo enfatiza que essa ação só foi possível pela insistência da Igreja:

Aqui fica, pois, consignado, a bem da verdade, para o futuro, quando a festa da uva de Colombo passará a ter um âmbito não só municipal, e estadual, mas até mesmo nacional como com certeza assim será, que a inspiração e a instituição dela foi só e exclusiva da Igreja e da Paróquia. (LIVRO TOMBO, 1959, p. 71)

Dessa forma, pelos aspectos culturais e importância que esta festa tomou, as suas primeiras impressões foram descritas pelo jornal Diário do Paraná, no dia 21 de janeiro de 1959:

De qualquer forma, sente-se no caso da Festa da Uva que os interesses propagandísticos de um setor do comercio e da indústria se integram, de maneira bastante clara, num mesmo campo de aspirações visado pelo turismo. Há além disso, a considerar os elementos de cultura que podem

⁴⁹ No ano de 2016 aconteceu a edição de número 53 da Festa.

ser ativados no incentivo [...] folclore das colheitas e das semeaduras. Assim, os objetivos econômicos da promoção não se esquivam dos valores turísticos e culturais que lhe são inerentes. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1959, s. p.)

Com isso, o interesse inicial da Igreja na festa, pelos valores católicos e camponeses, tomaram também características turísticas e econômicas, para o desenvolvimento da cidade, produzindo uma representação cultural que associava uva, vinho e descendentes italianos a Colombo. No século XIX, os imigrantes da antiga colônia se uniram por uma origem de uma região pontual, mas com o processo, essas relações se transformaram em uma identidade construída pela diferenciação através da cultura e do contato com o outro, identificando-se no Brasil, quase um século depois de aqui chegarem, como italianos:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm tanto a ver com a *invenção* da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como “o mesmo que se transforma” (Gilroy, 1994). (HALL, 2000, p. 108/109)

A cultura – inventada – estava sendo posta para fins econômicos e políticos. Por ser um evento planejado pela Igreja, composta pelos Padres Passionistas, encontrou-se um registro na Ata da Casa das Irmãs, sobre a segunda edição da festa, em janeiro de 1960, em que as religiosas colaboraram com esta iniciativa:

Iniciada, ou antes, experimentada no ano de 1959, em 1960, no último domingo de janeiro realizou-se a 2ª festa da uva em Colombo. Sendo uma iniciativa da Igreja e levada avante pela Igreja, o Educandário que é uma autêntica escola paroquial, não pode deixar de tomar parte ativa nessa festa. Assim, em intensa atividade, todas as cestas para a exposição foram preparadas pelas Irmãs. Foram 2 dias de trabalho árduo mas que deixou antegozar a alegria de fazendo um benefício visando o desenvolvimento financeiro dos agricultores de Colombo, ajudamos a elevar o seu conceito a respeito da uva e assim firmar a característica do município. (PASSIONISTAS, 1960, p. 9)

Essas características que as Irmãs visavam firmar fazem alusão ao trabalho no campo, comum entre as famílias colombenses, que muitas vezes contavam com

a participação dos filhos, que, por sua vez, estudavam no Educandário. Era uma festa particular, criada pela Igreja, que teve o apoio, para o seu desenvolvimento, do Educandário e da Prefeitura, na tentativa de caracterização de uma identidade na comunidade. Com esse evento, a Igreja demarcava seu local em uma ambiência religiosa, de experiências étnicas católicas, tendo o auxílio das Irmãs; e a Prefeitura se utilizava dessa característica, para um movimento econômico e político. Em um estudo sobre a instituição de uma identidade italiana entre os imigrantes na região Sul, Falcão (2005) atenta para o movimento dessas manifestações culturais, na marcação de uma identidade, a partir de festas desse estilo,

Além disso, esta região vem sendo palco de manifestações recorrentes que visam instituir perfis identitários para cidades (onde instituições públicas e privadas investem fortemente na indústria do turismo e do lazer mediante festas “típicas” ou “folclóricas”), para grupos sociais (cujos componentes procuram se definir como “açorianos”, “alemães”, “italianos”, ou ainda “trentino-italianos” nascidos no Brasil), ou para movimentos culturais e mesmo articulações políticas de âmbito regional. (FALCÃO, 2005, p. 56)

Os princípios cristãos dessa população, aliados a uma identidade étnica, traziam características para projetar a cidade. Geralmente observa-se o poder privado buscando benefícios públicos para o seu desenvolvimento; no caso da festa da uva, há duas vias, uma em que um setor privado cria um evento, e outra em que a Prefeitura se apoia nele para o desenvolvimento de setores econômicos e caracterização da cidade. O jornal Diário do Paraná, no ano de 1977, traz que: “Embora ainda não seja uma festa oficial dentro do calendário da Prefeitura Municipal de Colombo, a participação do poder público já é quase obrigatória, pois além de dar condições aos seus agricultores, projeta a cidade” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1977, p. 3).

Nessas características culturais, ressalta-se o interesse por parte dessas religiosas, em valorizar as experiências dos educandos e professoras/religiosas descendentes, que estavam presentes na escola. Inclusive, o Colégio mantinha uma horta, que segundo Petroski (2015) – professora da instituição –, os alunos chegavam a ensinar as religiosas sobre o cultivo na mesma. Dentre os plantios do município naquela época, destacam-se a uva e o milho, que são os ingredientes principais para a fabricação do vinho e o feitiço da polenta, um hábito trazido das terras italianas/vênetas, que atravessavam o dia-a-dia e o trabalho/produção dessa sociedade.

Durante a década de 1960 e 1970, encontraram-se outros registros da participação das Irmãs Passionistas, na Festa da Uva. A partir da década de 1970, motivadas pelo contexto da ditadura militar, outros eventos que também passam a ser marcantes no Colégio, são os desfiles cívicos. O primeiro registro data do ano de 1972. Sobre o ano de 1976, tem-se que

Em preparação à Semana da Pátria, os estudantes de Colombo e o Colegio está em fase de preparação, ensaiando com afinco a fanfarra, as comemorações que precedem a Semana, bem como a chegada do fogo simbólico no dia 6 de setembro em Colombo, com o solene juramento daqueles que por um motivo ou outro não foram escolhidos para servir a pátria. (PASSIONISTAS, 1976, p. 44)

Em entrevista com os alunos Mottin (2015), Lovato (2015) e Strapasson (2015), foram recorrentes a fala sobre a participação nos desfiles cívicos, sempre indicando, com orgulho, que o Colégio era responsável pela fanfarra municipal.

No setor escolar essas práticas de civismo foram reforçadas por disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC), que reverberavam em desfiles, diante da sociedade.

O objetivo desta disciplina era fortalecer a unidade nacional por meio do culto aos símbolos, tradições e vultos nacionais. Além disso, por meio da disciplina os estudantes seriam estimulados a obedecer às leis, a trabalhar pelo futuro da nação e desenvolver a moral baseada nos pressupostos da religião. (PLÁCIDO, 2014, p. 2)

A educação era colocada como uma prática para legitimação do golpe; os desfiles eram medidas para inculcar na população os preceitos do regime, em que se utilizavam da escola para uma aparição em comunidade. Neste sentido, a Igreja se aproxima desse civismo, pois a “religião católica tinha a responsabilidade de estimular e desenvolver nos estudantes o caráter e a moral, características imprescindíveis para o cidadão ideal para o futuro do Brasil” (PLÁCIDO, 2014, p. 13).

No conjunto das lembranças guardadas por esses alunos, como também nas memórias do Colégio, são comuns as fotos dos desfiles; estas “festas escolares permitiam a interação não apenas dos estudantes, mas de toda a comunidade a partir e de dentro da escola como centro formativo à vida pública” (CIAMPI; GODOY, 2013, p. 8). Ainda na Semana da Pátria, em 1976, coloca-se que:

Após ensaios, conforme foi estipulado a data do desfile, este se realizou no dia 6 de setembro. Fizeram parte alunos do Município e do Educandário. O nosso colégio abriu o desfile com a abertura levando o slogan da frase nacional: “Este é um país que vai prá frente”. (PASSIONISTAS, 1976, p. 44)

No acervo iconográfico do Colégio, foi possível encontrar um registro desse momento:

Figura 15 – Desfile Cívico (1976)



Fonte: Acervo iconográfico do Colégio Passionista Nossa Senhora do Rosário.

Porém, desses desfiles, o que mais chamou atenção, foi o do ano de 1978,

-Nossa escola movimentou-se em grande atividade na preparação do desfile cívico em comemorações a Semana da Pátria, que se deu no dia 3 de setembro. Nesta oportunidade foi salientado o Centenário da Imigração Italiana a quem Colombo deve tanto, pois foram laboriosos, que implantaram neste solo a semente da colonização que conserva ainda hoje tantos de seus costumes e peculiaridades. Não só nossa escola homenageou com sua alegoria apresentando um grupo com as bandeiras brasileira e italiana, trajes típicos do Vêneto, Lácio, Nápoles e Florença⁵⁰, ainda, uma carrocinha dos primeiros tempos dirigida pelo Senhor Angelo, digo Joanin Lovato, descendente dos 1^{os} imigrantes, mas também todas as escolas homenagearam a data com temas alusivos ao centenário.

⁵⁰ Nas representações desses locais em específico, acredita-se que a referência ao Vêneto seja pela descendência das famílias colombenses, a Lácio por ser o berço de origem dos Passionistas e a Florença por indicar o início das atividades das Irmãs Passionistas.

- Foi uma linda festa que nem a neblina não fez diminuir o entusiasmo dos participantes. (PASSIONISTAS, 1978, p. 49)

Abaixo, segue o registro desse momento:

Figura 16 – Desfile Cívico (1978)



Fonte: Acervo iconográfico do Colégio Passionista Nossa Senhora do Rosário.

Por este desfile, fez-se o recorte desta pesquisa no ano de 1978, na comemoração do centenário da imigração italiana em Colombo. Inicialmente, em 1927, poucas foram as referências italianas encontradas, na atuação dessas religiosas; o destaque ficou por conta dos costumes campestres e da religiosidade, principalmente pelo grande número de vocações Passionistas nesse período. No segundo momento das Irmãs, em Colombo, essas práticas se mantêm, porém, mais do que os costumes vênnetos, algumas ações desenvolvidas no Colégio, são denominadas italianas, seja através da música, que provavelmente nunca foi ouvida por esses imigrantes na Itália e seus filhos e/ou netos passaram a ter contato na escola, seja por uma festa que tentava projetar o município como o símbolo da uva e da italianidade no Estado do Paraná, ou até mesmo a comemoração de uma imigração, marcando um vínculo de pertencimento à pátria do outro lado do Atlântico, que não foi trazido pelos primeiros imigrantes que aqui adentraram.

Importante ressaltar que se encontrou um documento, em que para este desfile, o Grupo Escolar Cristóvão Colombo enviou um convite para a participação do Educandário Nossa Senhora do Rosário:

Em virtude da passagem do CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA no Município de Colombo no mês vindouro, vimos pelo presente convidá-la a participar dos festejos alusivos ao mesmo, acompanhando o Grupo Escolar Cristóvão Colombo, em desfile comemorativo no dia 03 de setembro de 1978, às 9 horas, na sede deste Município. (COLOMBO, 1978a, s. p.)

Não se sabe quem organizou tal desfile, se foi uma organização da Prefeitura, Igreja ou do setor educacional, porém, conforme já registrado, teve-se a participação do Educandário, representando as regiões dos antigos imigrantes, como também se verificou um registro do Grupo Escolar convidando as Irmãs para o desfile. Porém, analisando as Atas sobre as comemorações em que o Grupo Escolar Cristóvão Colombo participou, denota-se que nesse evento são descritas apenas as apresentações dos alunos do Grupo, através de declamações de poemas ou desfile com menção ao nacional, não citando qualquer referência à imigração, mesmo sendo este o motivo pelo qual enviou um convite para algumas religiosas Passionistas (COLOMBO, 1978b).

Sendo o Educandário um dos responsáveis por fazer alusão aos imigrantes, no desfile de 1978, apreende-se que nessa nova fase Passionista em Colombo, além do trabalho escolar e religioso na comunidade, tem-se a construção de pertencimento à descendência italiana, influenciando na identidade colombense que ia se moldando. Isso foi possível, pois “pensar a cultura escolar é pensar também as formas como os sujeitos escolares se apropriaram das tradições, das culturas na quais estavam imersos nos diversos momentos da história do processo de escolarização” (FARIA FILHO, 2001, p. 254).

Outras representações desta cultura encontradas no colégio foram a partir da fala da ex-aluna Lovato, que estudou no Educandário entre os anos de 1951 e 1956. Um destaque nas lembranças dela foram os elementos que referenciavam a cultura italiana, pelo viés religioso. Segundo a ex-aluna, as Irmãs mencionavam sobre este país:

Comentavam, porque inclusive elas eram descendentes de italianos, eram filhas italianas, eram netas, assim... A Irmã Filipina era filha de italiano, a Irmã Filomena também, pai tinha vindo da Itália, então, se falava alguma

coisa, mais acho que direcionada, [...] falando sobre o Papa, dai dizia né, da Itália, coisas assim... (LOVATO, 2015)

Outras referências italianas, destacadas por Lovato, foram as apresentações culturais: “Sempre tinha dança, ali que acho que entrava mais a dança italiana, a tarantela, *la campagnola bella*, que eu me lembro que foi cantado e dançado” (LOVATO, 2015). Nessas memórias à Itália, estabelece-se uma identificação baseada em projeções que os filhos dos imigrantes colocavam sobre a pátria de seus antepassados, pátria que foi caracterizada ao chegarem ao Brasil, e construída possivelmente aqui a noção de pertencimento étnico que não foi trazida em 1878,

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1991, p. 201)

Porém, essa talvez fosse uma memória herdada em “uma imagem do que gostaríamos de ter sido, imagem obsessiva que nega as alterações e a perda, ou imagem alucinada da beleza do morto, construída a partir de arquivos, traços, monumentos, objetos, relíquias, ruínas e vestígios” (CANDAU, 2001, p. 18). Nesse processo de produção de uma identidade, percebe-se que a cada nova geração, a mesma vai se moldando, em um “complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento” (CANDAU, 2001, p. 106).

Na organização da cultura escolar Passionista, tem-se uma instituição produtora de sujeitos, uma vez que “apesar de considerar a importância da escola como instituição relacionada à transmissão cultural”, cabe “ênfaticamente que a escola cumpre um papel fundamental na organização social da cultura” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p. 15).

Essa identificação com o ser italiano foi um processo comum, nas colônias de imigrantes, na década de 1970, em comemoração ao centenário da imigração:

De acordo com isto, torna-se imprescindível refletir sobre os percursos através dos quais um modo de formação e educação bastante singular favoreceu uma mentalidade que tornou possível e legítimo, para descendentes de imigrantes europeus do século XIX, descobrir-se italiano no Brasil passadas três ou quatro gerações, dando margem a tentativas de resgatar, o que se supõe a verdadeira cultura dos ancestrais [...]. Mais ainda, importa conhecer os motivos e os meios que induzem milhares de

indivíduos, mobilizados por tais imagens, a transitarem de tiroleses, vênets, lombardos etc., para italianos [...]. (FALCÃO, 2005, p. 66/67)

Na provocação de Falcão (2005), sobre a identificação com o ser italiano, tomando o caso de Colombo, podem-se associar as questões de diferenciações, impostas pelas características étnicas, que teve o apoio da Igreja, e conseqüentemente da escola católica, que era um braço da Igreja. Essa comemoração talvez possa ser colocada como uma marca da identificação do município, intensificando até mesmo as relações com o consulado do país de origem dos antigos imigrantes – nem que fosse na teoria–, através da concessão de título de cidadão colombense para o cônsul geral da Itália:

No próximo dia 24, domingo, às 11 horas, o cônsul geral da Itália, Guido Borgomaneiro, receberá o título de cidadão honorário do município de Colombo, na Colônia Faria. A honraria ressalta a contribuição dada pelo diplomata nas festividades alusivas ao centenário de Colombo, ocorrido em 1978. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1980, p. 1)

Atentando para essa construção de uma identidade, amparada no étnico, Poutignat e Streiff-Fenart (2011), baseado nas pesquisas de Glazer (1954) e Hansen (1938), comentam sobre os

[...] grupos étnicos como “nações fantasmas” e a célebre “lei de Hansen” (daquilo que o filho quer esquecer, o neto quer se lembrar), estabelecendo que uma identidade étnica dos imigrantes tende a ser rejeitada na segunda geração mas revitalizada na terceira, já apontava para uma identificação deste tipo de fenômeno. (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 2011, p. 71)

Neste processo, possivelmente o reconhecimento que os colombenses visavam era o ser católico, voltado à família e ao trabalho no campo, mas de origem “italiana”, e nisso, a congregação Passionista contribuiu. Se a identidade italiana foi forjada, ela é muito própria de cada lugar; em algumas colônias pode ter sido pelo trabalho, em outras pelas associações de mútuo socorro. Em Colombo, esses elementos apareceram, porém a mais evidente nesta identidade foi a Igreja, que tinha como extensão uma instituição de ensino, com sua cultura escolar impregnada de catolicismo.

Nesse interesse de nomeação, também esteve envolvido a esfera pública, que, por exemplo, por meio da Festa da Uva, buscou marcar algumas características identitárias da cidade formada por imigrantes, que justamente na década de 1970

estava crescendo estrondosamente. Os imigrantes, que já eram minoria, ainda estavam sendo utilizados como uma característica identitária de um município muito maior que a antiga colônia Alfredo Chaves, talvez por interesses políticos e econômicos. Como demonstra Poutignat e Streiff-Fenart (2011)

o que pode observar em todas essas situações é que o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum, eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico. (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 2011, p. 144/145)

Hall (2006) defende essas mudanças como uma identidade que se torna uma “celebração móvel”

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. (HALL, 2006, p. 13)

Ou seja, a identidade é uma construção contínua. No período analisado, percebe-se uma trajetória entre estrangeiros que entram em outro país, tendo como uma das primeiras identificações a religião católica. Dentro desse campo criado pela Igreja, visto como social e integrador, essa identidade móvel caminha para uma identidade católica italiana, acentuada com o crescimento da cidade, como uma forma de diferenciação. A escola esteve sempre presente nesse processo, com o apoio das famílias colombenses, formando seus filhos como cidadãos ou para as vocações.

Se nos registros, ressaltaram-se novas práticas, com algumas calcadas na construção de uma italianidade; sobre os aspectos pedagógicos, tendo como base o mesmo tipo de fonte utilizado para a análise do primeiro momento das Passionistas em Colombo, têm-se uma aproximação dos saberes que os livros de leitura desse novo contexto fizeram circular no Educandário, autorizados e estando de acordo com os preceitos governamentais do período. Pelo levantamento apontado neste capítulo, apreende-se a circulação de três livros de leitura, da Coleção Sodré, que serão analisados na sequência.

3.2 LIVROS DE LEITURA: BENEDICTA STHAL SODRÉ

Os livros de leitura, nas décadas de 1920 e 1930, tinham forte proeminência em tratar nos seus textos a formação de um cidadão republicano. Em outras bases, muitos desses aspectos irão reaparecer nos livros da Coleção Sodr , porém, pelo diferencial do novo contexto.

Da década de 1940 em diante,   possível encontrar nas li es dadas a ler em manuais escolares, uma sutil mudança: a preocupa o com a forma o dos cidadãos criativos e rápidos como trabalhadores operosos e empreendedores que valorizassem o progresso científico e industrial, atributos fundamentais às novas condi es políticas e sociais que se impunham com a industrializa o nacional que se consolidava a partir dos anos 50. (CUNHA, 2011, p. 84/85)

A Cole o Sodr , foi escrita por Benedicta Sthal Sodr , filha de imigrantes alemães, que estudou no Colégio Metodista Piracicabano e na Escola Normal Sud Menucci. No seu trabalho docente, principalmente em Piracicaba, dedicou-se   cria o de um método de alfabetiza o. No ano de “1937, Piracicaba ganhou o primeiro lugar no estado de São Paulo na porcentagem de aprova o na área de alfabetiza o” (MENDES, 2007, p. 86). Esse foi um dos incentivos para que Benedicta publicasse, em 1939, a Cartilha Sodr  (nome dado em homenagem ao marido falecido). A Cartilha foi publicada pela Imprensa Metodista de São Paulo. Mais tarde, Benedicta lança o livro “Primeiras Li es úteis”, uma complementa o da Cartilha. Como

A tiragem de ambos os livros estava aumentando muito e a Imprensa Metodista não possuía mais estrutura física para atender   demanda tanto de impressão quanto de distribui o do material. Tornou-se necessário, por essa razão, procurar uma editora maior. Nesse ínterim, a Companhia Nacional, atual IBEP-Nacional, assumiu a publica o e distribui o dos livros. (MENDES, 2007, p. 87)

A Editora Nacional passou a fazer a distribui o não apenas da Cartilha Sodr  e Primeiras Li es úteis, como também dos outros livros que passaram a compor a Cole o, que foram: 2  Livro, 3  Livro e 4  Livro Sodr . Mais tarde, a obra “Primeiras Li es úteis” foi reformulada, passando a ser conhecida como “Primeiro Livro Sodr ”.

Publicar pela Editora Nacional possibilitou dar uma legitimidade maior para a Cole o. Inicialmente, essa foi uma editora marcada, nos anos de 1930, pelos

“renovadores”, na figura de Fernando de Azevedo, que atuava na Coleção Atualidades Pedagógicas, um dos ramos da Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Companhia Editora Nacional (CEN). As estratégias e os norteadores para as publicações intermediadas por Azevedo eram precedidas “por um largo debate do que seria necessário para a renovação ou remodelação da ação do professorado brasileiro” (TOLEDO, 2001, p. 70).

A partir da segunda metade da década de 1940, a editora se vincula à figura de Damasco Penna, saindo de uma direção política que a Coleção tinha com Azevedo, para o trabalho de uma pedagogia como ciência, e se afasta, de certa forma, das polêmicas do campo educacional. Nesse período, com a expansão do ensino, principalmente na década de 1950, a CEN transforma-se

na maior editora do Brasil, voltando seus negócios para os livros didáticos. Com a expansão de seus negócios, a Editora ganhou maior especialização em seu funcionamento interno, chamando profissionais ligados às áreas de editoração, artes gráficas e contabilidade. (TOLEDO, 2001, p. 236)

Os números apresentados por Toledo (2001) demonstram que, em 1930, a CEN tinha a publicação de pouco mais de 94 títulos; já em 1957, esse número passou para 2416. Isso traz aos anos de 1960, uma estabilidade na “sua produção em torno da cifra de seis milhões de exemplares anuais: aproximadamente 10% do total da produção do país” (TOLEDO, 2001, p. 236).

Esses números são significativos para uma editora, o que permite afirmar que a Coleção Sodré contou com as estratégias de um mercado editorial representativo no cenário brasileiro, na divulgação e distribuição do material pelo país. Por essa ampla divulgação, esses livros de leitura, de uma autora paulista, chegam até o Educandário Nossa Senhora do Rosário. Curioso observar que novamente se tem um livro escrito por um protestante, com circulação em uma escola católica, que nesse segundo momento se volta para a formação de vocações.

Mesmo a autora não tendo uma orientação laica, mas sim com base no protestantismo, em Diário Oficial, no mês de agosto de 1950, a Comissão Nacional do Livro Didático publicou uma relação dos livros que estavam autorizados a serem usados em sala de aula, constando nesta lista os livros de Benedicta, sendo esses: Primeiras Lições Úteis; Segundo Livro Sodré e Terceiro Livro Sodré (BRASIL, 1950).

Pela segunda vez, as Passionistas adotam um livro escrito por um educador com formação protestante.

Pelos materiais guardados por uma ex-aluna e o depoimento da mesma, os livros da Coleção Sodré utilizados pelas Passionistas foram: Primeiras Lições Úteis, 2º Livro e 3º Livro Sodré (LOVATO, 2015). A partir desses títulos, buscou-se esquadriñar quais saberes pedagógicos os mesmos possibilitaram circular no Educandário.

3.2.1 Primeiras Lições Úteis

Como já mencionado, o livro “Primeiras Lições Úteis” teve sua publicação depois da Cartilha Sodré e serviu como complementação a esse material. Para este trabalho, analisou-se a 411ª edição, que data do ano de 1964, tendo a seguinte estrutura:

Tabela 12 – Características materiais (Primeiras Lições Úteis)

Título	Primeiras Lições Úteis
Formato	L (13 cm) X A (19 cm)
Número de páginas (conteúdo)	110
Número de páginas (elementos pré-textuais)	2
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 1º ano (primário)

Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. Primeiras Lições Úteis. 411 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

Sobre os elementos visuais externos do exemplar, tem-se uma capa com cor predominante vermelha, apresentando primeiramente o título da obra, “Primeiras Lições Úteis”; em seguida aparece o título da série, em fonte maior – talvez essa ênfase remeta ao fato da mesma fazer parte de uma coleção, como um lembrete de que existiam mais materiais que davam continuidade a este. Entre o século XIX e início do século XX, enfatizavam-se os livros de leitura isolados, que foram perdendo espaço para as séries graduadas, uma consequência do modelo escolar que se buscava consolidar, “é provável que a progressiva preferência por séries graduadas seja um fenômeno associado à progressiva organização do sistema de ensino brasileiro, caracterizada pela adoção da seriação e do ensino simultâneo” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 36).

De forma não muito destacada, consta, ao lado da ilustração da capa, o nome da autora. Os elementos textuais da capa finalizam com a referência de que este era um exemplar produzido pela Companhia Editora Nacional.

Figura 17 – Capa – Primeiras Lições Úteis



Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. Primeiras Lições Úteis. 411 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Acervo da pesquisadora.

A contracapa do livro foi utilizada como uma forma de legitimação da obra, apresentando “algumas opiniões sobre a Coleção Sodré”. Em uma das colocações, Prof.^a D. Chiquinha Rodrigues, Presidente da Bandeira Paulista da Alfabetização, comenta:

São admiráveis os seus livros. Li-os com atenção e da leitura saí encantada, rendendo à autora, minha inteligente colega, as maiores homenagens. Louvo-lhe o patriotismo e o devotamento com que se dedica à causa da alfabetização dos brasileiros. (RODRIGUES apud SODRÉ, 1964, s. p.)

O comentário mencionado acima destaca não apenas o livro “Primeiras Lições Úteis” da Sodré, mas “os seus livros”, denotando que o mesmo compõe uma série, ressaltando ainda a qualidade dos mesmos e o valor da autora em se dedicar “à causa da alfabetização e o patriotismo”. Essa defesa pelo nacional, que iniciada nos anos de 1920, pelo sentimento que se tentava incutir na confirmação da República, teve a participação das Passionistas, em Colombo. Já nessa nova fase, a partir da década de 1950, as Irmãs estavam novamente frente à menção do nacional, mas em outras bases, primeiramente visando criar uma unidade para o desenvolvimento industrial, mas que passou também a ter um sentido mais governamental, como estratégia de legitimação do regime militar, que se instaurou na década de 1960, no qual aqueles que não servissem ou se insurgissem contra o mesmo, eram presos, em um ato considerado como traição à Pátria. Dessa forma, os livros deveriam estar de acordo com este patriotismo governamental.

Sobre a circulação dessa coleção, ainda analisando a contracapa, constatou-se, a partir das palavras do Dr. José Melchior, DD. Interventor Federal no Estado do Pará, que a coleção circulou, tendo sido adotada em diferentes estados do Brasil:

Cabe-me significar-vos meus sinceros agradecimentos pela honrosa lembrança, felicitar-vos pelo vosso apreciável trabalho e comunicar-vos que submeti os vossos interessantes livrinhos ao exame da Diretoria de Educação e Cultura para adoção nos estabelecimentos públicos de ensino deste Estado” (MELCHIOR apud SODRÉ, 1964, s. p.)

Pode-se perceber por essas palavras o grande alcance e distribuição que a Editora Nacional possibilitava à Coleção, fazendo com que um livro pensado inicialmente em Piracicaba, chegasse a outros estados do Brasil, como Pará e Paraná.

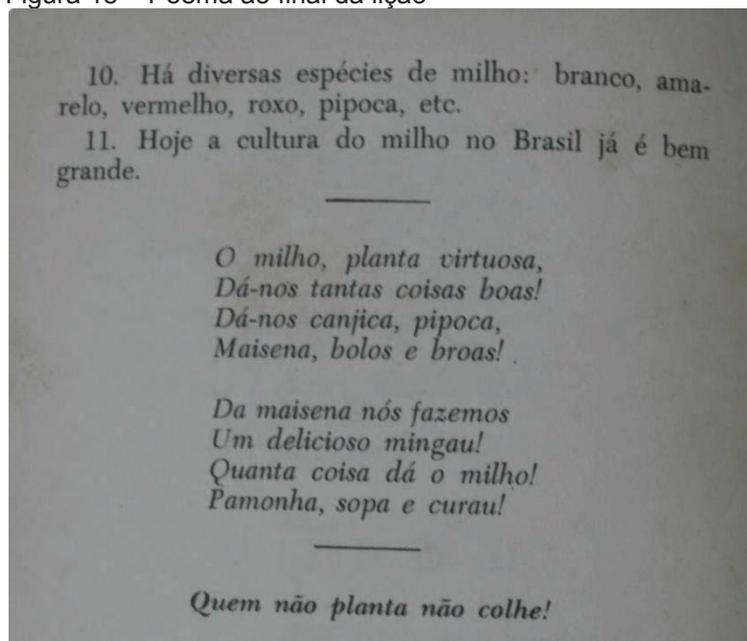
Seguindo a análise do material, na folha de rosto, tem-se a reapresentação da obra com a indicação da coleção, seguido pelo nome da autora, título do exemplar, indicação de que era um livro de leitura para a primeira série primária, estando de acordo com o programa de ensino e autorizado para o uso do didático, pelo Ministério da Educação e Cultura. Ao final da folha de rosto, é colocado novamente o nome da editora. Na folha seguinte, tem-se uma dedicatória da obra, para as filhas da autora; consta também o ano do exemplar e dados sobre a Editora.

O livro é estruturado internamente a partir da seguinte ordem: i) reapresentação da obra (folha de rosto); ii) dedicatória; iii) lições; e, iv) índice. Essa estruturação, bem como a disposição visual da coleção, segue uma fórmula editorial que será encontrada nos outros exemplares da coleção.

Internamente, o conteúdo está dividido em 60 títulos, sendo esses apresentados na forma de narrativas ou apenas textos informativos. As lições variam de 1 a 3 páginas, possuindo ilustrações, para representar o assunto descrito.

Por se tratar de um livro de leitura destinado ao primeiro ano primário, em sua maioria, os textos foram construídos em frases curtas e numerados, para facilitar a leitura. Ao final das lições, era possível encontrar um ditado popular ou uma frase que funcionava como uma lição de moral do texto, em conjunto com trechos de poemas, sem referenciá-los.

Figura 18 – Poema ao final da lição



Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. Primeiras Lições Úteis. 411 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Acervo da pesquisadora.

Diferente dos livros de leitura utilizados nas décadas de 1920 e 1930, no Colégio Santo Antonio, a Coleção Sodré apresentou, em suas lições, propostas de atividades ao final, como questionários para a interpretação dos textos, atividades específicas com conteúdos da língua portuguesa, trabalhos manuais, como pinturas, dobraduras e confecção de diversos objetos, entre outros. A proposta de tarefas pode ser um indicativo de uma educação tecnicista, treinando os alunos para o trabalho, para cumprir ordens, sem espaço para conjecturar muito. Mesmo o livro sendo anterior a Lei 5.692/71, o mesmo teve circulação no período ditatorial e correspondia as recomendações

de conformação do alunado a uma matriz segundo a qual pensar, refletir, estaria fora de propósito no processo formador; por outro lado, concomitantemente, corresponde a tornar a formação escolar eficientemente compatível com as exigências do sistema produtivo. Para tanto, seriam dispensáveis no currículo do ensino de segundo grau, e de futuros professores para esse nível de ensino, disciplinas como Filosofia e Sociologia, por exemplo. (CORRÊA, 2012, p. 86)

No primeiro momento, inferiu-se uma aproximação das Irmãs Passionistas, com uma renovação educacional; neste segundo momento, tem-se o indicativo de uma formação paulista dessas religiosas/professoras, com uma educação pautada pela Psicologia e Sociologia, com modelo de referência na educação integral,

conforme o registro indicado anteriormente, do inspetor Pedro Vieira (1951); percebe-se nessas orientações pedagógicas uma fissura pela circulação dos livros da Sodré, que, mesmo sendo da década de 1950, denotam-se padrões de um sistema tecnicista, que, conseqüentemente remete a pouco espaço para uma educação integral, entre Psicologia e Sociologia.

Em uma possível influência de outros autores neste exemplar, foram referenciados apenas 2 poemas escritos por Miriando.

O tema de maior recorrência no livro foi a área de Ciências: nos textos em que se tratou especificamente deste tópico, somaram 23 lições, com assuntos da fauna, flora e astronomia. As lições nesta área, em sua maioria, apresentavam propostas de observação do meio e trabalhos manuais, ao final. Em outras lições, havia sugestões de atividades práticas, alocando os feitos em um ambiente comum na escola. Essa ação era defendida desde os primeiros tempos da República, em que se colocava como proposta a organização dos museus escolares, como espaços de visibilidade às produções dos alunos, e ao mesmo tempo proporcionava a eles uma aprendizagem mais concreta, como indicava o ensino intuitivo. Uma das atividades propostas pelo livro tinha esse princípio, a partir dos costumes camponeses – ações próximas dos alunos do Educandário.

Ensinar o aluno cultivar verduras, flores, etc. Cada criança deverá ter o seu canteirinho em sua casa. Se possível fôr no quintal da escola haverá um canteiro comum. Na impossibilidade disso, plantar, em latas, folhagem e palmeiras, que servirão para ornamentar a sala de aula ou o quintal da escola. (SODRÉ, 1964, p. 46)

Neste caso, o próprio Educandário tinha uma horta, o que tornava possível colocar em práticas as lições de agricultura e economia.

As lições que tinham um objetivo formativo, envolvendo questões comportamentais e hábitos do cotidiano, foram ressaltadas em 12 títulos. A premissa defendida era a obediência, válida em um momento em que ir contra o Estado tinha conseqüências punitivas. Em um dos textos, o mesmo terminou com a seguinte frase: “A obediência é a primeira virtude da criança” (SODRÉ, 1964, p. 36).

A Coleção Sodré teve seu início no nacional-desenvolvimentismo, mas circulou durante a ditadura; por isso, infere-se que os temas tratados em suas lições, correspondiam a ambos os contextos. Nos dois governos, a obediência e o seguimento das leis, influencia na fluidez da gestão que se estava no comando.

Sendo os livros de leitura, um sistema simbólico que alcançava boa parte da infância frequentadora da educação primária, tratar de tópicos que vão ao encontro de elementos que destacam a obediência e o trabalho, legitima o Estado, e na contrapartida, este legitima o material, autorizando sua circulação.

Outro tópico que o livro teve o cuidado de retomar, foram os hábitos de higiene, demonstrando ainda a preocupação em formar cidadãos saudáveis. No texto “Bons Habitos”, que referenciou o Departamento de Saúde Pública de São Paulo, são pontuadas diversas atitudes em relação a cuidados com o corpo, vestuário e casa. Como atividade para essa lição foi sugerida a confecção de um cartaz, para a exposição desses hábitos:

O professor deverá com a cooperação dos próprios alunos fazer – *Cartazes de Saúde* – e coloca-los na sala de aula. Em uma cartolina pregará figuras de crianças alegres e gordas, frutas, verduras, garrafa de leite, escova de dentes, sabonetes, etc. (SODRÉ, 1964, p. 65)

Os assuntos históricos também foram tema no livro, por meio de 7 lições. Mesmo não sendo textos específicos referenciando o nacionalismo, estes buscaram desenvolver o sentimento de pertencimento à Pátria para o desenvolvimento do Brasil pelo trabalho, uma temática bastante discutida, sobretudo na década de 1950, no nacional-desenvolvimentismo. Em um texto que se referia à figura de Carlos Gomes, colocou-se que: “18. Carlos Gomes foi um brasileiro que soube honrar o nome de sua querida Pátria”, destacando ao final a seguinte frase: “O trabalho engrandece o Brasil” (SODRÉ, 1964, p. 63).

Outro texto de uma figura histórica, utilizado como estratégia para incutir o espírito nacionalista e de trabalho, foi de “Alberto Santos Dumont”, em que Sodré (1964, p. 98) cita: “Santos Dumont – chamado ‘O Pai da Aviação’, merece também um lugar de honra entre os brasileiros que souberam engrandecer o nome do nosso querido Brasil”.

A exaltação de alguns nomes, em uma história sagrada desses sujeitos, era uma prática das escolas, que talvez se desse pela sobreposição de uma cultura que se visava implantar, de pertencimento e glorificação, principalmente no período de ditadura,

Todas estas atividades realizadas pela escola, tinham o intuito de estimular nos/nas alunos/as o patriotismo, necessário para fortalecer a

unidade nacional. Para isso, as escolas se organizavam para realizar desfiles, apresentações, e estudos dos heróis nacionais. Esta prática continuou sendo utilizada nas escolas durante a ditadura civil militar. (PLÁCIDO, 2014, p. 6)

A questão do nacionalismo apareceu explicitamente em dois textos, sendo valorizados os símbolos da Pátria – como a bandeira, cultuada nos desfiles cívicos, que ganharam relevância na segunda década do século XX. No texto “A Bandeira”, coloca-se que: “9. Devemos amar e respeitar nossa Bandeira, porque ela é o retrato de nossa Pátria. 10. Salve, Bandeira querida!” (SODRÉ, 1964, p. 73).

Em outro texto intitulado “Brasil”, além de destacar as belezas do país, coloca que o mesmo acolheu outras nacionalidades e estes que aqui adentraram foram beneficiados, argumento válido para a construção de uma unidade nacional e de dever com a Pátria: “Não são só os brasileiros que no Brasil vivem contentes e são estimados. Os italianos, alemães, espanhóis, japoneses, todos aqui têm vida boa! Todos que aqui trabalham e economizam, enriquecem. Brasil, terra querida e abençoada!” (SODRÉ, 1964, p. 109).

De forma geral, além da preocupação literária, o livro “Primeiras Lições Úteis” colocou em discussão assuntos científicos, históricos, em conjunto com hábitos de trabalho, defendendo o desenvolvimento e a unidade nacional.

3.2.2 2º Livro Sodré

Para a análise desse segundo exemplar, utilizou-se o livro guardado por uma ex-aluna, que marca a 135ª edição, do ano de 1954.

Tabela 13 – Características materiais (2º Livro Sodré)

Título	2º Livro Sodré
Formato	L (13 cm) X A (19 cm)
Número de páginas (conteúdo)	140
Número de páginas (elementos pré-textuais)	4
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 2º grau

Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 2º Livro Sodré. 135 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

Assim como no livro anteriormente analisado, a capa apresentou inicialmente o título da obra (2º Livro Sodré), seguido pelo nome da coleção, ilustração (mantendo a imagem de uma menina), nome da autora e referência à editora

responsável pela obra (Companhia Editora Nacional). Neste volume, a cor predominante na capa foi a amarela.

Figura 19 – Capa – 2º Livro Sodr 



Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 2º Livro Sodr . 135 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954. Acervo da família Lovato.

A contracapa do exemplar, bem como no livro "Li es úteis", trouxe as mesmas opiniões sobre a Colec o Sodr , escritas por: Dr. Gustavo Armbrust, Prof^a

D. Chiquinha Rodrigues, Dr. Menezes Pimental, Dr. Américo de Almeida e Dr. José Melchior.

Internamente o exemplar apresentou uma folha com o título da obra, seguida por uma página que indicou o registro de autorização do uso do livro pelo Ministério da Educação e Saúde, sob o número 1.558, em conjunto com o ano de publicação e o endereço da editora. Na página seguinte, tem-se a reapresentação da obra, colocando que a mesma era um livro de leitura para o 2º grau e estava de acordo com o programa de ensino. A dedicatória do livro foi direcionada à mãe e filhas da autora.

A estrutura do exemplar foi composta da seguinte forma: i) reapresentação do título; ii) seguida pela página do registro do livro; iii) reapresentação da obra; iv) dedicatória; e, v) lições. Neste exemplar, não se encontrou o índice.

O livro apresentou 55 lições, em sua maioria, narrativas. Os textos variaram de 1 a 3 folhas, com ilustrações, que indicavam fatos do texto e/ou sugeriam atividades. Ao final da maioria das lições, colocou-se uma frase resumindo o ensinamento do mesmo, pequenos poemas e/ou quadros de vocabulários, em conjunto com atividades para serem realizadas, como interpretação de texto, estudo da gramática ou exercícios manuais.

Nesse 2º livro, Sodré trouxe alguns textos de outros autores, consistindo em sua maioria, em poesias. Dentre os autores citados, tem-se: Isabel V. Serpa e Paiva, Hilário Ribeiro, Manuel Mendes, Olavo Bilac e Francisco Lagreca.

Desde os livros de leitura da década de 1920 e 1930, percebe-se o uso de textos em forma de poesia; esse modelo literário se associava a importância dada ao “escrever bem, e bonito [...]”. Portanto, a poesia passa a ser modelo de escrita ideal a ser cultivado, no sentido de promover a ampliação da habilidade do bem escrever” (OLIVEIRA & SOUZA, 2000, p. 32).

A ênfase nos saberes que o livro visou circular, em sua maioria, recaiu nos assuntos de ciências e históricos. Talvez isso se dê pelo fato dos livros de leitura terem ainda proeminência de circulação nas escolas, durante as décadas de 1950 e 1960, cabendo a estes trabalharem assuntos para formação moral, bem como tópicos científicos.

Em ciências, além do trabalho com a fauna, flora e astronomia, buscou-se inculcir alguns hábitos saudáveis para o desenvolvimento da população brasileira. Já nas questões históricas, como a circulação do livro aconteceu em uma época que se

prezava pela unidade nacional, em alguns assuntos históricos, tinha-se um fundo nacionalista, exaltando nomes ou organizações, tal como se apreende no trecho de uma das lições:

Os bandeirantes prestaram ótimos serviços à nossa Pátria, abrindo caminhos, desbravando os sertões, amansando índios, descobrindo minas, mas o trabalho de maior importância foi a fundação de lindas e progressistas cidades brasileiras. (SODRÉ, 1954, p. 51)

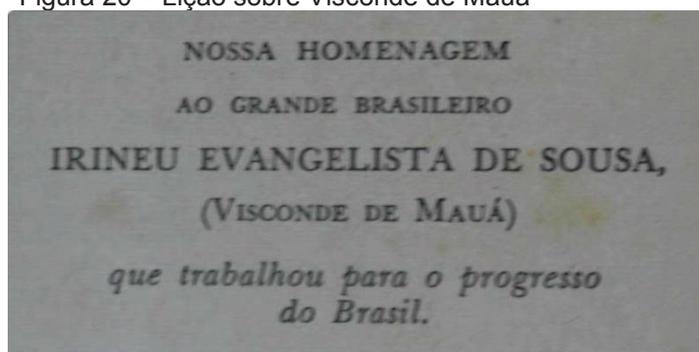
Essa forma heroica dos bandeirantes é citada por Duarte (1939), em que:

[..] quase nunca foi estudado entre nós senão pelo seu lado heróico, sob o critério individualista do esforço sobrehumano, em que se esquecem desprevenidamente os aspectos, as significações e as conseqüências sociais que são nele de incalculável importância. (DUARTE, 1939, p. 52)

Porém, mesmo que se destaque que esta bandeira dilatou as políticas da colônia, na conquista de terras, Duarte (1939) alerta que esta “representa uma iniciativa privada, atende a fins e a interesses da propriedade privada” (DUARTE, 1939, p. 52). Em outras bases, pelos livros de leitura, tem-se a sobreposição de um interesse privado, sendo colocado em prol do bom funcionamento dos serviços públicos.

Em outros textos, tem-se a valorização de algumas figuras em específico, em um resumo da ideia central do que foi discutido, destacando a importância do trabalho e outros hábitos para o progresso da Pátria, como colocado na lição “Estradas de Ferro e de Rodagem”, que comenta a participação de Visconde de Mauá para o desenvolvimento desse setor no Brasil. Na conclusão foi apresentado um quadro que vai ao encontro de uma formação que valorizava o trabalho:

Figura 20 – Lição sobre Visconde de Mauá



Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 2º Livro Sodré. 135 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954. Acervo da família Lovato.

Ressalta-se também, que em outro texto com temática histórica, abordando a Inconfidência Mineira, construiu-se uma imagem de Portugal como explorador do Brasil: “Como o Brasil era mais rico que Portugal, o rei exigia que os brasileiros mandassem para lá grande parte de tudo o que colhiam e muito ouro. Portugal só tirava lucros do Brasil, mas não fazia benefício algum aos brasileiros” (SODRÉ, 1954, p. 78).

Mesmo visando ao desenvolvimento de uma sociedade urbana, que tentava se firmar na década de 1950, Sodré utiliza em seu livro, uma poesia de Melo Aires, intitulada “Rumo ao Campo”, que procurou valorizar este espaço: “Rumo ao campo, eia, sus, mocidade!/ Mãos à enxada, à charrua, ao alvião.../ Preferi ao rumor da cidade/ o labor que engrandece a Nação (AIRES apud SODRÉ, 1954, p. 73). Em conjunto com a valorização do campo, coloca-se o trabalho como uma atitude que engrandece o Brasil.

Sobre o regionalismo, no texto “Belezas Naturais do Brasil” enfatiza-se a produção de um sentimento nacional, destacando no final que: “O Brasil é realmente encantador! Como somos felizes por termos nascido neste país, grande, rico, belo e bonito!” (SODRÉ, 1954, p. 38). Na mesma lição, Sodré faz alusão à figura de Deus, talvez pela influência protestante em sua formação, mas não deixa explícita a defesa de uma religião, colocando apenas como uma crença cristã: “Chamamos de belezas naturais, aquelas que não foram feitas pelo homem, mas sim pelo criador do mundo – Deus. Deus, quando fêz o solo brasileiro, procurou enfeitá-lo com verdadeiras maravilhas” (SODRÉ, 1954, p. 37).

Ainda sobre o nacionalismo, tenta-se inculcar a servidão a Pátria, ligando-se ao exército brasileiro, mesmo sendo um livro produzido antes do golpe militar, conforme se observa na lição “Que desejo ser”:

– Eu, sim, quero é ser soldado. No dia que alguém quiser lutar com o Brasil, serei eu quem carregará a bandeira, porque de mim ninguém a tomará. Sou valente e hei de agarrar bem forte a bandeira com as duas mãos e apertá-la sobre o meu coração. (SODRÉ, 1954, p. 115)

De modo geral, o 2º Livro fez circular assuntos, focando no desenvolvimento de um estudante nacional e saudável para o trabalho, tendo em algumas lições, princípios cristãos. Pode-se apreender resumidamente esse ideal de formação que correspondia aos desejos do Estado, no texto “De que o Brasil precisa”, no qual Sodré ressalta que: “Vocês todos, como bons brasileiros que desejam o progresso do Brasil, vão comigo repetir estas palavras: Esforçar-me-ei por ser um brasileiro forte, culto, honesto e trabalhador” (SODRÉ, 1954, p. 137).

3.2.33º Livro Sodré

Quanto ao 3º Livro Sodré, usado no Educandário Nossa Senhora do Rosário, analisou-se a 37ª edição, do ano de 1951.

Tabela 14 – Características materiais (3º Livro Sodré)

Título	3º Livro Sodré
Formato	L (13 cm) X A (19 cm)
Número de páginas (conteúdo)	147
Número de páginas (elementos pré-textuais)	4
Ilustrações	Contidas no texto
Encadernação	Brochura
Público-Alvo	Alunos do 3º grau

Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 3º Livro Sodré. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Visualmente, a capa do exemplar segue o padrão da coleção, apresentando primeiramente o nome do livro (3º Livro Sodré), seguido pela referência à coleção (Coleção Sodré), em conjunto com a mesma ilustração dos outros títulos. Em seguida, são apresentados o nome da autora e a indicação da editora. Para o 3º Livro de Leitura, a cor predominante foi a azul.

Figura 21 – Capa – 3º Livro Sodré

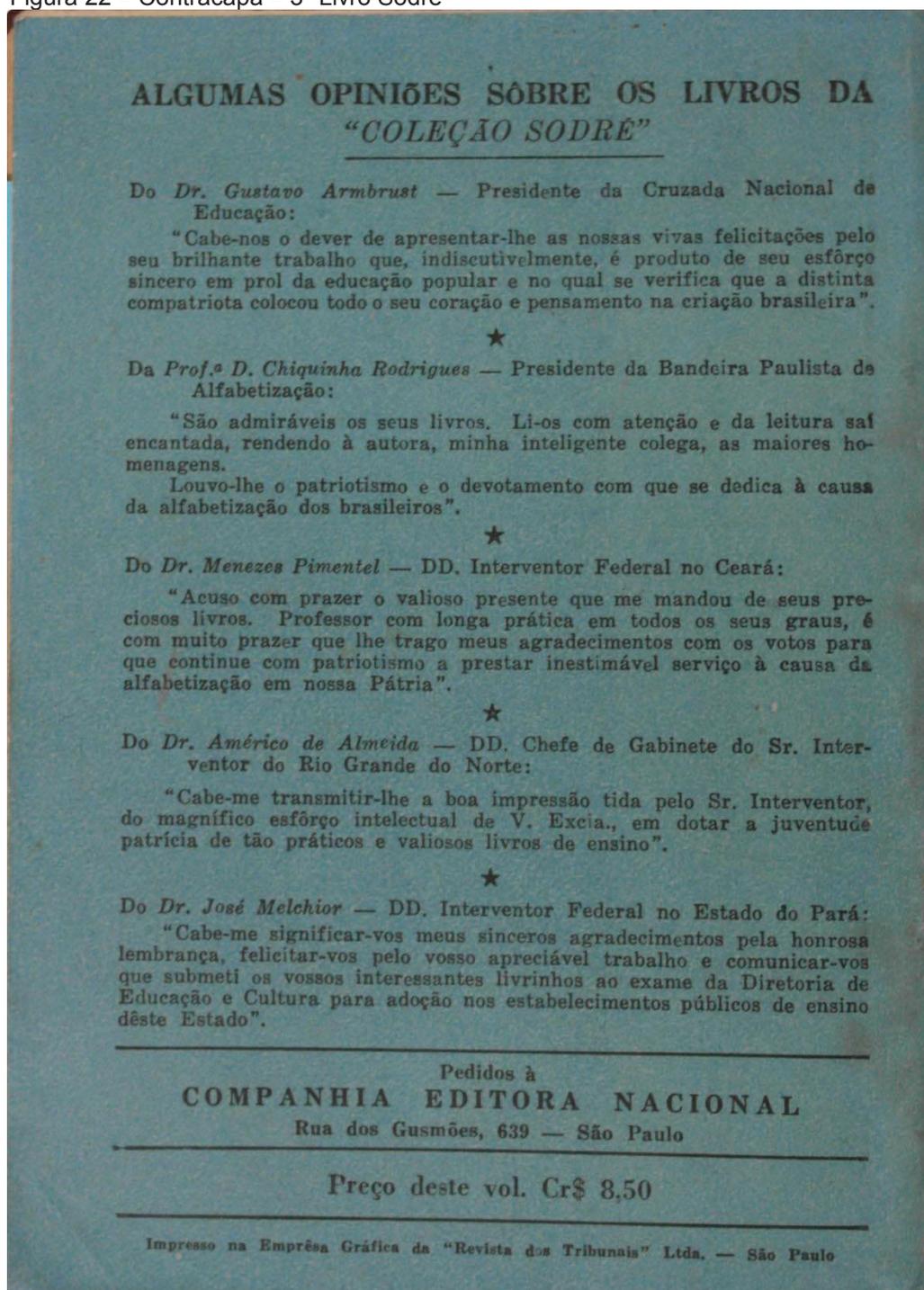


Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 3º Livro Sodré. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. Acervo da pesquisadora.

A contracapa do livro, assim como os outros exemplares da coleção, foi utilizada como uma forma de legitimação da obra, apresentando “algumas opiniões sobre a Coleção Sodré”, com textos do Dr. Gustavo Armbrust (Presidente da Cruzada Nacional de Educação), da Profª D. Chiquinha Rodrigues (Presidente da

Bandeira Paulista de Alfabetização), do Dr. Menezes Pimental (DD. Interventor Federal no Ceará), do Dr. Américo de Almeida (DD. Chefe de Gabinete do Sr. Interventor do Rio Grande do Sul) e do Dr. José Melchior (DD. Interventor Federal no Estado do Pará).

Figura 22 – Contracapa – 3º Livro Sodrê



Fonte: SODRÊ, Benedicta Stahl. 3º Livro Sodrê. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Na folha de rosto, há a indicação da coleção, seguida pelo nome da autora, título da obra, recomendação de que era um livro de leitura para o 3º grau, de acordo com o programa de ensino da época. Apresenta-se a edição da obra e novamente se coloca o nome da editora. Na folha seguinte, tem-se que esse era um livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde, no registro nº 1.562. Indica-se também que as ilustrações eram de Manoel Victor de Azevedo Filho.

Na folha de dedicatória, além das filhas, nesse exemplar Benedicta Stahl Sodré o dedicava “Ao valoroso professorado da minha querida Pátria” (SODRÉ, 1951, s. p.).

Internamente, o didático é estruturado da seguinte forma: i) primeiramente a folha de rosto, com rerepresentação do livro; ii) seguido pela indicação do registro da obra; iii) folha de dedicatória; iv) lições; e, v) índice.

O exemplar é dividido em 57 lições, compostas em sua maioria, por narrativas. Os textos variaram de 1 a 4 folhas, com ilustrações. Ao final da maioria das lições, consta uma frase, resumindo o ensinamento do texto, pequenos poemas, quadro de vocabulário e/ou atividades para serem feitas, como interpretação de texto, estudo da gramática ou atividades manuais.

Nesse 3º livro, Sodré utilizou mais textos de outros autores. Em sua maioria, eles consistiram em poesias. Dentre os autores citados, tem-se: Damasceno Vieira, Eunice Simon, Correia Júnior, Luís Ratisbonne, Lídia Martins, Cleómenes Campos, Rangel Pestana e Sólon Borges dos Reis. Também foi transcrito um texto (“Oração às árvores”) que se encontra em Portugal, no “Concelho do Argenil”.

Mesmo as lições não tendo o objetivo de explicar conteúdos específicos da língua portuguesa, por se tratar de um livro de leitura, muitas das atividades propostas após os textos, neste 3º livro, trabalharam com questões de interpretação e gramática.

Um dos temas mais frequentes nos livros de leitura analisados foi ciências; nesse exemplar, 14 lições eram relacionadas a este assunto. Em muitas das atividades que colocavam o aluno para observar o meio, utilizaram-se ilustrações para que a mesma pudesse ser desenvolvida em sala de aula, tal qual em uma das propostas do 3º livro, que pedia para que fosse realizada a classificação dos animais, a partir de um desenho:

Figura 23 – Atividade ao final da lição



Fonte: SODRÉ, Benedicta Stahl. 3º Livro Sodrê. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Em 16 títulos, concentraram-se textos sobre hábitos comportamentais. O enfoque acontecia em temas, que defendiam a formação de um cidadão voltado para o trabalho e desenvolvimento da Pátria. No texto “Valor das pedras”, procura-se encorajar as crianças a ser um cidadão útil para a sociedade: “Crianças, se até as pedras são úteis, nós, que temos um valor mil vêzes maior que elas, quanto benefícios podemos prestar à humanidade!” (SODRÉ, 1951, p. 45).

Nesse enfoque aos hábitos comportamentais, novamente encontraram-se referências à figura de Deus, por exemplo, na lição “Quem ganhou a jóia”, Sodrê contextualiza as ações de três irmãos e cita os mandamentos cristãos: “Reconheci logo que aquêle homem era um meu inimigo. Naquele momento lembrei-me das palavras de Jesus: - ‘Amai os vossos inimigos, Fazei bem aos que vos maltratam’.” (SODRÉ, 1951, p. 20). Assim como no 2º livro Sodrê, neste exemplar analisado não

se encontrou referências específicas do protestantismo, que era a formação da autora, tendo apenas alusão à figura de Deus e hábitos cristãos, de modo geral.

O nacionalismo esteve presente no livro, como em todas as obras analisadas. Na defesa de uma unidade nacional, valorizando os símbolos brasileiros; em uma das lições, “As cores da nossa bandeira”, foi sugerido uma dramatização, em que se explicariam todos os significados da bandeira brasileira. Já no texto intitulado “Que são os patriotas”, Sodré coloca a importância do professor e da criança para o desenvolvimento da Pátria: “A criança que estuda com amor, que procura desenvolver sua inteligência, que zela de seus objetos e da limpeza da cidade é um grande amigo de sua Pátria” (SODRÉ, 1951, p. 137), e “O professor que ensina com amor é um grande servidor da Pátria” (SODRÉ, 1951, p. 138). Essas colocações demonstram a importância colocada na educação para o desenvolvimento nacional, da sociedade brasileira que se buscava formar, que vem a calhar na década seguinte, com a ditadura militar, pois

utilizaram a escola para difundir a ideologia do regime militar e criaram métodos necessários para viabilizá-lo. A educação cívica foi uma das formas encontradas para constituição de um novo modelo de nação que se pretendia construir, pois, estava centrada na formação de cidadãos patriotas e religiosos, que valorizassem a família, a moral e trabalhassem para o crescimento da nação. (PLÁCIDO, 2014, p. 5)

Outra estratégia utilizada no desenvolvimento do sentimento de valorização e pertencimento ao Brasil, foram os textos cuja temática abordou o regionalismo, presente em 4 lições; mesma estratégia encontrada na Série Braga, em 1930. Inclusive no título “Riquezas do Brasil – Madeiras”, o mesmo faz menção aos produtos encontrados no Paraná:

No Estado do Paraná existem imponentes pinheirais, que além de produzirem os deliciosos pinhões, ainda nos fornecem o pinho, madeira leve e usada de preferência para fazer forros, caixas e móveis de menor preço. O Estado do Paraná exporta pinho para quase todo o Brasil, Argentina e Uruguai. Muitas das nossas mobílias e parte da nossa morada é feita com o pinho procedente da flora rica e pujante das terras paranaenses. (SODRÉ, 1951, p. 47/48)

Mesmo sendo um livro de uma autora paulista, a Coleção Sodré alcançou diversos outros Estados, conforme as recomendações da mesma, na contracapa de todos os exemplares analisados; talvez este seja um dos motivos de dimensionar

tópicos sobre o regionalismo brasileiro, colocando em discussão as riquezas de outros Estados.

Dentre os aspectos de caracterização da materialidade dos livros analisados, em sua fórmula editorial, destaca-se primeiramente a demarcação de que esses didáticos faziam parte de uma coleção, em que o nome da mesma aparecia com muito mais relevância do que o próprio nome da autora. Essa marca coloca a existência de uma continuação para os livros, tendo como foco os alunos do ensino primário. Embora as Irmãs não tenham utilizado todos os livros da Coleção, pelos indícios encontrados, a mesma atendia todas as séries do primário.

Outro ponto dessa fórmula editorial foram as marcas da CEN, apresentando o nome da editora na capa, destacando a obra entre tantas outras existentes, uma vez que a Editora Nacional era uma das maiores no mercado escolar brasileiro, a partir da década de 1950. Utilizou-se também como estratégia para legitimação da coleção, a colocação de que os livros estavam dentro das propostas oficiais da educação, seguindo o programa de ensino de cada série ao qual o exemplar era destinando, sendo esse autorizado e registrado pelo Ministério da Educação e Saúde. Outra ocorrência recorrente nos didáticos foi a apresentação de opiniões sobre a coleção, colocado como um selo de distinção e escritas por pessoas influentes no campo educacional de diversos Estados.

Dessa forma, visando a uma aproximação pedagógica do trabalho das Irmãs Passionistas, em Colombo, pelos livros de leitura, pode-se perceber na Coleção Sodré um esforço em abordar os conteúdos do currículo escolar, com um propósito de desenvolvimento nacional, incentivando a partir dos textos, exercícios de linguagem e trabalhos manuais, valores como civismo, educação, trabalho, higiene, bem como costumes cristãos, sem especificar uma religião.

Nesse contexto, com as aproximações e práticas levantadas, denota-se que a atuação das Passionistas, neste segundo momento em Colombo, colocou em pauta a formação de vocações para a Congregação, aproveitando a grande religiosidade dos descendentes dos imigrantes da antiga colônia; o uso de materiais didáticos que estavam de acordo com o programa oficial de ensino e que continham uma influência pedagógica paulista; e uma cultura italiana que aflora nas práticas do Educandário e da cidade, contando com a colaboração dessas religiosas.

Os livros de leitura foram formas de fazer circular esse ideal de formação de acordo com os preceitos do Estado, pois eram aprovados pelo mesmo. Porém, existem

diferenças ontológicas entre estrutura e prática, sistema e evento, estado e processo, norma e comportamento. Um sistema, ou uma estrutura aparece enquanto “ideal” ou “ideológico” ou “meramente simbólico”; enquanto que a vida do modo como é vivida é real, empírica ou prática. Temos dificuldade em imaginar que ao nível do significado, que é o nível da cultura, ser e ação sejam intercambiáveis. (SAHLINS, 1997, p. 46)

Os livros eram estruturas ideais, mas com relação a essas práticas das Passionistas, apesar do forte apelo em relação à questão nacional, reforçada no período da ditadura, as Irmãs buscaram produzir, paralelamente, elementos culturais que lembrassem aos moradores de Colombo as suas origens – destacando muitas vezes mais a pátria italiana do que a região do Vêneto. Ainda que essas representações fossem de uma realidade distante dessa população, serviram estrategicamente para assegurar que a identidade e as “histórias” dessa gente não se perdessem totalmente, sem perder de vista as benesses político-econômicas que tal marca traria para a cidade de Colombo e seus moradores.

CONCLUSÃO

De uma origem pautada no apoio social à figura feminina, surge, na Itália, a Congregação das Irmãs Passionistas. O contexto de atuação dessas religiosas compõe o cenário europeu de feminização do clero, como estratégia de difusão da religião pelas mulheres. Desde os primórdios, a Congregação se ateuve às ações voltadas à educação formal, o que também ocorreu no Brasil, quando, pouco mais de quatro anos da chegada das Irmãs a São Paulo, é criada uma instituição de ensino, a partir do orfanato coordenado por elas, no início da década de 1920. Mais tarde, o atendimento educacional é expandido ao Paraná, mais especificamente a Curitiba e, posteriormente, a Colombo.

As ações de congregações religiosas encontraram espaço para desenvolvimento no continente americano por diversas vias. Dentre as principais se destacam o preenchimento lacunar no atendimento educacional e a assistência religiosa aos imigrantes que desembarcavam de forma exponencial no Brasil, desde o século XIX. Essas vias eram estratégias da Igreja para legitimação do seu campo de poder, em um período que se tinha, pelo menos em tese, a separação do Estado e da Igreja.

A respeito da atuação em Colombo, tem-se a convergência de interesses de uma Igreja que buscava legitimação, de uma congregação que visava se desenvolver, e de uma comunidade que trazia experiências étnicas de identificação com a família, os costumes campestres, mas principalmente, com o catolicismo. A união desses três setores culminou na criação da escola católica de Colombo, que no seu início manteve ligação com o governo italiano.

Com as Passionistas, entre 1927 e 1933, a principal mudança no Colégio foi que, mesmo sendo esta congregação de origem italiana, na escola não se teve nenhuma religiosa dessa etnia e nem qualquer subvenção da Itália, mesmo que na chegada das mesmas se tenha registrado o uso da bandeira do Reino da Itália. Pelo contrário, as professoras da instituição recebiam subvenção federal, que em plena discussão sobre o nacionalismo, era uma das vias utilizadas pelo Estado para homogeneização das escolas, tendo como foco a unidade nacional.

Neste contexto, as Irmãs se posicionaram conforme lhes era mais conveniente, encontrando um local legitimado por características étnicas de identificação pela religião, mas que atuavam de acordo com os preceitos estatais,

ensinando em língua portuguesa e participando de desfiles cívicos, por exemplo. A mudança de coordenação do Colégio das Irmãs do Sagrado Coração, que lecionavam em italiano, para as Passionistas, não trouxe queda nas matrículas. O número de alunos chegou a ser superior ao das escolas públicas da “Villa Colombo”. Isso demonstra que mais importante do que a presença de uma educação italiana, o que legitimava a escola era o catolicismo, um dos pilares culturais desses sujeitos. Com subsídios federais, essa instituição educacional privada invadia e se sobrepunha à pública.

Em relação às características pedagógicas, encontraram-se indícios de uma influência paulista no Colégio Santo Antonio, pela formação religiosa e educacional dessas Irmãs naquele Estado, bem como a solicitação de livros de leitura pautados em uma renovação educacional, de autores paulistas. Em um período em que se estava em pauta às discussões entre católicos e renovadores, as Irmãs Passionistas demonstraram uma face mais sutil desse embate.

Os livros da Coleção Proença e da Série Braga traziam, para circulação nas escolas primárias, uma cultura brasileira que se tentava incutir e era sobreposta nos impressos: a da formação do cidadão republicano ideal. Por terem proeminência nos materiais que circulavam nas escolas, os livros de leitura poderiam atingir um grande contingente populacional. Pela escolha deles, infere-se que a Igreja, pela vertente educacional das Irmãs Passionistas, não era contra a defesa do nacional e dos princípios defendidos pelo Estado, desde que esta nação que se almejava construir, fosse uma “nação católica”.

Essa sobreposição de uma cultura sagrada reaparece nos livros de leitura utilizados pelo Educandário, no segundo momento de atuação Passionista, entre 1951 e 1978. A Coleção Sodré, que teve seu início no nacional desenvolvimentismo, também circulou durante a ditadura. Dessa forma, suas lições correspondiam a ambos os objetivos governamentais e tinham aprovação para circular, já que estavam dentro das propostas oficiais da educação e desenvolviam principalmente assuntos ligados ao civismo e hábitos de trabalho.

No retorno das Irmãs a Colombo, algumas continuidades foram percebidas, como a influência pedagógica paulista, descrita por um inspetor de ensino; a proeminência da cidade em formar vocações; e os subsídios públicos para essa instituição de ensino privada, amparado pela legislação nacional. Isso permitiu que, até a década de 1970, o Educandário mantivesse um número de alunos superior ao

Grupo Escolar da cidade, legitimado pelo poder de escolha das famílias, descendentes dos imigrantes que fundaram a antiga colônia, e que ainda traziam as experiências de uma identificação católica.

Na segunda metade do século XX, Colombo teve um crescimento considerável, porém, a sede da cidade, onde está localizado o Colégio, manteve-se afastada desse aumento populacional, que era periférico, sendo uma extensão de Curitiba. Sendo assim, na região central, permaneceram muitas das famílias descendentes e se conservou a ambiência católica. Nesse cenário, existia uma relação imbricada entre escola católica, Igreja e política local. Muito da cultura escolar do Educandário invadia outros setores e instituições de ensino da cidade, pela atuação direta das Irmãs Passionistas nessas escolas ou pela participação conjunta do Educandário, Grupo Escolar e Ginásio, em comemorações religiosas e/ou civis, principalmente na ditadura.

Na união entre a Igreja, que contou com a colaboração das Irmãs Passionistas, e a Prefeitura, nasceu a Festa da Uva, composta inicialmente por valores católicos e camponeses, mas que tomou características turísticas e econômicas, associando a cidade de Colombo à uva, ao vinho e aos descendentes italianos. Interessante ressaltar que essa caracterização se deu justamente quando a periferia da cidade aumentava de forma exponencial e o contingente de descendentes era menor que a população que se instalava próxima a Curitiba, mas mantinha relação geográfica com Colombo. Talvez essa fosse a tentativa de projetar a cidade, como símbolo de uma italianidade inventada, para fins políticos e econômicos, bem como uma identificação que começava a ser construída por essa quarta geração, tendo como base um país de origem, e não mais apenas uma região. Essa identificação com o ser italiano foi um caminho feito por outras colônias, na segunda metade do século XX, em comemorações ao centenário da imigração, em que estes sujeitos se descobriram italianos no Brasil, naquilo que se acredita ser uma cultura dos antepassados, mas que estava para algo muito mais folclórico, com fins de projeção de uma imagem, do que o que era vivido.

Essa comemoração aconteceu em Colombo, no ano de 1978, contando com a participação do Educandário, em uma homenagem a esta imigração “italiana”. Além do ano de 1978, outras práticas que rememoravam a Itália como um todo e não apenas a região de origem dos pioneiros da cidade, foram levantadas nas práticas das Irmãs Passionistas, através de apresentações, religiosidade e músicas.

Sendo as identidades celebrações móveis, neste percurso das Irmãs Passionistas, em Colombo, denota-se no primeiro momento uma atuação muito mais pautada no religioso, que continua a se fazer presente, no segundo momento, porém, caminha-se neste retorno para uma identidade católica italiana. A religião, a cultura e a cultura escolar, presentes na instituição de ensino coordenada pelas Passionistas, foram fórmulas para a produção de uma identidade, que conforme demonstrada no texto, nunca foi estática.

A escola católica de Colombo, sendo amparada por subsídios públicos, proporcionou, com as Passionistas, um grande número de atendimentos, além de ser uma propulsora da Congregação, no Brasil. As Irmãs também se uniram ao poder público local para a projeção de características culturais da cidade, que, mesmo sendo representações inventadas ou distantes da realidade dos primeiros imigrantes que se estabeleceram na antiga colônia, era uma forma da história desses antepassados se fazer presente.

Percebe-se nessa trajetória a elaboração de uma identidade, com grande contribuição da cultura escolar, pelas Irmãs Passionistas, em uma cidade marcada pela forte influência do catolicismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Manoel. SISTEMA CATÓLICO DE EDUCAÇÃO E ENSINO NO BRASIL: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.16, p. 209-228, set./dez. 2005.
- AZEVEDO, Marcos Leite; D'AGOSTIN, Anadir; FIORESE, Maria Luiza. **Do berço ao mundo sob o olhar de Maria**: vocações religiosas e presbiterais em Colombo. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.
- _____. Catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin (org.). **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida, Santuário, 1993, p.65 – 98.
- BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade, uma paróquia veneta no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 185 – 250.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866 – 1956). **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, p. 27 – 47, maio/jun/jul/ago, 2002.
- BENEDUZI, Luís Fernando. **Mal di paese**: As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu (1885 – 1925). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), 2004.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. 1 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1989.
- _____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 225-251.
- CASELLATO, Alessandro. <<Identita' Veneta>> Appunti per una genealogia. **Materiali di Storia**, Padova, n. 23, p. 94 – 108, novembre/2002.
- CATANI, Denice Barbara; VICENTINI, Paula Perin. “Minha vida daria um romance”: lembranças e esquecimentos, trabalho e profissão nas autobiografias de

professoras. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 149-166.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIAMPI, Helenice; GODOY, Alexandre Pianelli. Em nome da ordem: as escolas municipais de primeiro grau na cidade de São Paulo na época da ditadura militar (1964-1985). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 7, 2013, Cuiabá. Anais. Cuiabá: CBHE, 2013, p. 1 – 15.

COLOMBO. **Caminhos para uma cidade sustentável**. Prefeitura de Colombo. 2011.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Lei 5.692/71: Formação de professores e implicações na organização da escola. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (orgs.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964 – 1985). Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 85 – 99.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio et al. (org). **Refúgios do eu – educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 159-180.

_____. Das mãos do autor aos olhos do leitor. Um estudo sobre livros escolares: A Série de Leitura Graduada Pedrinho de Lourenço Filho (1950/1970). **História (São Paulo)**, v. 30, n. 2, p. 81 – 99, ago/dez, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 81, p. 33 – 44, maio 1992.

_____. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. (orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Nacional** (Contribuição à Sociologia Política Brasileira). Brasileira – Vol. 172. Biblioteca Pedagógica Brasileira: Companhia Editora Nacional, 1939.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESCOLA DE PAIS DO BRASIL. **História EPB**. Disponível em: <<http://escoladepais.org.br/a-escola-de-pais/historia/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço – escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín (org.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. Edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FALCÃO, Luiz Felipe. Brasiliani e italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo. In: RADIN, José Carlos (org). **Cultura e identidade italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005. p. 55 – 74.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Fazer história da educação com E. P. Thompson. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 247 – 264.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; BERTUCCI, Liane Maria. EXPERIÊNCIA E CULTURA: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 10 – 24, jan/jun 2009.

FERNANDES, Rui Ariceto Nascimento. Como ensinar história no Estado do Rio de Janeiro na década de 1920? Escolanovismo e ensino de história na História do Estado do Rio de Janeiro de Clodomiro Vasconcellos. In: **Simpósio Nacional de História**, XXVI, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: SNH, 2011, p. 1 – 17.

FERRARINI, Sebastião. **O município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.

FRANZINA, Emilio. **PREFÁCIO**. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014. p.09 – 25.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação Brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 165 – 181.

GAZOLI, Monalisa Renata. **Série de leitura Proença (1926 – 1928) e o ensino da leitura no Estado de São Paulo**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLLY, Mary Louise. Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos. In: NÓVOA, António (org). **Vida de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1992, p. 79-110.

IPEA. **Projeto**: governança metropolitana no Brasil (Relatório). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), dez. 2013.

IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. **EDUCERE – Revista da Educação**. Vol. 2, n. 2, p. 123 – 132, jul/dez., 2002.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, p. 9 – 43, jan./jun. 2001.

KATZINSKY, Luciane. **A análise da relação Colombo e Curitiba à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana**. Curitiba/PR: Pós-Graduação em Geografia, 2004 (Dissertação de Mestrado).

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, nº 107, p. 79 – 96, julho/1999.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LENZENWEGER, Josef et al. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LEONARDI, Paula. **“Puríssimo Coração”**: um colégio de elite em Rio Claro. 2002, 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2002.

_____. Congregações católicas docentes em São Paulo e a educação feminina. In: **VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2006, p. 1255 - 1265.

_____. **Além dos espelhos**: Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas em São Paulo. 268 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Igreja Católica e Educação Feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.180-198, jun. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1997. p. 443 – 481.

LUCHESE, Terciane Ângela. A atuação das congregações na região colonial italiana, RS – 1875 a 1930: entrelaçando religião e escolarização. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, V, 2008, Aracaju. Anais. Sergipe: CBHE, 2008, p. 1 – 9.

_____. **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

_____. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; RECH, Gelson Leonardo. O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul (1875 – 1914). In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. Cap. 9, p. 255 – 281.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso**: 1889 – 1989. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MACHIOSKI, Fábio Luiz. **A preservação da identidade cultural em um grupo imigrante italiano curato de Colombo, Paraná, 1888 – 1910**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, (Monografia), 2004.

_____. A presença do catolicismo e da identidade italiana na criação do município de Colombo. In: MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **Memórias de uma colônia italiana: Colombo – Paraná (1878 – 2013)**. Porto Alegre: EST Edições, 2013. Cap. 2, p. 39 – 78.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920 – 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 5, jan./jun. 2003. p. 213 – 231.

_____. **Lições de Casa**: discurso pedagógico destinados a família no Brasil. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Iniciativas Escolares Públicas entre Imigrantes Italianos no Paraná do Século XIX. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KRUTZ, Lúcio (orgs). **Imigração e educação no Brasil: história, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011. Cap. 10, p. 221-238.

_____. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilità (1875-1930)**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, (Tese de doutorado), 2012.

_____. A infância contandina nas Colônia Italianas de Curitiba no Paraná. In: MIMESSE, Eliane (org). **A infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. Cap. 2, p. 55-92.

_____. **Escolarização Pública e Imigração Italiana**: A constituição do ensino elementar das colônias ao município (1882 – 1912). Jundiaí: Paco Editorial, 2014a.

_____. Os Imigrantes Italianos, seus Descendentes e suas Escolas Frente às Campanhas de Nacionalização do Ensino em Curitiba / Paraná (1900 – 1930). In: QUADROS, Claudemir de (Org). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maris: Ed. da UFSM, 2014b. Cap. 8, p. 259 – 289.

_____. As escolas subvencionadas federais no Paraná: educação nacional e cultura escolar. In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2015, Maringá. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, p. 1 - 14.

MASSOTTI, Roseli de Almeida. **Erasmus Braga e os valores protestantes na educação brasileira**. São Paulo: Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, (Dissertação), 2007.

MENDES, Elieth Sodr  Terence. **Benedicta Stahl Sodr **: Mulher protestante na educa o brasileira. São Paulo: Mestrado em Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, (Disserta o), 2007.

MERLO, Daniela. **Dal Ritiro S. Maria Maddalena Penitente All'Istituto S. Paolo della Croce** (Volume I). Roma: Curia Generale, 1999.

_____. Maria Madalena Frescobaldi Capponi: Fundadora das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz – Florença – Itália (1771 – 1839). Roma: [s.n.], 2010.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Em busca do tempo vivido: autobiografias de professoras. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 135-148.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar**. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2010.

MOCELLIN, Maria Clara; MINCATO, Ramone. Igreja Católica e formação político-cultural de elites regionais. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto. **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA´E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, Editora UFPR, Curitiba, n. 8, 2004, p. 33-44.

MYSKIW, Antonio Marcos. República das Letras (1870/1920). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, UFGD – Dourados, Vol. 2, n. 3, Jan/Jun 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, 2014. p. 454 – 466.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1997. p. 482 – 509.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 52, novembro/2000, p. 25 – 40.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **Educação Scalabriniana no Brasil**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009 (Tese de Doutorado).

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do catecismo**. São Cristóvão/SE: NPGED, 2008 (Dissertação de Mestrado).

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades: jogos de poder no médio vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005 (Tese de Doutorado).

_____. Escolas italianas em Santa Catarina: disputas na construção de identidades. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org). **História da escola dos**

imigrantes italianos em terras brasileiras. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. Cap. 8, p. 233 – 254.

PANSINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945 – 1964). **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF.** v. 12, n. 1, 2013. P. 1 – 13.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985). In: **X ANPED SUL**, 2014, Florianópolis. X ANPED SUL, 2014, p. 1 - 17.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1991.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRATI, Ivo; MELO, Sonia; et al. Província do Paraná. In: WERNET, Augustin [et al.]. **Apóstolos do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

RENK, Valquíria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba.** – Curitiba: Champagnat, 2004.

_____. O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. In: QUADROS, Claudemir de (Org). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil.** Santa Maris: Ed. da UFSM, 2014. Cap. 9, p. 291 – 317.

ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Pro-Posições**, V. 25, n. 1 (73), p. 55-74, jan./abr. 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SALVETTI, Patrizia. Governo italiano, diplomacia e escolas italianas no exterior. In: LUCHESE, Terciane Ângela (org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras.** Caxias do Sul, Rs: Educs, 2014. Cap. 2, p. 57 – 77.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, Ldb e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006.

SEIDL, Ernesto. Sociologia da Vocação Religiosa: reprodução familiar e reprodução da Igreja. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012. p. 240 – 272.

SEVERINO, José Roberto. Representações da imigração italiana em Santa Catarina. In:RADIN, José Carlos (org). **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens.** Joaçaba: UNOESC, 2005. p. 75 – 98.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Os Irmãos Weiszflog em busca dos mercados escolares: identidades das edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros.** – São Paulo: Editora Unesp, 2010. Cap. 8, p. 157-169.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910).** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 9 – 28.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai/jun/jul/ago. 2000.

THOMPSON, Edward P.. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os Românticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931 – 1981).** 2001. Tese de doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2001.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1988.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e educação em Curitiba: 1853 – 1889.** 1998, 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Forjando identidades: a educação dos imigrantes “italianos” em Curitiba no século XIX. In: **II CBHE**, 2002, Natal – RN. **II CBHE**, 2002, p. 1 - 10.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910).** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, (Tese de doutorado), 2013.

VIANNA, Juliana Golin Xavier. **A produção didática de Rocha Pombo: Análise de História da América e Nossa Pátria.** 2009, 66 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, PR. 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, N° 0, p. 63 – 82Set/Out/Nov/Dez, 1995.

_____. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín (Org). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** 2. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Memoria, patrimonio y educación. **Revista História da Educação - RHE**, Porto Alegre, v. 15, n. 14, p. 31-62, jan./abr. 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação.** N° 5, jan./jun. 2003. p. 233 – 251.

ZOCA, V. E. **A contribuição do Colégio Santo Antonio para o processo de romanização da Igreja Católica e para a manutenção da cultura italiana**. 2007, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2007.

FONTES DOCUMENTAIS

A LUCTA. **O Ensino**. A Lucta. Sorral, 29 de julho de 1922.

A REPUBLICA. **Presidencia do Estado**. Curityba, 12 de jul de 1929.

ARQUIDIOCESE de Curitiba na sua história, A. Curitiba: [s.n.], 1958.

BOLETIM – **Província Imaculado Coração de Maria**. Ano III. Nº 4. Junho de 2002.

Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba – Paraná. Ano XXVII, nº 40, 1964.

BONATO. Depoimento concedido em 24/05/2003. Acervo da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

BRAGA, Erasmo. **Leitura II**. 86 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.

_____. **Leitura IV**. 77 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1942.

BRASIL. **Comissão Nacional do Livro Didático**. Diário Oficial (Seção I). 11958. Sábado 12/ Agosto de 1950.

_____. **Lei Complementar Nº 14**, de 8 de junho de 1973.

COLOMBO. **Ata de Exames**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1949 – 1959.

_____. **Matrícula Geral 1-10 e 2-9**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1961 – 1967.

_____. **Livro de Avisos 1-17**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1968.

_____. **Ata de Exames**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1970 – 1975.

_____. **Ata de Comemorações**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1975.

_____. **Of. nº 47/78**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1978a.

_____. **Ata de Comemorações**. Grupo Escolar Cristóvão Colombo. 1978b.

CORREIO DO PARANÁ. **No Palacio Rio Branco**. Curitiba, 10 de mai de 1932.

CORREIO PAULISTANO. **Bibliographia**. Correio Paulistano. São Paulo, 08 de jan de 1920.

_____. **Na Cia. De Melhoramentos de São Paulo**. Correio Paulistano. São Paulo, 08 de dez de 1928.

_____. **Difundindo a arte de ensinar.** Correio Paulistano. São Paulo, 30 de jul de 1930.

CROCIFISSA. Carta de Ir. Crocifissa para Carraresi. Signa. 23 de maio de 1867.

DIARIO DO PARANÁ. **Colombo vai realizar sua 1ª Festa da Uva.** Curitiba, nº 1147, ano IV, 11 de jan de 1959.

_____. **Colombo festeja seu 78º aniversário.** Curitiba, 14 de Janeiro de 1968.

_____. **Religiosa é a primeira a usufruir tratado de igualdade.** Diário do Paraná. Curitiba, nº 5041, ano XVIII, 28 de abr de 1972.

_____. **Colombo prepara sua festa da uva.** Curitiba, 9 de fevereiro de 1977.

_____. **Título.** 22 de agosto de 1980.

DIARIO NACIONAL. **Escola Normal.** Diário Nacional. São Paulo, 13 de dezembro de 1930.

_____. **O ensino em S. Paulo.** Diário Nacional. São Paulo, 11 de dezembro de 1931.

FIGLIARELLI. Depoimento concedido em 13/02/2004. Acervo da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia.

FOLHA AGRÍCOLA. **Completou um quarto de século a nova fase do Educandário Nossa Senhora do Rosário.** Colombo, nº 70, ano VI, 14 de fev de 1976.

IBGE. **População, área e densidade demográfica dos municípios, por Unidades da Federação.** Censo, 1968.

ITÁLIA. **Decreto n. 6566,** de 8 de dezembro de 1889.

_____. **Decreto n. 827,** de 18 de dezembro de 1910.

KOINONIA. Roma: Edizioni Curia Generalizia, 1999.

LIVRO DAS CRÔNICAS do Convento do Calvário (1911 – 1952). Acervo da Paróquia do Calvário, 1911.

LIVRO TOMBO, número II. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 1910 a 1966.

LOVATO. Depoimento concedido a Mara Francieli Motin em 09/10/2015.

MICHELAGNOLI. **Circular de Angelica Michelagnoli para Irmãs Passionistas.** 05 de janeiro de 1909.

_____. **Diário de Angelica Michelagnoli – viagem ao Brasil.** 26 de julho de 1928.

MOTTIN. Depoimento concedido a Mara Francieli Motin em 03/10/2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **À Caridade em S. Paulo** – O que são e como vivem os Asylos – Uma visita ao abrigo de Santa Maria (notas de um repórter). O Estado de São Paulo. São Paulo, p.5, 05 de jul de 1920.

_____. **Mensagem de Governo**, 1892.

_____. **Mensagem de Governo**, 1894.

_____. **Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações**. Tomo II. Governo da Província do Paraná. 1855 –1857. Curityba: Typographia Penitenciária. 1912. p.16 e 17.

_____. **Mensagem de Governo**, 1918.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1920.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Mappas Escolares**. 1926.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1927.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1928.

_____. **Mensagem de Governo**, 1928.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1929.

_____. **Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Hostilio Cesar de Sousa Araujo**, 1929b.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1930.

_____. **Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 1931.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Ofício**. Livro 2317, 1930a.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Ofício**. Livro 2311, 1930b.

_____. **Educação e Cultura**. Secretaria de Educação e Cultura, 1962.

PASSIONISTAS. **Elenco das Religiosas**. Acervo da Província São Gabriel da Virgem Dolorosa, 1920.

_____. **Livro Histórico 1**. Acervo da Província São Gabriel da Virgem Dolorosa, 1940.

_____. **Histórico da casa**. Colombo/PR. 1951 - 1987.

_____. **Registro de Visitas e Exame Final**, 1951 – 1976.

_____. **Livro de Matrículas**, 1957 – 1965.

_____. **Livro de Matrículas**, 1966 – 1972.

_____. **RESUMO HISTÓRICO** – Província Imaculado Coração de Maria. 1989.

_____. **Horizontes de pedagogia Passionista**. Roma, 1996.

_____. **Subsídios para a história da província São Gabriel da Virgem Dolorosa**. São Paulo, [s.d.].

PETROSKI. Depoimento concedido a Mara Francieli Motin em 02/10/2015.

PROENÇA, Antonio Firmino. **1º livro de leitura**. 37 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.a.

_____. **3º livro de leitura**. 15 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), s.d.b.

RICASOLI. **Carta de Lucrezia Ricasoli para Lanteri**. Florença, 02 de setembro de 1808.

SODRÉ, Benedicta Stahl. **3º Livro Sodrê**. 37 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

_____. **2º Livro Sodrê**. 135 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

_____. **Primeiras Lições Úteis**. 411 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

STRAPASSON. Depoimento concedido a Mara Francieli Motin em 07/10/2015.

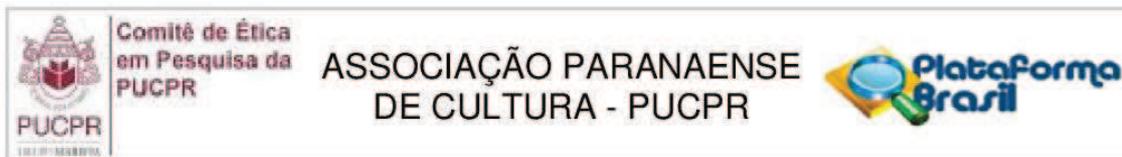
VIEIRA, Pedro. **Registro de Visita**. Educandário Nossa Senhora do Rosário, 27/03/1951.

XAVIER, Maria da Luz Cordeiro. **Registro de Visita**. Educandário Nossa Senhora do Rosário, 14/05/1951.

_____. **Registro de Visita**. Educandário Nossa Senhora do Rosário, 20/11/1953.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IGREJA CATÓLICA E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS: INTELLECTUAIS, IMPRESSOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS (1916-1970)

Pesquisador: Evelyn de Almeida Orlando

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49107215.8.0000.0020

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.247.267

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como objetivo elencar as ações pedagógicas cultivadas por intelectuais, educadores e congregações católicas, situando as mesmas na posição que a Igreja Católica ocupou no cenário educacional brasileiro. Neste contexto, tem-se a seguinte problematização: como a Igreja transitou no campo da produção, mediação e circulação dos saberes pedagógicos que acabaram por contribuir com a reconfiguração do campo educacional no Brasil ao longo dos anos de 1916 a 1970? Como seus projetos educacionais se articulavam com os projetos de organização da nação? A relevância desta pesquisa está em buscar entender a relação que se estabelece entre Igreja, sociedade e educação ampliando as lentes da pesquisa para a multiplicidade de ações desenvolvidas pela hierarquia eclesiástica e o laicato católico em diferentes setores da sociedade que, por diferentes caminhos, fizeram circular ideias, saberes e práticas que configuraram o pensamento educacional católico no Brasil. No âmbito teórico, a pesquisa faz emergir alguns conceitos basilares para a compreensão daquilo que se propõe no horizonte. Os conceitos de “campo

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

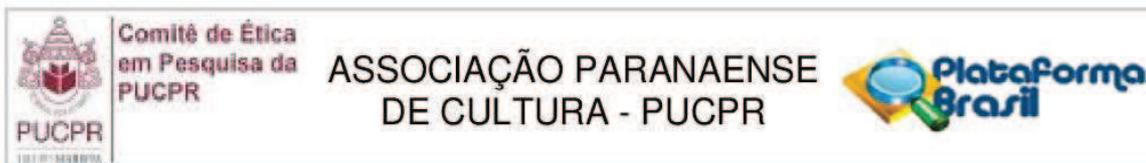
UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2103

Fax: (41)3271-2103

E-mail: nep@puopr.br



Continuação do Parecer: 1.247.267

intelectual” e “campo religioso” de Bourdieu, ambos como um sistema de linhas de força, de relações entre posições em que os agentes que o integram ora se opõem, ora se agregam (2004) são fundamentais para entender o lugar de pertença dos sujeitos dessa pesquisa. Nesse influxo, parte-se da tese de que o campo educacional se tornou uma das principais linhas de ação ofensiva do catolicismo, considerado como uma frente fundamental no projeto de recatolicização da sociedade. As redes de sociabilidade que se constituem em torno dessa frente de ação que se ramifica em diferentes segmentos é entendida na perspectiva de Sirinelli (1996). Para este autor, ao buscar compreender essas redes, o que aparece são as relações que se estabelecem em torno de afetos, partilhas e ideologias. No levantamento dos depoimentos a respeito de práticas educacionais, de congregações católicas femininas, ampara-se a análise metodológica em Alberti (2004). Nesta pesquisa busca-se apontar algumas ações desenvolvidas pela Igreja Católica como modo de demarcar um espaço na configuração do cenário educacional brasileiro.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a ação pedagógica da Igreja Católica a partir de três eixos: a ação dos intelectuais, suas produções impressas e práticas educativas, atentando para as estratégias de circulação utilizadas para veicular saberes pedagógicos que acabaram por contribuir com a reconfiguração do campo educacional no Brasil ao longo dos anos de 1916 a 1970.

Refletir sobre a relação estabelecida entre projetos educacionais e projetos de organização da nação.

Objetivo Secundário:

Analisar o campo educacional como uma frente de ação da Igreja Católica.

Analisar as redes de sociabilidade constituídas entre os diferentes sujeitos envolvidos nos projetos educacionais da Igreja Católica.

Analisar as estratégias de circulação e de legitimação desses sujeitos no cenário educacional no âmbito nacional e internacional.

Analisar as estratégias de educação endereçadas às famílias e à escola por intelectuais e

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

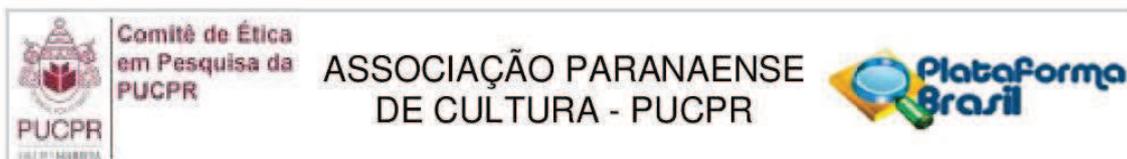
UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2103

Fax: (41)3271-2103

E-mail: nep@pucpr.br



Continuação do Parecer: 1.247.267

educadores que transitam em torno do campo educacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a Resolução 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De relevância histórica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com a Resolução 466/12.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos aos senhores pesquisadores que, no cumprimento da Resolução 466/12, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos, para conhecimento deste Comitê.

Salientamos ainda, a necessidade de relatório completo ao final do estudo. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP-PUCPR de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCNPQ.pdf	01/09/2015 20:40:44	Evelyn de Almeida Orlando	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizado.docx	02/09/2015 11:18:56	Evelyn de Almeida Orlando	Aceito
Outros	Roteiro.docx	02/09/2015 11:19:39	Evelyn de Almeida Orlando	Aceito

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

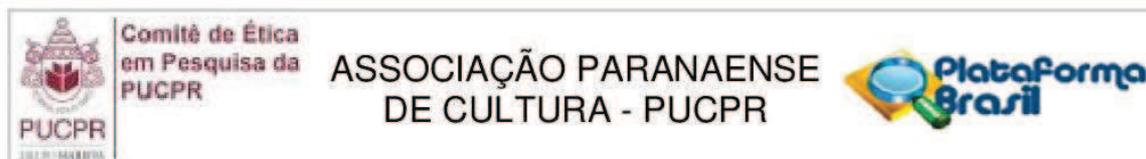
UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2103

Fax: (41)3271-2103

E-mail: nep@puopr.br



Continuação do Parecer: 1.247.267

Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinada.pdf	03/09/2015 18:43:33	Evelyn de Almeida Orlando	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_583307.pdf	03/09/2015 18:45:47		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

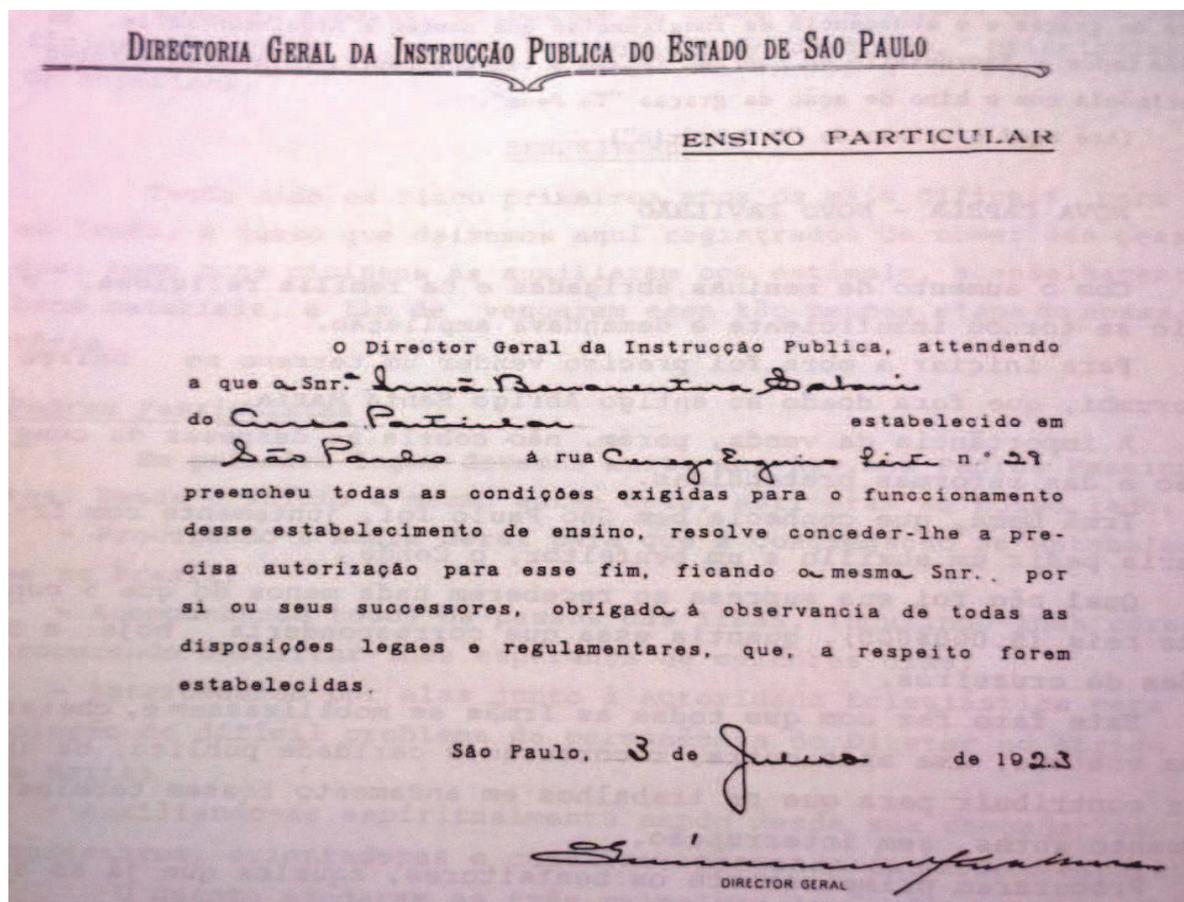
Não

CURITIBA, 28 de Setembro de 2015

Assinado por:
NAIM AKEL FILHO
(Coordenador)

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155
Bairro: Prado Velho **CEP:** 80.215-901
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3271-2103 **Fax:** (41)3271-2103 **E-mail:** nep@pucpr.br

ANEXO B – DESPACHO FAVORÁVEL PARA A ABERTURA DO EXTERNATO
SANTA LUZIA



Fonte: Acervo histórico da Província de São Gabriel da Virgem Dolorosa

ANEXO C – IRMÃ FAUSTINA

Fonte: Diário do Paraná (1972)